

Universidade de Brasília
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Aline Santos Abdel Qader

A transferência como baliza para o posicionamento do mestre:

Ocupá-lo para desocupá-lo

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre, elaborada sob orientação da Professora Dra. Daniela Scheinkman Chatelard.

2016

Universidade de Brasília
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Dissertação de mestrado intitulada *A transferência como baliza para o posicionamento do mestre: ocupá-lo para desocupá-lo*, de autoria da aluna Aline Santos Abdel Qader, apresentada pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, aprovada pela banca examinadora.

Brasília, 09 de agosto de 2016.

Dra. Daniela Scheinkman Chatelard

Universidade de Brasília – Presidente

Dr. André Oliveira Costa

Universidade de São Paulo – Membro externo

Dra. Márcia Cristina Maesso

Universidade de Brasília – Membro interno

Dr. Juliano Moreira Lagôas

Universidade Uniceub – Membro externo – Suplente

Em memória de Thelma Silveira, mãe, fonte de amor e força que transbordam.

Em memória de Henrique Schimdt e Maria Aparecida, avós e amantes de tudo o que vibra.

Em memória de Saleh Abdel Qader, avô e marca de uma origem.

Duplo sentido

Gilberto Gil

(1974)

Dessa esquina pelo menos posso ver o movimento dos carros
Vim de casa porque estava insuportável pensar
Dessa esquina pelo menos posso perceber o duplo sentido
O duplo sentido do tráfego e não me incomodar

Dessa esquina pelo menos posso ver o movimento dos carros
Vim de casa porque estava insuportável falar
Por telefone (tão distante) com pessoas que eu não posso ver
Por telefone com pessoas que eu não posso pegar

Dessa esquina pelo menos posso perceber
O duplo sentido de tudo
Em todos que vão a diversos lugares
Primeiros, terceiros, oitavos andares
Vigésimos modos de andar

Dessa esquina pelo menos posso perceber
O duplo sentido de tudo
Na falta de unanimidade
Uns vêm pra cidade como eu
Outros voltam correndo pro lar

Vim de casa porque estava insuportável pensar
Na saudade, na saúde, na fé
Dessa esquina pelo menos posso ver como é
E não me incomodar

O duplo sentido na rua é tão claro
Não há que duvidar
O duplo sentido na rua é tão claro
O apito do guarda é que dá

Agradecimentos

À Profa. Dra. Daniela Chatelard, em primeiro lugar, por sustentar a presença do inconsciente na Universidade. Em segundo lugar, pelo interesse na transmissão da psicanálise, e, em terceiro lugar, pela sua escuta nos espaços de supervisão.

À Priscila e Yasmin, por constituírem o seio de minhas relações mais ambivalentes. A fraternidade que nos une me propiciou e me propicia um espaço de contínuo crescimento, de importantes identificações, de amor e respeito profundos.

Ao Nasser Kader, pelas diversas retomadas, pela esperança em reconstruir, pela possibilidade de aprender, pelo amor de pai.

À Isabella Guedes, pelo compartilhar cuidadoso do *setting* analítico, que construímos investidas de desejo e que é testemunho das histórias e experiências decorrentes das formações do movimento inconsciente.

À Isadora Brasil e Mayarê Baldini, pela parceria certa desde a graduação, pelas trocas teóricas e clínicas, pela amizade que me sustém e por me fazerem lembrar o tortuoso caminho que trilhamos até aqui, reconhecendo através disso nossa força e coragem, componentes essenciais disso que nos tornamos.

À Ana Rosa, Félix e Tainá, pelo passo dado em direção à formação em psicanálise, pelos três anos e abundantes construções do grupo independente, pela esperança compartilhada na psicanálise de Brasília.

Ao Augusto Coaracy, pela amizade de vizinhança, pelas incontáveis “intervisões”, pela confiança clínica, pela leitura cuidadosa do texto e por manter junto comigo uma psicanálise viva para-além dos espaços comuns.

Ao Adriano Brasil, pela revisão cuidadosa, pelo trabalho detalhista e apoio confiante.

Aos componentes do grupo de pesquisa que me acompanharam durante esses dois anos de estudo, proporcionando ricas trocas de experiências, construções teóricas e práticas, assim como a constituição de uma rede de pares com quem espero poder continuar em reunião para o estudo da teoria psicanalítica.

À Gabriela Chediak, por sustentar a presença do inconsciente semanalmente, por todos esses anos, possibilitando que eu me experiente sujeitada à fenda dos significantes, por cada repetição e cada novidade.

Ao Prof. Dr. Erick Lima, por um compartilhar generoso do conhecimento, e, em especial, por proporcionar um espaço de trocas fecundas entre a filosofia e a psicanálise.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Resumo

Esta pesquisa pretende entrar em contato com os fundamentos da experiência psicanalítica, a partir da teoria de Freud e Lacan, com o objetivo de analisar o posicionamento do analista em relação ao posicionamento do mestre. Partimos do fato de que o acesso ao inconsciente está fortemente atrelado à experiência, em especial à experiência de linguagem. Assim, recorreremos à origem da psicanálise para observar como seu fundamento está vinculado ao movimento freudiano que chamamos de um descolar-se da posição do mestre. Ressaltamos as noções de realidade psíquica, de transferência e de repetição. Em relação aos ensinamentos de Lacan, observamos que o tensionamento entre o posicionamento do mestre e o do psicanalista se torna explícito e, para balizar a discussão nesse campo, colocamos em evidência a relação entre o sujeito e o Outro, a ordem dos significantes, e as operações de alienação e separação.

Palavras-chave: psicanalista, mestre, posicionamento, experiência, transferência

Abstract

This research aims to approach the fundamentals of the psychoanalytic experience, from the theory of Freud and Lacan, with the goal of analyzing the position of the analyst in relation to the positioning of the master. We set off from the fact that the access to the unconscious is strongly linked to experience, especially the experience of language. Thus, we turn to the origin of psychoanalysis, in order to observe how its foundation is linked to the Freudian movement that we call a detachment of the position of the master. We emphasize the notions of psychic reality, transfer and repetition. In regards to Lacan's teachings, we observed that the tension between the position of the master and that of the psychoanalyst becomes explicit, and to mark out the discussion in this field, we highlighted the relationship between the subject and the Other, the order of signifiers, and the operations of alienation and separation.

Keywords: analyst, master, positioning, experience, transfer

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1	15
Capítulo 2	48
Capítulo 3: Uma pesquisa a advir	81
Considerações finais	104
Referências bibliográficas	111

Introdução

Tudo o que acontece entre eles é que falam um com o outro. O analista não usa instrumentos, nem sequer para um exame, e não prescreve medicamentos. (...) O analista recebe o paciente em determinada hora do dia, deixa-o falar, escuta-o, fala, e faz com que o escute. (Freud, 2014b)

Traçamos um percurso que buscou entrar em contato com os fundamentos da experiência analítica, no que se refere ao posicionamento do analista, a partir do estudo da teoria de Freud e Lacan. Para tanto, tomamos o ensino de Lacan como referência, utilizando algumas de suas orientações para trilhar um caminho na teoria freudiana. Este estudo diz respeito à investigação lacaniana acerca da oposição entre o psicanalista e o mestre, fundamentada na sua concepção da realidade psíquica e de um método que eticamente corresponda às suas especificidades (Lacan, 1998g).

Logo, esta dissertação se funda no campo da psicanálise, cujo objetivo principal refere-se a uma terapêutica que se consolida no mais primitivo aspecto da experiência subjetiva e em seus desdobramentos, que correspondem às experiências psicosexuais infantis, assim como suas influências, no que dizem respeito ao ser inserido na linguagem. Sendo assim, como ponto de partida para iniciar as discussões contidas neste trabalho, ressaltamos a característica fundamental do campo freudiano que o diferencia de outros campos de forma essencial, a saber, que a sua abordagem à questão do inconsciente está fortemente atrelada à experiência. Desse modo, a firmeza da teoria psicanalítica se sustenta, ao operar com representações, cursos de pensamento e fenômenos psíquicos (Freud, 2014b).

Lacan (1998e) observa que os conceitos psicanalíticos somente adquirem seu sentido ao se orientarem no campo de linguagem e se ordenarem em função da fala. Portanto, o método psicanalítico baseia-se pela função da fala comum, mas se distingue pelo uso que faz do lugar do ouvinte. Ou seja, cabe ao analista, enquanto suposto interlocutor, sustentar a presença do inconsciente na fala do paciente (Lacan, 1998c). Porém, tal tarefa

se configura como um desafio aos analistas, pois, apesar de ser o fundamento do método freudiano, é atravessada por obstáculos que impedem a sua realização.

Vamos tratar dos dois obstáculos principais: o primeiro refere-se à complexidade do próprio movimento do inconsciente – seus mecanismos, seu efeito subversivo e sua influência nos sintomas –, e o segundo, que não pode ser concebido separadamente do primeiro, refere-se ao fenômeno transferencial, na sua dimensão de resistência ao desenvolvimento do trabalho terapêutico (Freud, 2014b). Este último relaciona-se com o lugar que o analista passa a ocupar, para o paciente, visto que a relação analítica não se estabelece, de modo algum, de maneira horizontal (Lacan, 2008b). Pelo contrário: os analistas são frequentemente tomados como objeto de amor de seus pacientes e, paradoxalmente, não podem ignorar esse fato, ao mesmo tempo em que, também, não podem corresponder a essa demanda.

Nesse caso, podemos observar facilmente que há um limite tênue, em que, de um lado, tem-se a responsabilidade por uma relação que se estabelece de maneira afetuosa, sem dúvida, visto que ao paciente é solicitado que fale sem restrição e que conte seus segredos mais íntimos. Por esses motivos, uma atitude afetuosa por parte do analisando torna-se, inclusive, esperada. Tendo isso em vista, transformar o paciente em propriedade, impor-lhe ideais e buscar modelá-lo conforme a si mesmo é um risco comum do trabalho analítico, correspondendo a uma atitude de dominação por parte do analista (Lacan, 1992). De outro lado, porém, afastar-se impetuosamente, frente a essa demanda, furtando-se ao trabalho de manejo que ela impõe, implica em desconsiderar a mola essencial ao trabalho analítico.

Portanto, para-além do impasse teórico que se desdobra dessa questão, há um impasse clínico que corresponde, em suas últimas consequências, à reprodução da submissão do paciente (senão ao próprio analista, então à sua técnica, ou ao seu saber). Desse modo, vemos desenhar-se, ao fundo dessa questão, um aspecto que corresponde à liberdade em suas vias práticas. Apesar de não haver tempo, nesta pesquisa, para uma

discussão aprofundada nesse âmbito, ressaltamos que a liberdade se apresenta como uma consequência ao paciente no trabalho da análise, justamente pela possibilidade de não dominação por parte do analista.

Foram essas inquietações que nos fizeram pôr em evidência a oposição entre o posicionamento do mestre e o do psicanalista – que, ao fundo, corresponde à própria relação do sujeito com o Outro, como veremos. Colocamos em evidência, também, a dimensão do analista, com a intenção de desvelar aquilo que orienta o seu desejo ao conduzir uma análise e de que forma isso influencia no seu posicionamento. Desse modo, apresentamos esta pesquisa, que se restringe a uma produção de característica teórica sobre o tensionamento entre esses dois posicionamentos, mas que se fundamenta na experiência clínica, como é de costume nos trabalhos que partem do campo psicanalítico. Afinal, a pesquisa em psicanálise se impõe à prática, visto que, em sua execução, tratamento e investigação coincidem (Freud, 1996g).

Não reconhecer essa dimensão pode ser uma forma de resistência ao real da prática analítica – que, inclusive, coloca a necessária inclusão do sujeito do inconsciente como ponto central de sua metodologia de pesquisa (Elia, 2000). Isto é, o saber do inconsciente não é apreensível por qualquer aplicação de saber cumulativo. Pelo contrário: ele se apresenta irremediavelmente de maneira inédita e singular, incluindo necessariamente o que é inapreensível pelo universal (Elia, 2000). Ao se tratar do inconsciente, uma pesquisa em psicanálise implica que o pesquisador empreenda sua investigação a partir do lugar de escuta e, sobretudo, de causa para o sujeito, o que pressupõe o ato analítico e o desejo do analista (Elia, 2000). Nesse sentido, ao operar no dispositivo analítico, nossa pesquisa situa a sua atividade desde a posição de analisante, onde propriamente tem seu lugar e atravessa a experiência em todos os momentos de seu desenvolvimento.

Apresentaremos, agora, algumas das inspirações que motivaram este esforço teórico. Esta pesquisa teve sua origem em questões suscitadas a partir da prática clínica com crianças. Nesse contexto, percebemos que a criança, mesmo com vocalizações incipientes,

fazia um uso da linguagem que comportava o para-além do exposto no enunciado. De certa forma, isso nos levou a observar como, desde muito cedo, o ser inserido na linguagem remete-se ao sentido que está sempre em falta nas palavras. Foi então que buscamos compreender como ocorre o advento na linguagem e, a partir daí, como se instaura o campo do inconsciente e as distinções entre o mundo externo e o mundo interno, conforme se apresentam na teoria psicanalítica.

Assim, em virtude dessa pesquisa inicial, abriu-se para nós uma diversidade de caminhos e possibilidades, dos quais escolhemos alguns e buscamos percorrê-los passo a passo. Em decorrência do estudo dos ensinamentos de Lacan, fomos motivados a realizar um curso sobre a obra filosófica – *Fenomenologia do Espírito* – de Hegel. Este estudo se tornou uma de nossas fontes de inspiração, pois tivemos a impressão de que Lacan realiza uma releitura acerca da experiência de uma análise, em parte provocado pela referida obra. Notamos, por exemplo, que Lacan (1998g) utiliza a dialética do Mestre/Senhor e do Escravo para abordar a constituição subjetiva em seu caráter alienante, caracterizando a realidade psíquica do ser inserido na linguagem. Desse modo, como um de nossos objetivos, buscamos demonstrar como conceber a realidade psíquica dessa maneira, que fez com que Lacan se voltasse para a ação da análise atento às consequências de se utilizar do lugar do analista para ocupar um posicionamento de mestria/dominação.

Contudo, primeiramente, fomos levados a investigar a constituição psíquica, em suas tramas e consequências. Entre elas, a linguagem nos despertou um interesse especial, por estar no cerne da experiência analítica – e, portanto, detivemo-nos um certo período nesse campo. Disso resultou uma compreensão – sempre incompleta – acerca da realidade psíquica, que constitui o ponto central do nosso primeiro capítulo. Sua função para o entendimento desta dissertação compreende apresentar para o leitor, de maneira geral, um pouco do que foi possível apreender sobre um modelo de aparelho que funcione como um psiquismo, ressaltando a necessidade de retirar da consciência o logro de ser o centro de suas atividades. Abordamos esse modelo a partir do que foi proposto por Freud (2010) acerca dos sistemas:

Consciência, Percepção-consciência e Inconsciente; assim como a partir de sua abordagem das instâncias: isso, Eu, e Supereu. Estruturamos esse primeiro capítulo a partir de algumas orientações de Lacan (1998c) a respeito do fundamento da experiência freudiana, que concerne ao inconsciente.

Por outro lado, sob o prisma da teoria lacaniana, seguimos o trilhamento que o autor propõe para uma edificação da subjetividade: através do atrito com a realidade e do domínio do princípio do prazer. Tratamos também do conceito de inconsciente, levando em conta a impossibilidade de acessá-lo de maneira direta – e o fizemos através de seu movimento e de seus efeitos, conforme o autor determina. Por isso, nós o abordamos em sua incidência na relação do sujeito com o Outro, conforme o inconsciente é articulado na ordem dos significantes, por ser estruturado como uma linguagem. Enfim, para esse capítulo, buscamos realizar uma apresentação acerca da experiência do inconsciente na psicanálise e sua relevância para se compreender a realidade psíquica, o que nos leva a introduzir o capítulo dois.

O ponto central que motivou o segundo capítulo está compreendido na seguinte questão: como conceber um método de tratamento que leve em conta tal realidade? Nossa hipótese consiste em observar se é possível afirmar que Freud, ao ter entrado em contato com as manifestações do inconsciente, manteve uma atitude de não dominação frente a esses fenômenos. É importante observar que, por esse posicionamento de dominação, entendemos a imposição de um saber preconcebido sobre o paciente, com a interferência das qualidades e valores de sua consciência. Sabemos que os mecanismos e processos que regem o inconsciente dificultam que seus efeitos sejam predeterminados – e, portanto, interferem no método de maneira direta. Isso compreende a finalidade do capítulo 2, acrescida do fato de que, segundo nossa hipótese, o descolar-se da posição de mestre deu-se em decorrência do desejo freudiano de conhecer a realidade psíquica, tendo em vista a consideração do inconsciente e seus efeitos para o tratamento das psiconeuroses.

Para tanto, recorremos aos *Estudos sobre a histeria*, de Freud e Breuer (2016), e observamos a atitude dos médicos frente aos fenômenos psíquicos que se relacionavam com os sintomas neuróticos. Buscamos, com isso, traçar um percurso em torno da técnica que culminou no desvelar da transferência e seu uso enquanto parte do método da psicanálise. Ademais, também pesquisamos a função da fala no referido método e, a partir dela, o movimento da noção de verdade, por considerá-la um meio de reconhecimento das realidades.

Abordamos essas questões em Freud, para, no terceiro capítulo, partirmos para o ensino de Lacan e observarmos os desdobramentos que o autor propõe para elas. Neste âmbito, o analista passa a ser considerado apenas em sua dimensão de presença, condicionada ao discurso do paciente, no que se articula enquanto formação do inconsciente. Lacan (2008b) traz para o centro da experiência analítica – e, por consequência, do fenômeno transferencial – o caráter radical da repetição, constituído pela experiência da perda. Segundo o autor, a hipótese freudiana da pulsão de morte deve ser considerada enquanto uma coordenada, o que caracteriza a realidade psíquica em sua dimensão inapreensível (Lacan, 1992), em observância à lei do significante (uma vez que seu efeito corresponde a um apagamento do sujeito, por representá-lo somente ao passo em que não o representa).

A relação entre o mestre e o psicanalista torna-se ainda mais explícita em Lacan e vincula-se diretamente às operações de constituição do sujeito dividido – alienação e separação –, fazendo com que o posicionamento do psicanalista seja balizado pelas consequências dessas operações. Observamos o uso que o autor realiza, a partir do corte entre o sujeito e o Outro, para estruturar a experiência analítica, baseando-se no movimento de abertura e fechamento do inconsciente. Partindo de sua compreensão acerca da função da fala, da verdade semidita e da repetição, traçamos um percurso que nos permitiu entrar em contato com o que o autor propõe ao colocar em oposição o posicionamento do mestre e o do psicanalista.

Dessa maneira, abordamos a experiência analítica a partir do seu fundamento em uma experiência de linguagem, o que significa que levamos em conta todos os elementos compreendidos por essa perspectiva: o sujeito, o Outro e o termo médio entre eles – a fala. Entretanto, na dimensão da fala, observamos o que se realiza ao se articular, mas também o que se realiza precisamente por não se articular. Isto é, consideramos a experiência analítica a partir da possibilidade que abre para a experiência humana, de entrar em contato com a outra cena, cuja presença se faz notar, expressamente, por não estar representada.

a diferença que garante a mais segura subsistência do campo de Freud, é que o campo freudiano é um campo que por sua natureza se perde. É aqui que a presença do psicanalista é irreduzível, como testemunha de uma perda. (Lacan, 2008b, p. 127)

Capítulo 1

Iniciaremos esta pesquisa percorrendo, em determinada medida, a teorização de Freud e Lacan acerca do modelo de um aparelho que funcione como um psiquismo. Buscamos, com isso, entrar em contato com o fundamento da experiência freudiana, que diz respeito ao inconsciente, conforme Lacan propõe em seu ensino. Para trilhar esse caminho, usamos como referência colocações lacanianas resultantes de uma preocupação do autor com a técnica psicanalítica, contidas em seu artigo intitulado *Posição do inconsciente* (Lacan, 1998c). O autor sublinha que há uma condição estabelecida pela doutrina freudiana que consiste na inclusão dos psicanalistas como parte do conceito de inconsciente, uma vez que são instituídos enquanto seu destinatário. Observamos que essa condição, de certa forma, guia Lacan pelos caminhos que ele trilha no retorno aos textos de Freud, o que faz com que ele considere que a presença do inconsciente, ao se situar no lugar do Outro, deva ser buscada no discurso, em sua enunciação.

Vamos nos fiar em duas acepções acerca do inconsciente propostas pelo psicanalista no referido artigo. A primeira: “O inconsciente é um conceito forjado no rastro daquilo que opera para constituir o sujeito.” (Lacan, 1998c, p. 844, grifo do autor). Esta acepção nos interessa, na medida em que indica um traçado que o autor propõe à hipótese do inconsciente. Ora, o que há para ser percebido nesse rastro deixado por tal operação? Como é mesmo que isso, a presença do inconsciente, opera? Qual a sua interferência na realidade? Para este capítulo, colocamos esses questionamentos no horizonte e percorremos um trilhamento, através das construções dos dois psicanalistas, que nos permitiu fundamentar a discussão que se seguirá. Podemos considerar que, se há operação, temos implicado aí, ao menos, um movimento, uma temporalidade e um efeito. E, por que não dizer, ao menos um sujeito?

A partir da primeira e das questões que levantamos, pareceu coerente apreender a segunda acepção – “O inconsciente *não* é uma espécie que defina na realidade psíquica

o círculo daquilo que não tem o atributo (ou a virtude) da consciência.” (Lacan, 1998c, p. 844, grifo do autor) – em sua dimensão de relação de determinação à noção de consciência. Isso quer dizer que o inconsciente, conforme sustentamos sua presença no discurso psicanalítico, é mais do que uma característica de *inconsciência*, como veremos a seguir. O autor assevera que tal apreensão do inconsciente estaria relacionada a um tempo antes de Freud, que se baseia em um erro ao tomar por unitário o próprio fenômeno da consciência. Este erro, segundo Lacan, consiste em transferir, para os fenômenos conscientes, um mérito característico da experiência de pensamento, o que propicia a esses fenômenos um status ou um privilégio.

Tal valorização dos fenômenos da consciência impede a consideração das pistas deixadas pela operação do inconsciente, por destituí-la de importância. Amputa-se, assim, da experiência do sujeito, a possibilidade de ser informado e questionado pelos rastros que lhe restam da operação que o constituiu. Nesta mutilação, Freud (2014b) instaura a psicanálise como um campo que se ocupa da experiência do sujeito quando essas pistas passam a ser consideradas. Partiremos daí para apresentar a maneira como Freud concebe a operação e seus efeitos de constituição e de movimento, que correspondem a um modelo de um aparelho que chamamos de psiquismo. E, depois, apresentaremos como Lacan se utiliza dos elementos do psiquismo freudiano para desenvolver os campos do sujeito e do Outro – e, entre eles, o inconsciente, que seria seu corte em ato, baseado no seu movimento de abertura e fechamento.

Uma breve apresentação sobre o psiquismo: seu funcionamento em movimento, entre a objetividade e a subjetividade

Sabemos que Freud fez diversas revisões no modelo do aparelho psíquico, o qual ele buscou estabelecer desde o início de sua pesquisa. Em seu artigo *Além do princípio do prazer* (2010), temos um apanhado de como o autor compreendia o aparelho até aquele momento, baseado nos sistemas: *Consciência (Cs)*, *Pré-consciente (Pcs)* e *Inconsciente (Ics)*. Mediante a constatação de que algumas discussões acerca do aparelho psíquico são vagas,

pelo fato de não sabermos sobre a natureza do processo excitatório que há nos elementos dos sistemas psíquicos, Freud observa a necessidade de trabalhar com uma incógnita quando não havia como provar sua realidade. Tal consideração, nós acreditamos, sugere que Freud busca manter a psicanálise no campo científico. Assim, ao lançar luz sobre os pontos não resolvidos de sua teoria, denominando-os de incógnitas, o autor está se orientando pela ciência positivista, apesar de reconhecer que ela não poderia ser tomada como incontestável.

Tendo em vista este posicionamento de Freud (2010) em relação à ciência, vejamos como ele designa a *Cs*, diferenciando-se da concepção científica da época. Segundo o autor, a *Cs* se constituiria por uma função particular dos processos psíquicos, e não pela totalidade destes. Ela forneceria, essencialmente, percepções vindas do mundo externo e sensações de prazer e desprazer que se originam do interior do aparelho (nos sistemas *Pcs* e *Ics*). A respeito da sensação de prazer, o psicanalista relata que esta seria produzida pela descarga da excitação; e, ao contrário, a sensação de desprazer seria, portanto, efeito do tensionamento, ou aumento da excitação no aparelho.

No modelo que ele propõe, a *Cs* estaria localizada espacialmente no sistema percepção-consciência, ou *Pcs*. À medida que o evento excitatório – decorrente de um estímulo externo – percorre o sistema em direção ao interior do aparelho, em vez de deixar marcas, em seu lugar, o evento faz surgir a consciência. Esta seria sua diferença principal em relação aos outros sistemas: o processo de excitação não produz uma mudança permanente nos seus elementos, mas se exaure no fenômeno de tornar-se consciente. A partir disso, Freud conclui que os eventos excitatórios que percorrem a *Cs* apoiam-se em marcas produzidas nos sistemas adjacentes internos. O autor suspeitava que essa característica fosse decorrente da sua localização em contato com mundo exterior, mas esta questão é deixada em aberto nesse artigo.

Visto que a *Cs* foi especificada por Freud (2010) enquanto um fenômeno e que seus elementos não guardam em si marcas dos fenômenos anteriores, podemos perceber que tal noção freudiana foi, por consequência, destituída de uma hierarquia em relação aos outros

sistemas. Acreditamos que isto não quer dizer que a *Cs* perdeu sua importância para a psicanálise, mas apenas que deixou de ser considerada superior ou privilegiada em relação aos demais fenômenos que influenciam os processos psíquicos, conforme determinavam as teorias consagradas a respeito da *Cs* até a contribuição de Freud.

De acordo com Freud (2010), esse sistema teria a recepção dos estímulos externos como uma de suas funções. Ele observa que os órgãos dos sentidos contam com mecanismos específicos para proteger o sistema contra excessivos montantes de excitação, pois uma recepção desmedida destes poderia destruir a reserva própria de energia do aparelho. O autor considera que a proteção contra estímulos é tarefa tão importante quanto a recepção dos mesmos, já que é necessário preservar as formas especiais de transformação de energia que nele ocorrem. Por isso, os órgãos sensoriais têm também a característica de elaborar quantidades muito pequenas de estímulos externos, servindo ao propósito de *saber* sua direção e espécie, tateando o mundo externo por meio de quantidades mínimas de excitação.

Como consequência desta construção do autor, poderíamos conjecturar que a redução das quantidades de excitação configura uma apreensão modificada do mundo externo? Se a resposta para essa pergunta for afirmativa, veremos que, ao contrário do que se espera, talvez a consciência não pudesse ser considerada como fonte de informações precisas acerca do mundo externo, colocando em cheque o privilégio transmitido a seus fenômenos.

Vimos que a *Cs* estaria localizada no sistema *Pcs*. Freud (2010) situa este sistema entre o exterior e o interior – ou seja, ele é a parte do aparelho psíquico que faz a mediação entre os estímulos externos e internos. Segundo o autor, tal mediação determina as operações que ocorrem no aparelho psíquico: contra o exterior, Freud propõe uma proteção (uma redução das quantidades de estímulo que chegam, conforme supracitado); em relação ao interior, o autor aponta que talvez haja um obstáculo à constituição de uma proteção específica, já que as excitações das camadas mais profundas – provenientes dos sistemas *Pcs* e *Ics* – propagam-se para a *Cs* de maneira direta.

Por esse motivo, ele sublinha que há tendência de tratar as excitações internas que causam excessivo desprazer como se estas agissem de fora, para que assim seja possível usar contra elas os meios defensivos de proteção contra os estímulos. Dessa forma, o autor demonstrou que o curso das excitações desses dois últimos sistemas – *Pcs* e *Ics* – produz a série de sensações de prazer-desprazer. O pesquisador supõe, por considerar que as excitações internas seriam mais adequadas ao funcionamento do aparelho psíquico, que há uma prevalência dessas sensações sobre os estímulos externos. Assim, elas se tornariam um índice para o que ocorre no interior do aparelho. Ora, a partir disso, nós acreditamos ser possível considerar que Freud vincula a *Cs* aos outros dois sistemas, em uma relação de interdependência, pois o índice que orienta o que ocorre no aparelho provém dos seus sistemas subjacentes e, deste modo, influencia também os fenômenos da *Cs*.

Vamos agora descrever como o pesquisador compreendia o trânsito de energia nos sistemas acima referidos. Freud (2010) supõe que o processo de excitação do aparelho realiza-se com energias quantitativamente variadas, e que o preenchimento de energia nos elementos dos sistemas ocorre de duas formas: um investimento que flui livremente, pressionando por descarga; e um investimento parado, retido nos elementos do sistema psíquico. Essa hipótese vinha sendo investigada pelo autor desde o início de sua pesquisa (Freud & Breuer, 2016), e resulta na suposição de que o “ligamento” da energia que flui no aparelho psíquico consiste na passagem do estado de livre fluência para o estado de imobilidade – isto é, aquele em que a contenção da energia em um elemento do sistema causa uma modificação nesse elemento, deixando uma marca (o que, como já apontamos, não ocorre na *Cs*).

Quanto à energia em estado livre, esta foi assim denominada por poder ser investida, transferida, deslocada ou condensada em qualquer material. Freud (2010) designa este processo como primário, vigorando no sistema inconsciente. De acordo com o autor, o processo primário produz sensações mais intensas do que as produzidas pela energia em estado de imobilidade ou “ligado” – que, por sua vez, produz as referidas marcas (ou, como ele também as denominou,

os vestígios de lembranças nos elementos psíquicos do sistema *Pcs*). Tais características correspondem ao processo secundário, que vigora em nossa vida desperta. Os processos primários são anteriores, o que se relaciona ao fato de que, embora as sensações de prazer e desprazer se manifestarem mais intensamente no começo da vida psíquica, seus mecanismos não deixam de funcionar após a instauração do processo secundário. Inclusive, é importante ressaltar, acreditamos que a instauração do processo secundário ocorre de forma gradual e contínua, o que faz os dois processos influenciarem-se mutuamente.

Podemos perceber que há, nesse sentido, um conflito entre esses dois processos característicos do aparelho psíquico. Enquanto um exige a descarga da excitação, o outro impõe que ela seja adiada, pois retém em seus elementos uma quantidade de energia. Hanns (2004) salienta que, a partir do artigo freudiano *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1996d), o conflito psíquico passa a ser compreendido pelo autor como um conflito inerente à pulsão. Segundo Freud (2004c), o estímulo pulsional seria um estímulo correlato ao externo (embora proveniente do interior do organismo), cujo impacto é percebido também pelo interior. Este, de acordo com o pesquisador, corresponde à manifestação de uma força constante e irremovível, e sua suspensão seria decorrente de uma alteração direcionada e específica em sua fonte somática (de onde parte a exigência de trabalho), mediante o alcance de seu alvo. O autor denomina de *satisfação* a interrupção, ainda que temporária, dessa pressão.

Portanto, o conflito pulsional se assemelharia a uma tensão, uma diferença potencial que encerra vetores opostos e impele o aparelho a uma ação: tendência de tensionar/catexizar e a contratendência de distensionar/descarregar, manifestando-se no âmbito psíquico. A concepção freudiana da pulsão insere na teoria psicanalítica um ponto de fronteira entre o biológico e o psíquico. Dessa maneira, Freud (2004c) relaciona a pulsão a uma medida de exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo. Há ainda outra característica das pulsões que necessitamos ressaltar, para compreender o seu uso na psicanálise:

Freud destaca uma especificidade humana e cultural que altera profundamente o percurso, interfere na síntese e fusão entre pulsões e retroage sobre todo o arco pulsional: as pulsões aderem (*blinden sich*, ligam-se, enlaçam-se) a representações e afetos organizados como uma linguagem, de modo que o conflito pulsional se expressa na dimensão humana como desejos opostos que englobam as camadas anteriores e estão ancoradas na história biológica, sendo determinados *não* só por esta, mas também por significações. (Hanns, 2004, p. 140, grifo do autor)

Observamos que esta passagem esclarece o uso que Freud propõe à pulsão, ressaltando sua relação com a linguagem enquanto forma de organização dos elementos aos quais a pulsão se liga.

Com a finalidade de apresentar a dimensão conflitual das pulsões, buscamos o núcleo semântico do termo em alemão (*Trieb*). Podemos constatar que ele gira em torno da ideia de “força impelente” ou “força que coloca em movimento”, podendo designar o polo impelente ou o atrator, ou situar algo externo ou interno, e também aquilo que quer se internalizar ou externalizar. Outra importante referência é que o termo pode pertencer à esfera da necessidade fisiológica ou da necessidade psíquica, como desejo (Hanns, 2004). Apesar de apresentar uma relação de oposição ou antagonismo, não havia referência a uma noção dinâmica de impasse ou embate no uso empregado antes de Freud. Portanto, quando o autor o insere em sua teoria sobre o conflito psíquico, que é psicodinâmica, ele faz um uso inovador do termo, segundo Hanns (2004).

A partir disso, podemos perceber o esforço de Freud em estruturar um modelo de aparelho psíquico que abarcasse a dimensão conflitual de seu funcionamento, expresso pelo jogo de forças pulsionais. A fim de relacionar as pulsões aos processos do aparelho já descritos, primeiro é importante ressaltar que a atividade pulsional corresponde a movimentações diversas, incluindo seus opostos (como a fusão/desunião de pulsões, seu enlaçamento/liberação, ou uma progressão/regressão, assim como o deslocamento, a distorção ou o condensamento, para exemplificar). Tal movimentação corresponderia ao meio pelo qual a pulsão busca sua

satisfação, segundo o autor. Dessa forma, quando o processo em curso é correspondente ao tipo primário, Freud considera que as pulsões não seguem nenhum ordenamento ou padrão.

Após o contato com o mundo externo e a instauração progressiva do processo secundário, o autor observa que a satisfação pulsional passaria a seguir um curso e movimentações de maneira orientada, podendo, por qualquer impedimento ao seu alvo, eleger um substituto que lhe permitiria alcançar parcialmente a satisfação – sendo, assim, denominada de pulsão parcial (Freud, 1996d). O desenvolvimento da teoria das pulsões seguiu-se no levantamento da hipótese, por parte de Freud (2010), de que as pulsões poderiam ser classificadas em duas categorias principais: pulsões de autoconservação do Eu, que se direcionam à manutenção da vida – e suas exigências de trabalho possuem esse sentido (incluindo as pulsões sexuais); e as pulsões de morte, que direcionam suas exigências para a descarga, o que caracteriza uma tendência ao apaziguamento do sistema.

Dessa forma, no início da vida psíquica, a atividade pulsional corresponderia, segundo o autor, ao modo de funcionamento determinado pelas experiências de satisfação com o corpo próprio, concernindo à origem das atividades sexuais infantis¹, cujo objetivo principal seria a descarga. Freud (1996d) denomina esse modo de funcionamento de princípio do prazer, ressaltando que, nesse tempo da vida psíquica, o aparelho seria governado predominantemente por tal princípio. Porém, este demonstrou ser perigoso para a autoafirmação do organismo em meio às dificuldades do mundo externo.

Freud (2010) constata que, à medida que seu modo de funcionamento torna-se inadequado, sob influência das pulsões de autoconservação do Eu, o princípio do prazer é substituído em algumas situações pelo princípio de realidade. O pesquisador aponta que, sem abandonar a intenção final de obter o prazer, o princípio de realidade exige um adiamento

¹ Freud (1996d) amplia a noção de sexualidade ao incluir nela qualquer uso do corpo para obtenção de prazer – redução da excitação no aparelho psíquico – através de uma função que não seja a original da parte do corpo ou órgão em questão. Por essa via, ele pôde dar à atividade sexual uma função especial quanto à regulação de excitação no aparelho psíquico, assim como reconhecer que há sexualidade infantil. Um exemplo bastante conhecido é o chuchar do bebê – uso da boca para obter prazer sem ser por meio da alimentação.

desta satisfação ao renunciar algumas possibilidades de se consegui-la e, assim, constitui uma tolerância temporária ao desprazer. Nesse sentido, o princípio do prazer continuava dominando, porém seu funcionamento foi modificado, uma vez que o adiamento da satisfação possibilita a manutenção da energia no aparelho e a sua transformação. Acreditamos que estas informações bastam para apresentar as regras gerais que norteiam o trânsito de energia nesse modelo de aparelho psíquico.

Partiremos agora para as exceções dessas regras. Vamos analisar o que seria o “para-além” do princípio do prazer, conforme proposto pelo autor, para verificar sua influência no que se refere ao funcionamento do psiquismo. Freud (2010) observa que a compulsão à repetição se instaura em um tempo da vida psíquica anterior à constituição dos mecanismos descritos acima. Isto é, as primeiras experiências de recepção de estímulos externos e internos são o que causa um tensionamento no aparelho quando este ainda não está organizado, nem possui as proteções necessárias para dar vazão à energia internalizada. Em decorrência disso, para aliviar o desprazer causado pelo excesso de estímulos, o aparelho impele a repetição da situação causadora da excitação como forma de possibilitar o ligamento de energia que propicia a descarga, na tentativa de apaziguar o aparelho psíquico, segundo o pesquisador.

A compulsão à repetição se constitui, portanto, em um tempo de uma organização psíquica muito primitiva, sem o funcionamento do princípio do prazer para o escoamento da energia. Ora, se não há ainda a mediação ocasionada pelo princípio do prazer, quem dirá um processo de pensamento? Este, como veremos em seguida, é instaurado posteriormente, pelo princípio de realidade. Portanto, a compulsão à repetição, da maneira como é concebida por Freud (2010), impeliria o organismo à ação sem passar pela via do pensamento, ou seja, sem se organizar em palavras. Como o princípio do prazer – que não é suspenso pelo princípio de realidade –, esse *além* também não fica restrito ao tempo anterior, podendo impor seus mecanismos ao aparelho quando houver necessidade.

Dessa forma, o pesquisador detecta que a compulsão à repetição, quando ocorre em um aparelho já munido de um aparato organizador resultante do pensamento, desorganiza-o (o aparelho) e, com isso, a ele se impõe. Após a enxurrada de excitação compeli-la a ação, o pesquisador percebe que os processos primários e secundários voltam para a cena e buscam, quando têm acesso, reorganizar através de palavras a desordem resultante do impulso. Assim, a compulsão à repetição, segundo o autor, talvez estivesse vinculada à oposição entre a tendência *natural*² do ser vivente ao seu destino último – a morte – e a tendência das pulsões conservadoras, que demonstram um trabalho contra a morte, prolongando e conservando a vida. Este é o objetivo do referido artigo (que, porém, permaneceu sem fechamento).

Ainda que inconclusa, nós percebemos que esta suposição freudiana (de que haveria uma relação entre a compulsão à repetição e a oposição resultante das pulsões de autoconservação e de morte) aponta para um direcionamento do pesquisador em buscar algum motivo para elucidar um conjunto de comportamentos, a partir do que lhe era relatado em sua clínica. Tal constatação foi necessária para que Freud pudesse observar que esses comportamentos não poderiam ser explicados pelos pacientes nos termos dos fenômenos da consciência, já que sua organização foi solapada pelo contato com o montante de excitação. Acreditamos que a compulsão à repetição pode ser considerada como uma formalização de um mecanismo psíquico que põe em suspenso não só o modo de funcionamento da consciência, como também a dominação do princípio do prazer. Ressaltamos, com isso, que até mesmo os mecanismos característicos do inconsciente – aqueles do processo primário – podem ser colocados em cheque, a depender da quantidade de excitação que se impõe ao sistema.

Assim, Freud (2010) sublinha que esses eventos fazem com que o aparelho busque outras formas de restituir seu funcionamento. Por exemplo, uma situação traumática seria um tipo de evento que coloca o princípio do prazer de lado, diz Freud (2010), por não poder evitar que o aparelho seja inundado por grandes quantidades de estímulo.

² Uma das hipóteses sugeridas pelo autor no referido artigo é que o objetivo da vida é a morte, e que, portanto, o inanimado existia antes que o vivente, sendo natural a tudo que vive. Freud (2010) não encerra essa discussão, por compreender que tal afirmação pode ser considerada muito pretensiosa.

Isso ocasiona uma grande perturbação no gerenciamento de energia no organismo e, conseqüentemente, põe em movimento todos os meios de defesa. O aparelho teria, por esse motivo, a nova tarefa de ligar psicologicamente, tanto quanto possível, a quantidade de estímulo que irrompeu em si mesmo, na tentativa de controlar o estímulo e conduzi-lo à eliminação. Esta tendência à restauração de um estado anterior é denominada por Freud de *impulso*, pulsão impulsiva, uma espécie de elasticidade que se refere à inércia da vida orgânica.

Ora, se podemos dizer que há, nesse sentido, operações psíquicas que são colocadas em curso sem qualquer racionalização, então como é que elas passam a ser racionalizadas depois, posto que temos notícias delas? O que isso representa em termos de estruturação subjetiva? Vimos que a repetição que ocorre pela via da compulsividade diz respeito a essa incapacidade de o aparelho regular-se pelo domínio do princípio do prazer, assim como por ambos os processos, primários e secundários. Finalmente, segundo Freud (2010), desta experiência só nos resta observar como ocorrerão a reorganização do aparelho após a experiência traumática e, com isso, sua integração na trajetória do paciente – o que, em uma análise, acontece através da fala.

Até este momento, falamos do *Ics* de maneira indireta, abordamos sua relação com a *Cs* ao levantar alguns dos efeitos da transgressão de seu regime. Abordaremos agora a noção de inconsciente, a fim de mostrar algumas de suas especificidades. Começaremos pela forma enigmática através da qual Freud (2004a) entra em contato, inicialmente, com as manifestações desse sistema. O enigma consistia nas seguintes questões, de acordo com o autor: o psíquico e a consciência são ou não idênticos? Se forem idênticos, como podemos explicar o processo da memória? Para tanto, ele descreveu:

Pode ocorrer que uma representação³ mental – ou qualquer outro elemento psíquico – esteja neste instante na minha consciência, no momento seguinte

³ “(...) *Representação* é um termo clássico em filosofia e psicologia para designar 'aquilo que se representa, o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento' e 'em especial a reprodução de uma percepção anterior'. 2- É sabido que Freud fala de 'representações inconscientes' acentuando pela reserva *sit venia verbo* que o paradoxo existente na junção destes dois termos não lhe escapa. Embora mantenha esta expressão, isso é uma indicação de que, no uso que faz do termo *Vorstellung*,

ela *desapareça* e, após um intervalo, reapareça inalterada na consciência, não devido ao acréscimo de uma nova percepção sensorial, mas a partir do que designamos como memória. (Freud, 2004a, p. 83)

Podemos observar que o caráter enigmático da memória somente pôde ser percebido por intermédio do lapso, do intervalo, da descontinuidade, da lacuna. O que ocorre com a representação, entre o seu desaparecimento e seu ressurgimento na consciência sem um novo estímulo sensorial? Na tentativa de responder esta questão, Freud (2004a) inicialmente designa por *consciente* as representações que estavam presentes e sendo percebidas na consciência. Em contrapartida, designa de *inconsciente* as representações que pressupunha existentes no psiquismo, mas que não se encontram ativas na consciência a todo tempo (por exemplo, as lembranças).

Assim, de acordo com o autor: “Uma representação inconsciente é, portanto, aquela que não percebemos, mas cuja existência admitimos, com base em outros indícios e evidências.” (Freud, 2004a, p. 84). Esses indícios e evidências correspondem, segundo o autor, à influência que as representações inconscientes exercem no aparelho psíquico, inclusive de maneira dinâmica, como veremos no decorrer deste capítulo.

A noção de inconsciente foi considerada por alguns como uma peculiaridade dos doentes. Porém, o avanço da psicanálise demonstrou – através dos sonhos, dos lapsos de memória e dos atos falhos, entre outras pistas – que o inconsciente se apresenta como uma fase inevitável que ocorre regularmente nos processos que constituem nossa atividade psíquica. Freud (2004a) é categórico ao apontar que todo ato psíquico começa como um ato inconsciente e pode assim permanecer, ou pode desenvolver-se em direção à consciência, dependendo de encontrar ou não resistência para tal desenvolvimento.

há um aspecto predominante na filosofia clássica que passa para segundo plano, o de *representar* subjetivamente um objeto. A representação seria aquilo que do objeto vem inscrever-se nos 'sistemas mnésicos'. 3- Ora, sabemos que Freud não tem uma concepção estritamente empírica de memória, segundo a qual ela seria um receptáculo puro e simples de imagens; mas fala de sistemas mnésicos, multiplica a lembrança em diferentes séries associativas e, por fim, designa pelo nome de traço mnésico muito mais um signo sempre coordenado com outros e que não está ligado a esta ou àquela qualidade sensorial do que uma 'impressão fraca' que mantivesse uma relação de semelhança com o objeto. Nesta perspectiva, a *Vorstellung* de Freud já foi aproximada da noção linguística de significante.” Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2008). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Seguindo este raciocínio, a atividade psíquica forçaria representações indesejáveis para fora da consciência, repelindo-as por opor-se à sua recepção na consciência; e, da mesma forma, ao realizar um esforço, um trabalho, ela pode fazer representações inconscientes penetrarem na consciência. Esse trabalho, nós acreditamos, compõe a atividade do paciente em análise e, dessa forma, resta aos psicanalistas estarem dispostos a ouvi-lo e levá-lo em conta. O que há para ser percebido aí?

Ora, dizer que reconhecemos as pistas desse sistema seria considerar seu sinal que revela a proveniência singular de um processo que pretende esconder o seu valor e faz um considerável esforço para tal. Porém, as referidas pistas falam por conta própria, apesar desse esforço: isto é o que nós acreditamos que deve ser percebido sobre o inconsciente – principalmente, que ele fala por si só. Podemos dizer que é desta forma que ele opera?

Freud (2004a) se dá conta de que algo vem manifestar-se, no relato dos pacientes, de forma abrupta e incoerente, repetidas vezes. Essa repetição parece ser o que faz o psicanalista notar a comunicação incessante do inconsciente, a sua presença no discurso que a ele se direcionava. Dessa maneira, podemos considerar que o pesquisador percebe haver um movimento – a manifestação – que comparece pelas vias do discurso, produzindo neste um efeito (de incoerência e repetição, por exemplo) que, por sua vez, dá notícias de uma temporalidade. Todavia, a quem se refere isso que se manifesta? Nós acreditamos que seu comparecimento constante e seus efeitos formaram, aos olhos de Freud, uma sequência de imagens, uma cena diferente daquela trazida pelo relato explícito do paciente, mas que diz dele.

Assim, na tentativa de compreender os motivos pelos quais a manifestação desse sistema comparecia desta forma – intermitente, lacunar, imprecisa, contraditória, etc. –, o pesquisador constata que havia algo que impedia que tal manifestação se produzisse livremente. Freud (2004b) denomina isso de recalque⁴, em alemão *Verdrängung*, a ação de censurar o trânsito das representações nos diferentes sistemas. Podemos descrever esta ação

⁴ Este termo também apresenta uma divisão em sua tradução, entre “repressão” e “recalque”. Nós privilegiaremos a tradução consagrada pelo termo recalque.

a partir do movimento de *empurrar forçando*. O recalque, segundo o autor, teria a característica fundamental de contrapor a força exercida pela passagem de um estímulo (ou de um representante pulsional) para a *Cs*, impedindo que a manifestação desse estímulo se concretize enquanto fenômeno consciente.

O pesquisador observou que a condição para que o recalque exercesse sua função seria, em circunstâncias especiais, a produção de um desprazer pela satisfação de uma pulsão, ao alcançar a *Cs* (para tanto, a força do desprazer produzido devia ser maior do que aquela resultante da satisfação pulsional). Os efeitos do recalque se relacionam com a vida de vigília e estão condicionados ao processo secundário – desse modo, o recalque propriamente seria estabelecido após a separação entre o *Ics* e a *Cs*, isto é, uma organização psíquica que já coincide com o modo de funcionamento do princípio do prazer modificado pelo princípio de realidade. Nós acreditamos que, com isso, apresentamos os rastros de um psiquismo estruturado que já funciona nos termos das exigências de domínio da realidade, posto que a instauração do recalque possibilita, entre outras coisas, que os estímulos que adentram o aparelho sigam pelos caminhos já conhecidos, reafirmando experiências anteriores. Podemos dizer que apresentamos, desta forma, rastros da constituição subjetiva.

O recalque é descrito por Freud (2004b) em duas fases: o *recalque original*, que impediria que a representação pulsional fosse admitida na *Cs*, permanecendo fixada no *Ics* (porém, continua existindo e se organiza para formar representações derivadas, ao se ligar a outras representações); e a segunda fase, denominada *recalque propriamente dito*, que se referiria a cadeias de pensamentos derivadas da representação recalçada e que também eram impedidas de adentrar a *Cs*, permanecendo no sistema *Pcs*. Julgamos importante destacar o efeito do recalque originário, pois este permite uma maior riqueza/arbitrariedade no desenvolvimento das cadeias associativas, a partir dos mecanismos de condensação e deslocamento, tendo como efeito a sensação de estranhamento e surpresa quando as cadeias conseguem alcançar sua manifestação na *Cs*. Visto que esta é a forma com que elas

comparecem para nós na fala dos pacientes, justifica-se considerar, portanto, que essas características podem ser tomadas enquanto possíveis pistas do movimento inconsciente.

A partir disso, não poderíamos supor que o sistema *Pcs* mantém em si momentos contraditórios da experiência do sujeito, ao realizar a mediação entre o *Ics* e a *Cs*? De um lado, ele recebe representações com ligações arbitrárias (sem relação de causa “verdadeira”, digamos assim) e, de outro lado, busca realizar novas ligações destas últimas com as marcas históricas, lembranças de experiências passadas, e estímulos externos provenientes da *Cs*. Por se configurar ainda como inconsciente, tal operação realizada no *Pcs* também é considerada como parte da relação do *Ics* com a *Cs* e, ainda, pode servir como elucidação para apresentar uma medida de engano em que os fenômenos da *Cs* podem se constituir, tendo em vista os objetivos apresentados inicialmente neste capítulo.

Entra em cena, a partir desta exposição acerca do recalque, o sistema *Pcs*. Muito já foi dito a seu respeito, porém ainda há um importante aspecto de seu funcionamento que iremos apresentar. Freud (2004b) demonstra que o sistema *Pcs* seria responsável por manter a energia no aparelho para que o recalque possa ocorrer, já que sua manutenção pressupõe um dispêndio de força constante. Para tanto, o sistema retém em si certa quantidade de energia mobilizada, o que ocorre em função do processo secundário, que deixa ativos caminhos de experiência já percorridos, para que possa efetivar a comunicação pelas vias endógenas e exógenas, respeitando o princípio de realidade. A suspensão do recalque seria possível, e de fato ocorreu em alguns processos analisados por Freud (2010), tais como: nos chistes, nas denegações e no estado de sono. Sabemos que há um rebaixamento da consciência enquanto dormimos, o que possibilita uma fluidez maior dos conteúdos inconscientes através das formações oníricas. No próximo capítulo, veremos como o rebaixamento ou a suspensão do recalque são necessários para que a análise aconteça, mas também como a sua instauração é importante para a organização psíquica.

Até o momento, falamos do aparelho relacionando e descrevendo seus sistemas que têm a função de cumprir atividades psíquicas (Freud, 2014b). Contudo, o autor também o descreve a partir de instâncias para se referir à organização psíquica. O psicanalista percebe que havia uma interpretação equivocada de que o “Eu” coincidiria com a consciência, ou seja, seriam equivalentes. Na tentativa de contornar este equívoco, Freud (1996c) demonstra a relação entre as duas instâncias – Eu e isso – da organização psíquica e os sistemas *Cs*, *Pcs*, *Ics*. De acordo com o autor, os dois modelos não se anulam, pois servem para representar diferentes propriedades do aparelho e, por isso, relacionam-se.

Freud (2014b) aponta que a psicanálise reconhece no sujeito uma organização psíquica polarizada entre estímulos sensoriais e a percepção de suas necessidades corporais, de um lado, e, de outro, suas ações motoras. Tal organização, a qual o autor denomina “Eu” [*Ich*], faz mediação entre estes polos, com uma intenção determinada. Há também outro âmbito psíquico, mais obscuro e grandioso, chamado “Id”, como ficou mais conhecido, ou “isso” [*Es*]⁵. Esta instância, conforme o pesquisador a descreve, tem o atributo da impessoalidade e liga-se diretamente à indeterminação de expressões como “passou-me pela cabeça”, ou “havia algo em mim que naquele instante foi mais forte do que eu” (Freud, 2014b, p. 141).

Vemos, com isso, que o psicanalista relaciona a impessoalidade na fala ao rastro deixado pela operação do inconsciente – isto é, enquanto efeito de sua indeterminação. Seria equivocado apontar que o sujeito, ao enunciar algo desse tipo, destitui-se da posição de agente, falando de si e, de certa maneira, tomando-se como objeto? O que ocorre entre o Eu e o isso?

Agora chegamos ao exemplo: no Id não há conflitos; oposições, contradições existem lado a lado sem se perturbar, frequentemente se ajustando através de formações de compromisso. Nesses casos o Eu sente um conflito que tem de ser resolvido, e a decisão consiste em que uma tendência é abandonada em favor da outra. O Eu é uma organização, caracterizada por uma notável

⁵ O autor relata que fez a opção pelo uso de pronomes para designar tais instâncias, a fim de manter a psicanálise em contato com o modo de pensar popular, acessível ao paciente (Freud, 2014b). Seguiremos sua escolha e designaremos essas instâncias pelos pronomes *Eu* e *isso*, respectivamente.

tendência à unificação, à síntese. Ao Id falta esse caráter, ele é – por assim dizer – desconcentrado, suas diversas tendências perseguem seus propósitos independentemente e sem consideração mútua. (Freud, 2014b, p. 143)

Nesses dois âmbitos, como podemos ler na passagem anterior, vigoram regras diferentes. Observamos que, no psiquismo, a influência determinante para que ocorra uma diferenciação parece ser a proximidade com o exterior. Assim, o Eu deve ser considerado, segundo Freud (2014b), como uma camada do isso que foi modificada por influência externa (através do contato com a realidade). Para exemplificar, o autor sugere que a diferença entre as regras das duas instâncias se desenvolveu da mesma forma que a diferença entre o fronte e o interior de uma batalha na 1ª Guerra Mundial: a influência determinante da proximidade do fronte com o inimigo ocasionava a proibição de certas atividades, que eram liberadas ao interior.

Tendo essas informações em vista, agora podemos, finalmente, relacionar os sistemas do aparelho às suas instâncias. Como poucas vezes ocorre em sua obra, Freud é categórico quando diz que não há correspondência na relação de oposição *Cs versus Ics* e *Eu versus* isso, pois apenas a primeira oposição é aceitável e constitui a premissa fundamental da psicanálise. Ele demonstra que os atos psíquicos decorrentes do isso são sempre inconscientes e assim permanecem. Já os processos ou eventos do Eu podem se tornar conscientes, mas boa parte deles permanece inconsciente. A consciência está, portanto, ligada ao Eu, que controla as abordagens ou ações motoras – isto é, controla as descargas de excitações para o mundo externo –, o que torna o recalque uma de suas funções.

Ao relacionar as formas de satisfação pulsional às instâncias psíquicas, Freud (2014a) observa que a distinção entre o interno e o externo (isto é, o processo de subjetivação) não é dada de saída. Na próxima seção, veremos como essa distinção ocorre para o psiquismo. Porém, neste momento, estamos considerando que ela já foi constituída. Há, portanto um Eu, e desta instância diferencia-se ainda uma outra parte, que estaria menos vinculada à *Cs*, segundo o autor.

Essa diferenciação é demonstrada por Freud (1996c) como resultante de uma típica relação do sujeito com o objeto – mais especificamente, quando ambos deixam de estar em relação. O psicanalista verifica que a introjeção do objeto no Eu ocorria devido ao impedimento de este se manter ligado àquele enquanto percebido na realidade. Isto é, o investimento no objeto foi substituído por uma identificação com ele. Assim, forma-se uma parte dessa instância que se descola de si mesma e passa a agir como se fosse o objeto: ela incorporou as características dele e se confronta com o restante, como um *ideal do Eu*, ou *Supereu*.

Erigindo esse ideal do Eu⁶, o Eu dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao isso. Enquanto que o Eu é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o supereu coloca-se, em contraste com ele, como representante do mundo interno, do isso. Os conflitos entre o Eu e o ideal do Eu (...) em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno. (Freud, 1996c, pp. 48-49)

Dessa maneira, a partir do que Freud propõe, podemos perceber que a constituição psíquica desenvolve-se em torno das experiências do psiquismo, ora voltado para o exterior, ora para o seu interior. Vimos que, apesar de o psicanalista não conferir uma hierarquia aos sistemas ou instâncias, ele sublinha que a Cs e a parte do Eu que se relaciona diretamente com ela são resultantes dessas experiências do psiquismo primitivo – constituído originalmente pelo isso e por processos do tipo primário, característicos do inconsciente.

A experiência do inconsciente começa a se desenhar, para nós, a partir desta apresentação. Podemos perceber, no caminho percorrido até aqui, que a teoria psicanalítica se constitui através dessa experiência, na tentativa de articulá-la em uma possível terapêutica. Para isso, nós acreditamos que Freud se vê em posição de formalizar a maneira como ele compreende a vida psíquica em três perspectivas principais: a dinâmica, a econômica

⁶ Na edição que utilizamos, os termos *Ich* e *Es* foram traduzidos respectivamente para Ego e Id. Tendo em vista nossa opção por traduzir esses termos seguindo o uso dos pronomes sugeridos pelo autor, fizemos as alterações, nos trechos utilizados, por Eu e isso, respectivamente.

e a topológica. Nós, intencionalmente, optamos por não apresentar essas três perspectivas separadamente, pois decidimos apresentá-las da forma como elas se articulam, ou seja, sem um ordenamento claro e objetivo.

O psiquismo, a realidade, e o que vem balançar no intervalo

Na seção anterior, mencionamos que a diferenciação entre o subjetivo e o objetivo não está posta desde o início. Segundo Freud (2014a), uma anterioridade mítica ao Eu, no que se refere ao psiquismo, concerne a uma indiferenciação no nível interno/externo. Essa distinção é relevante para nós, tendo em vista que dela decorre a possibilidade de que o funcionamento psíquico como o descrevemos ocorra – na abrangência de suas atividades. Entretanto, é necessário frisar que tal distinção é um processo que ocorre gradativamente: o psiquismo indiferenciado vai diferenciando-se à medida que experiencia – ou vive, em última instância – sob o domínio do princípio do prazer.

O autor descreve que, para que a diferença dentro-fora se instaure, deve ocorrer o processo de negação, correspondente às operações simultâneas *Bejahung-Ausstossung* (afirmação e expulsão primordiais). De acordo com Costa (2008), essas operações ocorrem de maneira simultânea e, uma vez que não podem ocorrer independentemente, são co-extensivas:

Trata-se, então, do duplo processo co-originário de constituição e diferenciação do interior e do exterior. Ao formar o interior, através da “afirmação primordial”, o sujeito constitui o simbólico a partir da introjeção de representações. A outra face da “afirmação primordial” chama-se expulsão (*Ausstossung*). Essa expulsão que constitui o fora, segundo Lacan, é o “que constitui o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização.” Em um sentido lógico, portanto, podemos compreender que primeiro houve a introjeção das percepções como representações e depois a expulsão para fora daquilo que não pôde ser simbolizado por esta “afirmação primordial”. (Costa, 2008, p. 11)

Estas operações são descritas por Freud (2014a) por meio de uma função de juízo que cabe ao Eu, ainda que primitivo: decidir se confere ou recusa a uma coisa

determinada qualidade (boa ou má, útil ou nociva), assim como se admite ou contesta que uma representação tem ou não existência na realidade.

Quanto à primeira decisão, o psicanalista observa que se tratava de escolher o que seria introduzido no Eu (eis o que sou – afirmação primordial) e o que seria deixado fora (eis o que não sou – expulsão primordial). Porém, Freud aponta que, ainda que seja deixado fora, aquilo que foi tomado como estranho ao Eu, inicialmente, seria idêntico a ele.

Já em relação à segunda decisão, cabia ao Eu reencontrar algo na percepção (realidade) que está presente internamente, como representação. “O não real, meramente representado, subjetivo é apenas interno; o outro, o real, está presente também no exterior.” (Freud, 2014a, p. 25). Finalmente, se estamos abordando um momento que supostamente seria anterior ao pensamento, logo, este acesso somente pode ser feito depois que o pensamento se instaurou – e portanto, nós acreditamos, de forma mítica.

Trata-se, de acordo com a leitura que Hyppolite (1998) faz do artigo freudiano, da origem do pensamento enquanto tal, mas não antes que esse atrito tenha produzido, no psíquico, o efeito resultante do par operatório afirmação-expulsão primordiais. Nós acrescentamos a ressalva de que o psiquismo ao qual Freud (2014a) se refere seria o da psicanálise, ou seja, o aparelho psíquico na sua dimensão de estimulação, de investimento pulsional, compreendido no domínio do princípio do prazer. A partir disso, podemos dizer que o ordenamento das pulsões e o princípio de realidade vão formando seu caminho no psiquismo primitivo, a partir do atrito deste com o mundo.

Costa (2008) aproximou a constituição subjetiva à negação no sentido hegeliano, situando-a (a constituição) no movimento negativo enquanto resultado de uma relação com o Outro. A negação tem o aspecto de um movimento que consiste na própria operação negativa; em seguida, na superação desta negação e no enriquecimento do resultado através da manutenção desta contradição – enfim, “a negação de uma coisa sobre outra, ou sobre ela mesma, sempre produz uma afirmação que é diferente da primeira determinação.”

(Costa, 2008, p. 2). *Aufhebung*, o termo em alemão usado por Hegel e Freud, tem o triplo sentido de *negar* e, ao mesmo tempo, *suspender*, *elevantar* e, ainda, *reter*, *segurar*.

Assim, temos o caráter que nos interessa a respeito desta distinção: se pudéssemos considerar que a indiferenciação do interno/externo (através da *Aufhebung*, conforme a expusemos) seria afetada pelo par operatório, não teríamos como resultado uma distinção interno/externo dualista? Mas, por ser negada e suspensa, não seria a indiferenciação conservada, apesar de superada por essa distinção? Caso não estejamos equivocados, a distinção Eu/não Eu, sujeito/objeto, interno/externo seria a indistinção com algo a mais, isto é, acrescida de sua negação, de seu contrário⁷.

Essa discussão nos leva à descrição que Freud (1996a) propõe para as marcas – representações – deixadas pelas primeiras experiências de satisfação com o objeto: um registro no aparelho psíquico. Nesse sentido, a noção de *trilhamento* é então destacada por Lacan (2008a) do referido texto freudiano, a partir do termo em alemão *Bahnung* – o qual, o autor sugere, fora traduzido para o inglês de forma insuficiente, por *facilitação*, deixando de abarcar o sentido original encontrado em Freud, que evoca uma articulação, ou seja, a construção de uma via de continuidade, de cadeia. Portanto, o termo *trilhamento* acolhe esse sentido e se refere ao rastro contido no aparelho neurônico que é conservado após ter sofrido os efeitos de uma profunda tendência à descarga.

Para Freud (1996a), o desejo surge nesse momento, em decorrência da tendência do aparelho: retomar o contato com o objeto que propiciou a satisfação, ou seja, reencontrar na realidade algo que já está presente internamente, como representação. Tal perspectiva, segundo Lacan (2008a), foi inicialmente articulada por Freud ao princípio do prazer, isto é, seu funcionamento enquanto um princípio de inércia através da

⁷ Sabemos que, em uma passagem do artigo lacaniano com o qual abrimos este capítulo, *Posição do inconsciente*, o autor faz uma atualização da *Aufhebung* hegeliana, ao incluir a fantasia – enquanto síntese que contém a experiência traumática e se relaciona com a sexualidade – para formar a *Aufhebung* da psicanálise, que conserva seu efeito de denunciar as identificações em seus engodos. Não iremos entrar neste tema, pois foge ao nosso assunto, mas recomendamos a leitura a quem possa interessar.

alucinação da satisfação. Sobre o funcionamento deste aparelho, Lacan, em sua leitura de Freud, explica que o autor:

parte de um aparelho cujos dados são os mais opostos a um resultado de adequação e de equilíbrio. Ele parte de um aparelho que, por sua própria tendência, se dirige ao engodo e ao erro. Esse organismo por inteiro parece feito não para satisfazer a necessidade, mas para aluciná-la. Convém, portanto, que um outro aparelho, que se oponha a ele, entre em jogo para exercer uma instância de realidade e se apresente, essencialmente, como um princípio de correção, de chamada à ordem. (...) O princípio de realidade, ou seja, aquilo a que o funcionamento do aparelho neurônico deve, no fim das contas, sua eficiência, apresenta-se como um aparelho que faz muito mais do que simples controle – trata-se de retificação. (...) Ele corrige, compensa o que parece ser a tendência fundamental do aparelho psíquico e, fundamentalmente, opõe-se a ela. (Lacan, 2008a, pp. 39-40)

Portanto, a partir disso, a realidade seria apreendida de maneira precária e paradoxal, posto que resulta de um processo de retificação que se opõe necessariamente à tendência fundamental do aparelho psíquico, imposta pelo princípio do prazer. O autor ressalta o valor essencial que Freud dá à noção de estrutura (*Aufbau*) que possibilita a retenção da energia no aparelho, assim como à função de descarga (*Abfuhr*), e aponta para a edificação de uma topologia da subjetividade.

Podemos observar, tendo em vista a discussão apresentada até aqui, como a noção de subjetividade relaciona-se por analogias, nos dois autores, a um relevo que é produzido na superfície do aparelho a partir de seu funcionamento, sua rede complexa de sistemas neuronais que se estendem e se encolhem mediante excitações exógenas e endógenas, produzindo o fenômeno da percepção. A percepção relaciona-se, portanto, com a realidade, e também é governada pelo princípio do prazer.

Lacan (2008a) aponta que a eficácia do princípio do prazer se dá ao regular os trilhamentos que o aparelho conserva. Assim, o que se produz seria um reexame da realidade, sempre embasado em uma experiência anterior de satisfação – uma ação, portanto,

que corresponde a uma busca pelo reencontro com o objeto, segundo o autor. O princípio do prazer, se deixado livremente, “esforça-se por promover uma descarga de excitação, a fim de que, com a ajuda da quantidade de excitação assim acumulada, possa estabelecer uma ‘identidade perceptiva’.” (Freud, 2001, p. 575). Este é o processo primário de atividade do aparelho psíquico. Seu objetivo é a descarga motora, ou a revivificação alucinatória da identidade perceptiva desejada. Através deste processo, experimentamos o mundo inicialmente, não importando se a descarga acontecerá coincidindo com o real ou se será alucinatória.

Retomando: a constituição da relação do pensamento com a realidade se estabelece segundo o princípio de realidade. Ele seria o responsável pela retificação ou correção do resultado a que chega o princípio do prazer, de tal modo que haja uma inibição do desenvolvimento da descarga criando uma barreira ao objetivo deste último, mantendo a carga no sistema. Isso se dá, de acordo com Freud (2001), pelo método de excitação ou catexia das lembranças, dos caminhos já trilhados: um abandono da “identidade perceptiva” e adoção da busca pelo estabelecimento de uma “identidade de pensamento”. De uma forma geral, o pensar se constitui, segundo o autor, por uma via indireta que parte da lembrança de uma satisfação até uma catexia idêntica da mesma lembrança que se tem a expectativa de atingir mais uma vez. Sobre esse tema, Lacan aponta:

Quer dizer que o funcionamento interior do aparelho psíquico (...) se exerce no sentido de um tateamento, de uma prova retificativa, graças à qual o sujeito, conduzido pelas descargas que se produzem segundo os *Bahnungen* já trilhados, fará a série de tentativas, de rodeios que pouco a pouco o levarão à anastomose, ao ultrapassamento da prova imposta ao sistema circundante dos objetos presentes nesse momento da experiência. (Lacan, 2008a, p. 43)

Temos, com isso, que a imagem do mundo externo baseia-se nesses trilhamentos, e, portanto, podemos compreender melhor por que motivo, para Freud, a realidade seria precariamente constituída pelo homem: porque se constitui através de um princípio

que almeja a descarga da excitação a qualquer custo, inclusive ao custo dela própria. Verificamos, de acordo com os autores, que o pensamento decorre de encontrar identidade de lembranças que funcionam como uma via de ligação – anastomose –, permitindo ao sujeito uma adequação de sua ação por meio da ereção do processo secundário, definido como o adiamento da descarga em prol da manutenção da realidade.

Por essa via, Lacan (2008a) demonstra que o pensamento retorna algo da experiência humana por meio das lembranças e memórias. De maneira autônoma, elas compõem um “conhecimento” acerca da sua própria história de relação com o mundo, dessa forma abrindo caminhos de comunicação com a realidade e podendo, inclusive, prescindir da percepção como estímulo exógeno. Uma vez que apontamos que o processo do pensamento se dá no inconsciente, podemos observar que ele está paradoxalmente submetido ao princípio do prazer, mas também é governado pelo princípio de realidade (Lacan, 2008a).

Como já vimos, há que se realizar um trabalho, em contraposição ao recalque, para que esse conteúdo inconsciente possa irromper na consciência. Lembramos que Freud (2001) ressalva que seu uso do verbo “irromper” não se trata de uma mudança de localização, de um campo para outro, mas sim de um investimento de energia que se liga a um determinado agrupamento psíquico ou retira-se dele, fazendo com que a estrutura em questão caia sob a influência de um dado sistema ou seja subtraída dele.

A partir disso, perguntamos: o que faz com que o pensamento passe à consciência? A produção de palavras, diz Lacan (2008a), em decorrência do desenvolvimento freudiano de que o pensamento se associa a lembranças verbais, ou resíduos verbais. Estes são rastros de percepções anteriores – portanto, já estiveram ativos na consciência, facilitando o irromper nesta (Freud, 1996c) e estabelecendo vias de ligação entre as representações.

Assim, o pensamento recebe o investimento necessário para atrair a atenção da *Cs* e poder passar a receber sua influência. Portanto, as palavras são o que caracteriza a passagem do *Ics* para o sistema *Pcs*, ao possibilitar que o estado psíquico de expectativa

(de prazer esperado) – estado chamado por Freud (1996a) de *atenção* – possa se estabelecer, e justifica-se por investir os neurônios que são portadores do investimento de energia perceptual, portanto, uma indicação de descarga.

Vamos refazer o percurso: o pensamento se constitui a partir da inibição da descarga pelo não reencontro, na realidade, daquilo que geraria a satisfação; por ter ocorrido o desencontro com o que é conhecido, recorre-se à lembrança; o pensamento associa-se, então, ao que chamamos palavras, que podem ou não atrair a atenção consciente. Em caso negativo, as palavras continuam no pré-consciente; em caso positivo, as palavras catexizam os neurônios perceptivos, indicando a descarga por ter obtido a identidade de pensamento. Assim, o movimento se completa, chegando à realização através da fala.

Freud (1996a) observa que o processo psíquico concerne a uma experiência mecânica, no sentido energético da física – ou seja, de trabalho mecânico, de transmissão, transformação e desgaste/perda de energia. As associações da fala – a transformação da energia de excitação para a energia mecânica que esta produz – são realizadas pelo investimento que passa da imagem sonora para a imagem verbal e desta para a descarga, segundo o autor. Tendo isso em vista, Lacan (2008a) ressalta que aquilo que é passado do inconsciente para a consciência, em última análise, são os movimentos do inconsciente. Observamos como a noção de trilhamento põe em evidência esta conotação: os passos percorridos pela estimulação do aparelho psíquico e pelo sujeito (que é seu efeito), através da historicidade da experiência que lhe é própria, incluindo a descontinuidade e as inibições – tudo isso participa da formação da trilha advinda do movimento inconsciente.

O autor nos coloca, a partir disso, um questionamento: em que consiste, afinal, a apreensão, a inclinação que nós podemos colocar, do ponto de vista da realidade, entre os dois princípios? Pois, no mesmo lugar onde reina o princípio da articulação, também se produz todo o fenômeno alucinatório da percepção, ele dirá um pouco mais adiante.

Retornamos a Freud para compreender como ele demonstrou ser possível tomar a realidade, tão paradoxal quanto ela se apresenta, em análise. Vejamos como ele encerra o livro *A interpretação dos sonhos* (2001). O argumento a seguir nos parece importante para, através dele, colocarmos em causa o retorno à metapsicologia freudiana para pensar a ética da psicanálise.

Se devemos atribuir *realidade* aos desejos inconscientes, não sei dizer. Ela deve ser negada, naturalmente, a todos os pensamentos tradicionais ou intermediários. Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos a sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de concluir, sem dúvida, que a realidade *psíquica* é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade *material*. Portanto, não parece haver justificativa para a relutância das pessoas em aceitar a responsabilidade pela imoralidade de seus sonhos. (Freud, 2001, p. 591, grifos do autor)

Por essa via, a realidade apreendida pode ser concebida como resultante do cruzamento entre os efeitos dos princípios do prazer e de realidade. O autor não parece conferir prevalência entre as realidades psíquica e material – elas se costumam, formando uma trama de relevos diversos. Considerar o inconsciente – suas características, suas formações, seu movimento – como Freud propõe requer que estejamos dispostos a abrir mão de eleger uma dessas formas de realidade para orientar tanto a prática quanto o desenvolvimento teórico da psicanálise.

Esta é uma decisão ética para os psicanalistas, pois, como Freud (2001) denuncia, o terreno de onde brotam nossas virtudes é complexo e mantém partes obscuras, que não deixam de influenciar, de um lado para o outro, por forças dinâmicas. Essa descoberta fez com que ele encorajasse seus pacientes a se responsabilizarem pelas construções resultantes da análise e, por vezes, a seguirem esse caminho que aponta para algo que foi rechaçado, encoberto. O exemplo da imoralidade revela que ela pode ser apenas mais um disfarce para manter no desconhecimento conteúdos que servem para remontar à origem psíquica das neuroses, individualmente.

No modelo do psiquismo proposto, vimos que há um embasamento de seu funcionamento em palavras: quando estas passam à consciência, algo se realiza segundo os fundamentos deste sistema – aquilo que acreditamos estar relacionado com o conceito, enquanto ele se aproxima o máximo possível daquilo que busca designar. Contudo, compreendemos que há também algo que se realiza por ser indeterminado, isto é, que se realiza por não designar. Através desta contradição, abordamos a noção do inconsciente, tendo em vista que acreditamos na necessidade de deixar à mostra a complexidade de aproximar-se dele. Para tanto, buscamos não tomá-lo como conceito preconcebido, ou saber adquirido, pois a busca por um discurso sintético sobre o inconsciente está condenada, de antemão, a perder os fundamentos de seu conceito, de acordo com Soler (2012). Nas palavras de Freud:

O inconsciente é a esfera mais ampla, que inclui em si a esfera menor do consciente. (...) O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; *em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é apresentado de forma tão incompleta pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais.* (Freud, 2001, p. 584, grifo do autor)

Ao analisar esta passagem, podemos perceber que, em relação de equivalência, tanto o inconsciente em sua natureza mais íntima quanto a realidade do mundo externo seriam, na mesma medida, desconhecidos. Da mesma forma, a apresentação do inconsciente pelos dados da consciência e a apresentação do mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais são incompletas. Ora, o autor põe nessa relação elementos que julgávamos opostos, não é? A experiência do sujeito com os rastros do movimento inconsciente, nós conjecturamos, tem algo dessa aproximação de opostos – não foi através destes que descrevemos, na medida do possível, o funcionamento do psiquismo até aqui? Não é sem razão que levantamos a hipótese de que o modo pelo qual ocorre a diferenciação interno/externo (por uma negação, digamos assim) conservaria tal aproximação.

Nessa sequência, Lacan (2008b) recupera o conceito de inconsciente freudiano e demonstra como ele se estabelece, numa aproximação que não deixa de ter relação com o que é imposto como forma do infinito, em conformidade com a citação acima. Para ele, o conceito se modela por um acercar-se da realidade que ele foi feito para apreender – entretanto, é por uma passagem ao seu limite que ele chega a se realizar. Ou seja, dizer que o inconsciente é infinito, ou como diz Freud, a esfera maior, seria apontá-lo diretamente, impondo um limite. Portanto, não o abarca, tampouco.

O estatuto do inconsciente, diz Lacan (2008b), é dado pela estrutura linguística cujo modelo é o jogo combinatório, que dá ao inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável. Esse jogo “opera em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva” (Lacan, 2008b, p. 28), e é neste terreno que a análise se baseia para sua elaboração. O autor fundamentou a sua investigação sobre o inconsciente através da noção dinâmica, caracterizada não pela noção de *força*, mas pela constatação da *função da causa*⁸ e, mais precisamente, pelo que sobra desta função quando tentamos conceituá-la: uma certa *hiância*. Com isso, nós entendemos que a força que se transmite na hiância, seu movimento, não seria o que determina a característica dinâmica do inconsciente. O que designa sua dinamicidade é o fato de que existe algo que permanece irremediavelmente no desconhecimento (algo de anticonceitual, de indefinido) e, por isso, a noção de força precisa ser considerada – pois isso se repete. Dessa forma, nós acreditamos que a força faz a ligação entre os momentos de apresentação, digamos assim, daquilo que se repete.

Lacan (2008b) dá o próximo passo depois de Freud (1996b) e diz que aquilo que é encontrado no resto, no que sobra do conceito de causa já nomeada como hiância, é algo da ordem do *não realizado*. É aí que ele – inconsciente – aparece, que alguma coisa acontece. A sua manifestação é o que provoca que ele seja levado em conta; porém, ele se manifesta como o que fica à espera, como algo de *não nascido*.

⁸ Neste ponto, o autor indica o uso que faz da dimensão essencial da noção de causa proveniente de Kant – no *Ensaio sobre as Grandezas Negativas* – como o que é inalisável, impossível de compreender pela razão.

O inconsciente não é a própria hiância, para esclarecer, mas aquilo que se manifesta aí. A hiância seria o que Freud (2001) denominou de *umbigo dos sonhos*, o centro incógnito, aquilo que nos dá notícias de um além que resta desconhecido, mas sempre presente. O psicanalista está em posição – na relação analítica – de remexer aí, para fazer surgir realizado este material que espera como não nascido. Em suma, segundo o autor, não se trata de suturar esse buraco claudicante.

Nesse sentido, o sujeito, como Lacan (1998b) o apresenta, é o tipo de sujeito causado por essa hiância e que, através da linguagem, só pode ser designado enquanto fala [Eu], mas isso não o significa. Contudo, como fica a realidade compreendida de si mesmo? Ora, já vimos que a realidade em Freud é paradoxal. Como, então, localizar esse sujeito, suposto na fala, apenas em relação à realidade material? Afinal, enquanto realizado na fala, o sujeito também se relaciona com a ficção produzida pelo princípio do prazer. Assim, o autor demonstra como a constituição psíquica – para que o sujeito se torne sujeito de um discurso – só é possível levando-se em conta a dimensão do Outro:

O Outro é aquele que sustenta um discurso articulado em que se conjugam fala e linguagem. Por isso, ele introduz o pequeno sujeito na linguagem com suas palavras e seus mecanismos sintáticos de fabricação da significação. A partir daí, fala para nós quer dizer fala “articulada”, formatada pela linguagem, uma linguagem que está primariamente do lado do Outro. O termo “articulado”, que Lacan emprega tão frequentemente, merece ser tomado literalmente. Uma articulação junta sempre dois elementos distintos. (Soler, 2012, pp. 27-28)

Essa dimensão é caracterizada por Lacan (1998b) como lugar do significante, posto que o Outro foi tomado enquanto aquele que sustenta um discurso articulado e que articula, em seu discurso, o pequeno sujeito, como a autora elucidou no trecho citado.

A partir deste ponto, temos um acréscimo que Lacan propõe ao inconsciente de Freud: a lei do significante. O autor realiza uma aproximação do inconsciente freudiano (que é estruturado como uma linguagem e, por isso, possibilita uma leitura) com a linguística de

Saussure, definindo a sua tópica com base no algoritmo significante/significado, para demonstrar como o movimento do inconsciente se articula em palavras, através da relação de metáforas e metonímias. Esta articulação está submetida à chamada ordem simbólica, dentro dos limites da gramática e do léxico, e é aí que Lacan (1998a) encontra a realização do sentido inconsciente: somente as relações do significante com o significante fornecem o padrão de qualquer busca de significação.

A fim de demonstrar a razão pela qual nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo, Lacan (1998c) especifica que a estrutura de articulação do significante, ao engendrar dois tempos paradoxais, concomitantemente, ilumina a divisão – originária – entre o sujeito e ele mesmo. Tais tempos paradoxais são, a saber, o instante anterior (o sujeito lá estava, não está mais) e o instante posterior (por pouco mais, lá estava o sujeito, por ter podido lá estar). Dessa maneira, o Outro, ainda não discernido do sujeito e enquanto lugar de produção dos significantes, “faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala, mas ao preço de cristalizá-lo. O que ali *havia* de pronto para falar (...), o que lá havia desaparece, por não ter podido ser mais que um significante.” (Lacan, 1998c, p. 854, grifo do autor)

O efeito resultante disso, conforme o autor determina, seria a instauração desse registro pelo fato de um significante representar o sujeito para outro significante, e, enfim, justifica-se que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante. Através disso, podemos concluir que, pelo fato de a atividade da análise fundamentar-se na fala e na linguagem, ela está, por conseguinte, submetida a tal lei (Lacan, 2008b).

Assim, por meio da enunciação na sua qualidade articuladora, os fenômenos do inconsciente são registrados como alguma coisa que se estatela e demanda a se realizar em uma estranha temporalidade. O autor descreve isso que foi articulado na fala como um produto inacabado, que se apresenta como um achado de características peculiares e, no entanto, traz consigo uma solução que aparece de forma surpreendente para o sujeito. Ele “se sente ultrapassado (desatualizado?), pelo que acaba achando ao mesmo tempo mais

e menos do que esperava – mas que, de todo modo, é, em relação ao que esperava, de um valor único” (Lacan, 2008b, p. 32). Dessa forma, o que o sujeito encontra seria, ao mesmo tempo, excesso e falta em relação ao que ele esperava encontrar, de acordo com Lacan.

O autor demonstra que, ao passo que o sujeito se depara com esse efeito, instaura-se nele a dimensão da perda: isso está sempre prestes a se roubar novamente. Tal produto seria um saber que se retira do próprio sujeito, do sujeito do inconsciente, que não pode ser suposto, nem se submete às regras de temporalidade e determinações lógicas convencionais – um saber caduco, como Lacan o caracteriza mais adiante, em seu seminário denominado *O saber do psicanalista* (1997). Podemos atribuir a descontinuidade como outra característica essencial com que o inconsciente nos aparece: ao menos inicialmente, como algo que vacila. Porém, este caráter do inconsciente não deve ser confundido com um fundo de uma apreensão de qualquer totalidade. Lacan diz expressamente:

(...) o *um* que é introduzido pela experiência do inconsciente é o *um* da fenda, do traço, da ruptura.

Aqui brota uma forma desconhecida do *um*, o *Un* do *Unbewusste* [inconsciente]. Digamos que o limite do *Unbewusste* é o *Unbegriff* – não o não-conceito, mas o conceito da falta. (Lacan, 2008b, p. 33, grifos do autor)

Esta vacilação retorna a ausência, disse o autor. Assim, observamos que, através da repetição do encontro com a ruptura, com a fenda, com o traço da abertura, a repetição faz com que a ausência se desenhe para o sujeito. Portanto, Lacan (2008b) observa que aquilo que seria introduzido pela experiência do inconsciente é, no fundo, a relação com a mudez do conceito de falta. Acreditamos que essa relação se constitui pela fala, já que é no “nível do sujeito da enunciação, enquanto segundo as frases, segundo os modos, se perdendo como se encontrando, e que, numa interjeição, num imperativo, numa invocação, mesmo num desfalecimento, é sempre ele [inconsciente] quem nos põe seu enigma, e que fala” (Lacan, 2008b, p. 33). Trata-se, diz o autor, do sujeito enquanto indeterminado, por assim dizer,

no que se refere ao inconsciente. Talvez possamos considerar que isto é o que há para ser encontrado ou percebido no rastro deixado pela operação do inconsciente.

Finalmente, acreditamos ter apresentado de maneira suficiente como os autores fundamentam a experiência do inconsciente, para, a partir dela, considerar o modelo de prática clínica proposto pela psicanálise, no próximo capítulo. Vimos que o inconsciente opera de maneira pré-subjetiva, a partir da hiância, e por consequência acreditamos que sua presença no discurso do sujeito poderia ser considerada como referida à diferença existente entre o sujeito enquanto tal (fenômeno da consciência) e ele mesmo enquanto o objeto que lhe falta (aquele cujo acesso lhe foi negado em um determinado momento na realidade, e que ele busca insistentemente reencontrar). Assim, ao se referir ao radical de um reencontro impossível, não poderíamos conjecturar que o inconsciente opera por não designar, por manter-se como não nascido e, portanto, relaciona-se com a mudez do conceito de falta?

Mostramos algumas vias e modos pelos quais o inconsciente passa a sua mensagem, mas, principalmente, ele passa a mensagem porque se repete. Então, buscamos apresentar a maneira como entendemos que os autores articularam as repetições do movimento inconsciente: em uma cadeia significante que se produz em paralelo à enunciação do paciente (como mencionamos, formando uma outra cena). E, junto com eles, acreditamos que, para que se forme essa outra cena, é preciso haver alguém como destinatário da mensagem, pois isto equivale a dizer que o inconsciente produz seu sentido no campo do Outro. Sobre esse tema, Soler (2012) articula o título do artigo que abordamos – *Posição do inconsciente* (Lacan, 1998c) – para demonstrar, através do termo *posição*, que o inconsciente não se acha por si só (no sentido de não poder se autoafirmar), utilizando a expressão em francês que corresponde ao nosso dizer de que ele “se acha”. Nesse sentido, para posicioná-lo, torná-lo presente, não bastaria apenas o paciente, é preciso contar com o analista.

Finalizamos esta parte da discussão trazendo de volta uma colocação que abriu o capítulo. Contudo, agora a apresentaremos em forma de questionamento: com base no que vimos até aqui, como pode o psicanalista ser incluído no conceito de inconsciente? No próximo capítulo, por um retorno a Freud através do olhar de Lacan e pelo nosso próprio olhar sobre ambos os autores, investigaremos a posição do analista no que se refere ao movimento do inconsciente, com a finalidade de demonstrar por qual motivo é necessário levá-lo em conta quando se trata da prática clínica psicanalítica.

Levaremos para este próximo passo um entendimento de que o inconsciente pulsa situado na dimensão de uma sincronia, pelo efeito da linguagem, que é sua condição. É por meio desta que temos notícias de seu movimento, que ele se abre. Porém, também é através de seu fechamento que temos condição de perceber algo de seu espaço e, assim, compreender a impropriedade de se pensar ou fazer dele algo como um interior, conforme Lacan (2008b) demonstra. É também por seu fechamento que a sua cadeia se encerra e nos dá a dimensão do *a posteriori*, mostrando uma estrutura temporal que possibilita a ressignificação a cada nova pulsação, só depois. O “abre-te, Sésamo” do inconsciente, Lacan (1998c, p. 852) nos diz, “é ter um efeito de fala, ser estrutura de linguagem, mas exige do analista que ele reconsidere todo o modo de seu fechamento.”

Por fim, preparamos o terreno em que a técnica psicanalítica se fundamenta, ressaltando que considerar a manifestação do inconsciente – suas características, suas formações, seus efeitos – requer uma apreensão da realidade em uma análise que corresponda também a seus mecanismos de ação. Ou seja, uma realidade que é apreendida pelo modo ficcional através do qual o aparelho psíquico se orienta, no que corresponde ao inconsciente, e que conte com a dimensão do analista enquanto participante dos movimentos do inconsciente – constituindo, assim, um modo de acesso à realidade psíquica, como será abordado no próximo capítulo.

Capítulo 2

Observar a atitude de Freud frente à movimentação e influência dos fenômenos psíquicos que se relacionavam com os sintomas neuróticos – este foi o ponto de partida escolhido por nós. Tal atitude freudiana, nós acreditamos, promoveu a invenção da técnica psicanalítica a partir de uma diferenciação de seu posicionamento em relação àquele comum aos médicos de sua época, que considerava que os fenômenos psíquicos tinham um caráter ilusório e, por isso, não teriam importância, seriam um tipo de epifenômeno (Lacan, 1998d). Junto com Lacan, conjecturamos que Freud conferiu à experiência que se realizava em sua prática clínica a importância de ser o meio pelo qual é possível conhecer a realidade psíquica. Podemos pensar que, a partir da concepção de uma outra realidade, diversa da material imediata, a experiência analítica – ou seja, a escuta do testemunho do paciente sobre qualquer aspecto acerca de seu sintoma – tornou-se a matéria da análise. Ao levar em conta as influências decorrentes das manifestações do inconsciente, Freud, por vezes, abandona a posição médico-neurologista frente a esses fenômenos, para ocupar uma posição que, após a concepção do método, é própria ao psicanalista.

Como um dos objetivos desta pesquisa é, posteriormente, explorar a leitura lacaniana sobre esse ponto – de onde fala um psicanalista –, faremos essa análise da teoria freudiana principalmente através das considerações de Lacan (1998d) contidas no artigo *Para-além do “princípio de realidade”*. Nesse texto, o autor descreve o que ele chama de “revolução do método freudiano”: a experiência psicanalítica, uma experiência fenomenológica, seria ela mesma o objeto de análise do método psicanalítico. Essa experiência caracteriza-se, antes de tudo, por ser uma experiência de linguagem. E, por essa via, Lacan (1998e) aponta que a realização da fala – cujo efeito, diz ele, é revisar as verdades ao reordenar as contingências passadas, articulando-as de acordo com o sentido das necessidades constituídas pela escassa liberdade do sujeito que fala – se dá graças ao valor conferido à anamnese como mola do progresso terapêutico.

O que Lacan (1998d, p.84) denomina de “primeiro sinal dessa atitude de submissão ao real” (referindo-se ao reconhecimento, por parte de Freud, da necessidade de se levar em conta, no tratamento, o testemunho do próprio sujeito acerca dos fenômenos psíquicos) é o objeto que buscamos analisar neste segundo capítulo. Nossa hipótese consiste em observar se é possível que essa atitude freudiana seja considerada um descolamento do posto magistral. Foi através desse entendimento que nos surgiu a seguinte pergunta: como Freud percebeu que um método clínico que levasse em conta as formações do inconsciente talvez não pudesse basear-se estritamente em um posicionamento, por parte do médico, de dominação? Por esse posicionamento de dominação, entendemos a imposição de um saber preconcebido sobre o paciente, por exemplo, partir da realidade material para categorizar os fenômenos psíquicos, aplicando a eles seu modelo – tal qual o posicionamento clínico de sua época. Assim, pareceu-nos importante perseguir esse fio, que nos conduziu até um tempo pré-psicanalítico, como demonstraremos a seguir.

Nesse momento inicial de sua carreira, podemos observar que Freud testava a eficácia e a aplicabilidade do método de Josef Breuer. E, assim, supomos que esse seu movimento (de deixar vazio o lugar do saber preconcebido) talvez não tivesse como objetivo imediato apenas um benefício ao tratamento do paciente em questão, mas também o prosseguimento da pesquisa metodológica. Observamos, através dessa hipótese e nesse processo, que Freud acaba por incluir a desocupação intermitente do lugar de mestre no seu método, ao observar sua pertinência para o tratamento das neuroses. Propomos, a seguir, um caminho que apresenta essa direção percorrida pelo pensamento investigador de Freud e de sua prática.

Para isso, utilizamos alguns exemplos e passagens do texto freudiano, momentos em que, inicialmente, ele se posiciona de maneira impositiva em relação ao discurso do paciente, sem que esta postura lhe renda resultados frutíferos no que tange aos sintomas. Mediante essas experiências, o psicanalista construiu progressivamente seu método, criando orientações para aqueles que desejavam aprender tal técnica. Ele as revisitou e

reformulou frequentemente, aproximando-se, ao final de sua obra, à concepção de que o trabalho da análise talvez não pudesse se dizer completo.

Podemos encontrar indícios de que sua postura médica, caracterizada por possuir um saber – e, portanto, um poder – sobre os pacientes, foi problematizada por meio da própria clínica analítica e, a partir dela, reinventada. Acreditamos que a aguçada curiosidade freudiana possibilitou que o resultado da investigação das manifestações inconscientes sustentasse uma ruptura com os modelos tradicionais de tratamento das psiconeuroses e demais formas de sofrimento psíquico. Portanto, descolar-se da posição de mestre (que domina um saber sobre o sujeito) para ocupar a posição de quem aposta no saber do sujeito do inconsciente é uma marca do método psicanalítico de psicoterapia.

Com isso, poderíamos conjecturar que a abertura de Freud para esse novo posicionamento fez com que a dinâmica conflitual das pulsões – que resulta em uma dominação – se mostrasse, para ele, como o fundo em que se baseia o desenvolvimento psicosexual. O psicanalista sugere que a experiência de dominação está enraizada nas experiências de tolerância do desprazer – amplamente discutidas no capítulo anterior – e, assim, considera que há um primado lógico do psicológico sobre o sociológico. Por essa perspectiva, ele propõe que tal tolerância somente é experimentada a partir de uma dominação que impede a descarga livre da excitação do aparelho. Ou seja, o princípio de realidade exerce, sobre o princípio do prazer, uma força contra a sua tendência fundamental, que é obter a descarga. Para que ele seja efetivo, essa contraforça deve ser superior à força que exige o alívio, e este jogo de forças é o que caracteriza o conflito psíquico em sua dimensão dinâmica e econômica.

Essa sistematização freudiana nos fornece o dinamismo psíquico geral, a partir do qual o autor acredita que se costuram as experiências individuais inseridas em diferentes culturas e especificidades complexas. Observamos que a questão do conflito psíquico foi tema de profundo trabalho para Freud, do início ao fim de sua obra, sempre considerando

a contradição que é viver em sociedade: reunimo-nos em grupos para nos proteger e procriar; em troca, devemos abrir mão da satisfação imediata de nossas tendências fundamentais. Assim, as histórias dos sintomas neuróticos relatadas por seus pacientes propiciaram uma correlação entre o adoecimento psíquico e essa referida contradição. Nesse contexto, Freud descobre empiricamente o método psicanalítico de investigação das causas das psiconeuroses e demais sofrimentos psíquicos.

Um método psicoterapêutico pela fala: a investigação freudiana e a experiência fenomenológica

Através do aprofundamento da técnica da hipnose, resultante da parceria entre eles, Breuer e Freud (2016) descobriram que a causalidade dos sintomas histéricos estaria relacionada a um impedimento da descarga de uma lembrança referente a um evento traumático. A hipnose era então utilizada como uma técnica para que o médico pudesse provocar essas lembranças sem que o paciente se defendesse imediatamente de sua aparição na consciência, e também para sugerir ou determinar o que o paciente deveria fazer com elas.

Ao se dar conta de que se tratava de uma lembrança de um evento ou experiência que o paciente não gostava de discutir – ou porque ele era incapaz de recordá-la, ou ainda porque não percebia nenhuma conexão entre a lembrança e o seu sintoma –, é que o estado de rebaixamento da consciência através da hipnose foi importante para apresentar essa conexão causal. A rememoração hipnótica seria uma reprodução do passado? Freud estava às voltas com essas questões, que ele buscava solucionar através do seguinte método:

Procuramos ainda explicar de que maneira nosso método psicoterapêutico atua: *“Ele anula a efetividade da ideia⁹ que originalmente não foi ab-reagida,¹⁰ ao permitir a seu afeto estrangulado o escoamento pela fala,*

⁹ Conforme dito anteriormente, a tradução do termo *Vorstellung* pode ser realizada pelos termos “ideia” ou “representação”, que mantêm em Freud um núcleo semântico similar. Na versão utilizada, o tradutor opta por “ideia”. Contudo, nós faremos uso do termo “representação”, já consagrado. Por esse motivo, em algumas passagens do presente trabalho, esses termos aparecerão de forma equivalente.

¹⁰ “Descarga emocional pela qual um sujeito se liberta do afeto ligado à recordação de um acontecimento traumático, permitindo assim que ele não se torne ou não continue sendo patogênico. A ab-reação pode

e a leva à correção associativa, impelindo-a para a consciência normal (em hipnose mais leve), ou removendo-a por sugestão médica, como ocorre no sonambulismo com amnésia.” (Freud & Breuer, 2016, p. 359, grifo dos autores)

Através desses métodos – hipnose conjugada ao método catártico –, os médicos obtiveram resultados valiosos para a teoria e a prática de tratamento das psiconeuroses. O método catártico agia sobre o desprazer causado pela força atuante da representação que não fora realizada na consciência, permitindo que ela encontrasse seu alívio através da fala – o substituto mais próximo do ato. O simples pronunciamento das palavras, a enunciação do evento aflitivo e mesmo sua reação em palavras, mostrava-se suficiente para reduzir ou eliminar o desprazer provocado pelo enforcamento da descarga original, e, com isso, desapareciam também os sintomas.

A conclusão alcançada pelos médicos investigadores foi que o efeito resultante da fala substituiria o efeito da ação de retaliação ao evento traumático, ainda que o mesmo tivesse ocorrido há muito tempo. A fala passou a ocupar, a partir daí, o plano central do novo método de tratamento. Por essa característica, o método foi descrito por Anna O. – paciente de Breuer – como *talking cure*. Pôr em palavras aquilo que se recusa, os pensamentos que causam repulsa, alcançando a relação mais íntima que se mantém com o sintoma.

A partir da pesquisa acerca desses temas evitados pelos pacientes frequentemente, Freud (2016) observou que as causas determinantes que levam à constituição dos sintomas neuróticos devem ser buscadas em fatores sexuais. Com o desenvolvimento da teoria, tornou-se evidente para o autor que a atividade sexual é a mais afetada pela repressão decorrente de razões culturais, de modo que os sintomas neuróticos aparecem como satisfação substitutiva da sexualidade reprimida. Entretanto, neste estágio da investigação freudiana em que por ora nos detemos, essa constatação ainda era apenas uma hipótese.

ser provocada no decorrer da psicoterapia, principalmente sob hipnose, e produzir um efeito de catarse, também pode surgir de modo espontâneo, separada do traumatismo inicial por um intervalo mais ou menos longo.” Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2008). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Após tal descoberta, no que se refere ao método, a investigação do médico direcionou-se para as práticas que determinavam se a representação falada de eventos traumáticos ocorreria ou não, por parte do paciente, e se os sintomas a ela vinculados seriam eliminados através dessa rememoração. Freud (2016) passou a observar atentamente atitudes (dele e dos pacientes) que impediam ou dificultavam a reação esperada, e também aquelas que, ao contrário, promoviam ou facilitavam essa resposta. O pesquisador descreve detalhadamente suas conclusões sobre a técnica até aquele momento, bem como aponta algumas fragilidades a esse respeito já então percebidas e que, posteriormente, tornariam-se pontos de evolução para a prática analítica.

Para ele, era de se supor que o médico que pretendia aplicar o método catártico tivesse interesse pelos “fatos psicológicos” – afinal de contas, o método se baseava na investigação desses e também na “preocupação pessoal pelo doente” (Freud & Breuer, 2016, p. 373). Sua justificativa para essa última recomendação está baseada, nesse ponto da construção do método, em uma percepção pessoal – ele não conseguiria se imaginar sondando profundamente o mecanismo psíquico de alguém cujas características causassem nele alguma resistência, e, portanto, seria melhor abster-se de dar prosseguimento ou até mesmo começar o tratamento.

A característica “pessoal” da preocupação pelo paciente chamou a nossa atenção, pois estaria relacionada aos preconceitos do próprio médico (e, no caso, do próprio Freud), que não deveriam ser desconsiderados caso se tornassem um impedimento para a tarefa do tratamento. Reparemos que Freud apontava para um reconhecimento, uma análise que o médico deveria fazer sobre si mesmo. Uma análise sobre a sua disposição para acolher e pôr em prática a investigação do mecanismo psíquico que está intimamente relacionada às especificidades e características de cada caso. Essa disposição que parte do médico, veremos adiante, é condição para que o trabalho – neste momento, trabalho catártico; mais à frente, analítico – aconteça.

Verificamos, com essa recomendação, que temos em semente a implicação do analista na experiência – sua inclusão –, pois aspectos pessoais do médico passam a ser considerados

para que o tratamento ocorra. Nesse sentido, o médico deve procurar manter os preconceitos pessoais, que poderiam interferir na sua escuta, afastados de sua avaliação consciente. Ou seja: caso o médico não consiga abrir mão de seus preconceitos em determinados casos, e suas concepções pessoais passarem a influenciar ativamente os conteúdos trazidos pelo paciente, numa tentativa de impor-lhe qualquer ideal, padrão ou julgamento, então o médico poderia abster-se de atender o caso, pois estaria sujeito a produzir um efeito contrário ao da análise.

Ora, ao formular essa orientação, não seria precipitado sublinhar que Freud nos dá evidências de que uma imposição desse tipo corresponderia a uma censura proveniente do próprio médico e que restringiria o desenvolvimento da experiência pela fala. Seria um descolamento da posição de mestre? Poderíamos ver, a partir disso, Freud colocar a seguinte pergunta: para que deve direcionar-se o desejo do analista?

Nesse sentido, porém, por outro lado, ao paciente seriam solicitadas sua atenção e concordância integrais. Sua implicação também seria essencial, ele deveria estar disposto a vencer seu sintoma invariavelmente vinculado a eventos psíquicos mais íntimos e secretos. Por esse motivo, era ainda mais imprescindível, segundo Freud (2016), que o paciente depositasse sua confiança no médico, colocando-se em suas mãos. Quando isso ocorria, o médico passava a exercer uma influência sobre o paciente, sendo essa a condição que permitia que o tratamento ocorresse. Essa relação de confiança era necessária para direcionar a atenção¹¹ do paciente para as ideias patogênicas “de natureza penosa, apropriadas a suscitar os afetos da vergonha, da desaprovação, da dor psíquica, o sentimento de ser prejudicado” (Freud & Breuer, 2016, p. 378). Tais ideias são do tipo que a pessoa preferiria não ter experimentado, preferiria esquecer. Portanto, ao médico cabia, nesse momento, ele mesmo resistir, insistindo no fato de que seria exatamente por causar todos esses efeitos que a ideia deveria ser trazida à consciência.

¹¹ Lembremos que *atenção*, para Freud, tem o sentido de uma “expectativa de satisfação”, como já foi dito anteriormente.

E como essa insistência custava-me esforço, e sugeria-me a interpretação de que eu tinha uma resistência a vencer, esse estado de coisas prontamente converteu-se para mim na teoria de *que através do meu trabalho psíquico tinha de vencer uma força psíquica que se opunha, no paciente, a que as ideias patogênicas se tornassem conscientes (fossem lembradas)*. Uma nova compreensão pareceu então abrir-se para mim, quando me ocorreu que esta devia ser a mesma força psíquica que havia concorrido para a formação do sintoma histérico e impedido então que a ideia patogênica se tornasse consciente. (Freud & Breuer, 2016, p. 377, grifo dos autores)

Podemos ver que Freud se propunha, ele mesmo, a vencer as resistências *pelo* paciente, através do seu trabalho psíquico, superando a resistência à associação do paciente. A atividade do médico, baseada no conhecimento dos mecanismos de funcionamento psíquico, orientava-se pelas resistências que apareciam no discurso do paciente – elas fundamentavam o fator patogênico – para, assim, exercer sua tarefa: insistir na recepção destas ideias na consciência, alcançando o amansamento do desprazer. O paciente era convencido a chegar aí, influenciado pela relação de confiança estabelecida com o médico.

Através de uma compreensão enfaticamente econômica, o trabalho consistia em um esforço que se opunha à força psíquica de defesa do paciente, ou seja, o conhecimento do médico acerca do psiquismo deixava-o em posição de trabalhar sobre o saber do paciente a respeito de si mesmo. O sentido aqui é de exercer uma força sobre, um jogo de forças. Nesse ponto, Freud nos mostra como ele compreendia ser importante, em alguns momentos, assumir uma atitude impositiva em relação ao paciente, pois a força psíquica que teria impelido a representação patogênica para fora da associação, originalmente, depois se oporia ao seu retorno à memória, impedindo o seu conhecimento. Nesse sentido, Freud caracteriza o “não saber” do paciente histérico como um “não querer saber”, e esse seria o indício de que aí deveria acontecer o trabalho do médico.

Assim, observamos que a autonomia e o tempo do paciente para o enfrentamento dessas resistências ainda não eram aspectos considerados para o tratamento. Pouco a pouco, as consequências dessas imposições do médico ao paciente produziram dificuldades

ao progresso terapêutico, levando Freud a formular novas estratégias. Por exemplo, ele considerava de grande importância que o médico mostrasse a todo tempo ter razão diante do paciente, “caso contrário, dependerá do que este julga conveniente comunicar” (Freud & Breuer, 2016, p. 394).

Surge então um obstáculo para a sua investigação: como ele poderia demonstrar ter razão, baseando-se em um conteúdo da história do paciente que este não estaria disposto a lhe contar, nem sequer a recordar? Com o objetivo de superar esse obstáculo, e para que o direcionamento das indagações do médico e do conteúdo pelo qual ele deveria insistir junto ao paciente fosse ao encontro das ideias patogênicas, Freud criou um artifício técnico que ele descreveu da seguinte forma:

Informo ao doente que exercerei uma pressão em sua testa no momento seguinte e lhe asseguro que no decorrer dessa pressão verá diante de si uma lembrança, como imagem, ou a terá em pensamentos, como ideia inesperada, e o obrigo a me comunicar essa imagem ou essa ideia, sejam quais forem. Não deve guardá-la para si por achar, talvez, que não seja a buscada, a certa, ou porque lhe seja desagradável demais expressá-lo. Não deve haver nenhuma crítica, nenhuma reserva, seja por afeto ou por menosprezo! Só assim podemos encontrar o que buscamos, assim o encontraremos infalivelmente. (Freud & Breuer, 2016, p. 380)

Por meio dessa técnica, o médico desviaria a atenção do paciente de sua busca e reflexões conscientes sobre qualquer conteúdo em que ele pudesse empregar sua vontade – e que, portanto, impediria o encontro com o conteúdo que, inversamente, ele não quer se deparar. Aí residiria a vantagem da técnica percebida pelo médico. Freud (2016) concluiu através dela que a ideia patogênica aparentemente esquecida está sempre à mão, nas proximidades, e pode ser alcançada por associações ao se retirar os obstáculos do caminho.

Podemos observar que o investigador, ao criar esse artifício, passa a reconhecer que a técnica propícia para se acessar o núcleo patogênico – como ele denominou o material que interessava ao método catártico – era através da associação do paciente.

A influência do médico, que antes era determinante na escolha do conteúdo que deveria ser investigado, agora passa a ser exercida no sentido de encorajar o paciente a falar de qualquer maneira, desconsiderando todo tipo de negação e censura que o impedisse de reproduzir a ideia patogênica. Tal artifício constituiu uma forma de livrar momentaneamente o doente de suas amarras, sem, contudo, conhecê-las. Sem dúvida, um formato anterior da regra da associação livre.

A partir disso, a batalha travada pelo médico seria em oposição às resistências do paciente frente à concepção do conteúdo trazido pelo método de pressão. Verificamos que não havia ainda interesse por parte de Freud, nesse momento, em conhecer as resistências e identificá-las junto ao paciente, como veremos adiante. O objetivo era apenas encontrar uma forma de superá-las. A dificuldade dessa fase se constituía na distinção entre os conteúdos que de fato seriam efeito do “não querer saber” e aqueles que, por outro lado, simplesmente não representavam uma resistência (por não se relacionarem com a representação patogênica) e, portanto, configuravam uma ausência de lembranças. Apesar de Freud recomendar que perder a razão frente ao paciente não seria interessante para o progresso do tratamento, ele também reconhecia a possibilidade de o médico cometer injustiças contra o paciente caso se enganasse e insistisse em um conteúdo que não correspondia à obediência do paciente a se defender da lembrança traumática.

As observações apresentadas até o momento e as que virão um pouco mais adiante compõem uma leitura possível de alguns registros pré-psicanalíticos que, apesar de não receberem o nome de psicanálise propriamente dito, já possuíam suas intenções em potência. Dessa maneira, procuramos demonstrar como Freud buscava um método que, ao mesmo tempo, deixasse o paciente livre para contar sua história e, através dela, permitisse a ele e ao médico investigar a etiologia dos seus sintomas, e que pudesse também ser eficaz contra as censuras e barreiras que impediam o objetivo do trabalho catártico.

A adoção de uma atitude de calar-se pacientemente, por parte do médico, para que posteriormente seja possível exercer alguma influência psíquica junto ao paciente – pensamos que isso caracteriza, de forma geral, a movimentação que Freud propõe, enquanto atividade do médico, para alcançar esses três objetivos. Podemos conjecturar – na tentativa de responder, em parte, a pergunta apresentada anteriormente – que Freud se viu compelido a deixar o lugar de médico tradicional em alguns momentos, por conta das dificuldades relacionadas à complexidade do conteúdo de que tratava o método.

Acreditamos que, nesse momento da pesquisa freudiana, o autor buscava, além de outras coisas, provar a eficácia do método. Por esse motivo, ele se mostrava, por vezes, bastante enfático e impositivo ao descrever algumas especificidades da sua prática clínica – pontos que, em um momento posterior de sua obra, ele desenvolverá de maneira mais flexível e fluida. Por exemplo: de acordo com o autor, ele acreditava que deveria descobrir o segredo inconsciente do paciente e dizê-lo diretamente a ele (que seria, em geral, obrigado a não mais rejeitá-lo). Em um trabalho que ocorresse conforme o esperado pelo médico, o conteúdo trazido pelo método de pressão seria completado através da superação das resistências por parte do médico, que conseguiria fazer que o paciente incluísse tal conteúdo na sua história, colocando em palavras o quebra-cabeça de seu sintoma.

Ao olhar o percurso do tratamento, de um período posterior para um período anterior ao trabalho, podemos reconhecer como, inicialmente, a maioria dos conteúdos que pareciam não ter sentido passam a apontar uma direção com o desenvolvimento das associações do paciente:

(...) com frequência nos admiramos de como eram mutiladas todas as ideias e cenas arrancadas ao doente pelo procedimento de pressão. Faltava-lhes precisamente o essencial, a relação com a pessoa ou o tema, e por isso a imagem permanecia incompreensível. (Freud & Breuer, 2016, p. 396)

E assim, compreendemos a necessidade que Freud via em pressionar o paciente a acolher em sua consciência a ideia extraída pelo método de pressão. Esse trabalho era realizado com lentidão, passo a passo, e com paciência. O doente seria transformado

em um *colaborador*, já que, com o desenvolvimento do trabalho, ele passaria a se interessar pelo que ocorria. O médico julgava interessante explicar para o paciente, nessa etapa do tratamento, o “maravilhoso mundo dos processos psíquicos” (Freud & Breuer, 2016, p. 396), levando-o a tomar a si mesmo como objeto de pesquisa, o que auxiliaria o afastamento das resistências.

Acreditamos que essa inspiração freudiana é muito relevante para o desenvolvimento da técnica psicanalítica, pois ela transmite para o paciente a atitude investigativa que o médico vinha assumindo até aquele momento. Posteriormente, ela se tornará uma indicação de que o trabalho analítico de fato começou, e será uma atitude que deverá ser do paciente – o analista não mais exercerá essa função, como veremos mais detalhadamente no decorrer do estudo.

Vimos também que a prática da hipnose revelou alguns de seus limites. Os principais descritos pelo autor são: nem todo paciente era apto para a hipnose; ocorria que, muitas vezes, as intervenções do médico não surtiam o efeito esperado, sem que ele compreendesse muito bem o motivo; e, por último, em alguns casos, a melhora era apenas temporária, com episódios de recaída com os mesmos sintomas ou outros, substitutivos. Essas limitações fizeram com que o investigador buscasse solucionar algumas dificuldades a elas atreladas, fazendo adaptações quando possível.

A primeira dificuldade que gostaríamos de discutir aqui é consequência do conteúdo de que trata o método catártico. Freud (2016) observou que o sintoma poderia ser concebido como resultado de uma articulação plural de representações, que são coordenadas pela história do paciente e têm, nesse sentido, uma cronologia linear. O investigador percebeu que havia, contudo, a possibilidade de que essa cronologia fosse subvertida a cada nova experiência, modificando não só a dimensão temporal recordada pelo paciente, mas também a organização do material psíquico ao sintoma vinculado.

A partir dessa dimensão complexa e mutável do sintoma, vemos surgir uma questão relacionada à verdade contida no testemunho do paciente. A descoberta de que o retorno daquilo

que Freud denomina a verdade do sintoma, à consciência, seria proveniente de uma falha no saber do paciente sobre si mesmo – e de que, portanto, a sua concepção na consciência propiciaria uma ressignificação da história contada – resultou em uma dificuldade, para o médico, de fixar a verdade. Afinal, o paciente estaria mentindo inicialmente ao apresentar sua versão (que, por assim dizer, é incompleta)? Tal fato manteve Freud em busca de compreender de que maneira a verdade, enquanto única e vinculada à realidade material, era articulada no relato dos pacientes. Essa concepção acerca da verdade se configura como uma herança do positivismo a que o autor ainda buscava estar alinhado, mas posteriormente será transformada.

Outra dificuldade observada pelo médico diz respeito à tentativa de “*penetrar diretamente até o núcleo da organização patogênica*” (Freud & Breuer, 2016, p. 409, grifo dos autores) através de uma explicação oferecida ao paciente – caso, por algum motivo, fosse possível adivinhar seu conteúdo –, com intuito de adiantar o tratamento. Esta tentativa é inútil, diz-nos Freud, pois o paciente não saberia o que fazer com a informação fornecida pelo médico e, portanto, não seria psiquicamente transformado por ela. O seu afastamento permaneceria intocado, mantendo a representação inconsciente e sem liberação. Até porque, visto que o sintoma tem determinação obscura, com variadas causas, não basta atingir seu núcleo para ultrapassá-las ou superá-las. Para auxiliar tal compreensão, vejamos este fragmento da descrição de Breuer sobre o caso de Anna O., que corresponde a essa tentativa de abreviar o trabalho:

Revelou-se totalmente impraticável abreviar a coisa tentando evocar diretamente o primeiro motivo precipitador dos sintomas em sua lembrança. Ela não o encontrava, ficava confusa, tudo caminhava com mais lentidão ainda do que se a deixassem, com calma e segurança, desenrolar retrospectivamente os fios da lembrança abrangidos. (Freud & Breuer, 2016, p. 60).

Determinar a duração do tratamento era uma preocupação para o médico, que buscava descrever tanto quanto possível as características do seu novo método, com objetivo de poder

fundamentá-lo em garantias e padronizações. Entretanto, a experiência demonstrou aos médicos que não havia muita coisa a ser feita senão manter-se paciente frente ao curso do relato dos pacientes e, por isso, manter a duração do trabalho em aberto, variável. Respeitar o ritmo que se apresentava pela fala, levando-se em conta as repetições e os furos que a constituíam, foi mais um passo dado em direção ao acolhimento dos fenômenos psíquicos trazidos pelo paciente.

Por consequência, aos poucos, acreditamos que suas tentativas de dominação do movimento inconsciente – ao exercer influência psíquica – foram se mostrando contraproducentes ao trabalho catártico, sendo, quando possível, substituídas por uma disposição para observá-lo através da escuta clínica. Como veremos nesta passagem:

Fazemos bem em deixá-lo reproduzir esse material, por algum tempo, livre de influências; é certo que ele mesmo não está em condições de descobrir conexões importantes, mas podemos deixar a seu cuidado a escavação no interior da mesma camada. As coisas que assim ele traz parecem frequentemente desconexas, mas fornecem o material que, mais tarde, ao ser percebida uma conexão, é reavivado. (Freud & Breuer, 2016, p. 410).

Acreditamos que restringir sua influência em alguns momentos e permitir ao paciente tomar a palavra de forma progressivamente autônoma fez com que Freud tivesse acesso a uma expansão da dimensão da fala que até então não havia sido investigada por ele. Vamos chamar essa dimensão de *enganadora*, por enquanto, devido à forma ambígua com que ela apresenta seus elementos, inicialmente. Por essa característica, os elementos provenientes daí, antes de Freud, eram prontamente descartados. O investigador imbuiu de valor esse conteúdo desconexo e sem sentido trazido sem sua influência, atribuindo a ele um estatuto de saber, vestígio do movimento inconsciente.

Nesse sentido, pensamos que Freud reconhece que interferir com o paciente em sua reprodução das ideias que nele estão jorrando poderia “enterrar” elementos de suas reminiscências – que, posteriormente, precisariam de grande esforço para se liberar.

Porém, Freud ainda não estava convencido de que o médico intervir o mínimo possível seria de fato proveitoso para os objetivos do tratamento e, por isso, sugere que a direção total do tratamento não deveria ser deixada a cargo do inconsciente – o que é justificado pelo uso das técnicas descritas acima, de insistência e pressão.

Vejamos agora uma passagem referente ao primeiro caso de histeria analisado por Freud (2016) através do método catártico, que nos dá um exemplo de como ele se deparou com essa dimensão da fala e como optou por proceder:

Para minha surpresa, imediatamente após minha sugestão ela começa a falar sobre o príncipe L..., cuja evasão de um hospício dera então o que falar. (...) Há três dias, quando se queixou de seu medo de hospícios, eu a havia interrompido depois da primeira história em que contava como neles os doentes eram amarrados a cadeiras. Vejo que nada alcanço com isso e que, de fato, não posso evitar escutá-la até o fim, em cada ponto. (Freud & Breuer, 2016, p. 94)

Assim, Freud nos mostra que, apesar de a princípio parecer irrelevante, tudo que emergia no relato espontâneo do paciente deveria ser considerado, ou então retornaria em outro momento. Caso houvesse algo que não fosse autêntico ou correto, mais tarde o conteúdo poderia ser descartado. As reminiscências que aparentemente eram destituídas de importância foram tomadas como indispensáveis, pois serviam como ponte para outras lembranças, importantes, que somente seriam acessadas através delas. Diante dessa expansão sobre o que deveria ser levado em conta do testemunho, não poderíamos afirmar que também se expande, se não a própria noção de verdade, pelo menos o tempo de dúvida entre o que é verdadeiro ou falso?

Talvez possamos dizer que essa prudência (evitar momentaneamente determinações acerca do conteúdo trazido pela fala dos pacientes) tenha sido uma atitude de submissão, ou de não dominação – ou ainda, de não imposição –, que estava atrelada ao desejo freudiano de conhecer a realidade das associações. Vimos que o médico percebeu que o prazo durante o qual uma lembrança estava em voga, na consciência do paciente, estava diretamente

relacionado com a importância que lhe era conferida. E este prazo servia para que a lembrança fosse trabalhada, desvendando sua relação com a representação patogênica, completando seus furos e reconectando-a com sua rede. Quando, enfim, tivesse sido eliminada pela fala de forma satisfatória, não mais voltaria à consciência como causadora de desprazer.

Vejamos outra passagem relevante do referido caso:

De alguma forma venho a perguntar-lhe por que teve também dores no estômago e de onde vinham. Creio que as dores de estômago, em seu caso, sempre acompanham os ataques de zoopsia. Responde-me, com bastante má vontade, que isso não sabia. Peço-lhe que procure se lembrar disso até amanhã. Bastante agastada, me diz que eu não devia perguntar sempre de onde vinham isso e aquilo, mas sim deixá-la contar o que tinha a me dizer. Aquiesço e ela prossegue, sem nenhum preâmbulo. (Freud & Breuer, 2016, p. 96)

Momentos como esse, em que a paciente recusa a orientação do médico e põe-se a falar por conta própria, são numerosos no relato de Freud desse caso. Em alguns, ele se mostra surpreso pela tomada da palavra pela paciente; em outros, apenas faz referência ao modo com o qual ela o ignora ou prescindir de sua orientação; mas, em sua maioria, o médico lhe concede o espaço para a fala – e o faz precisamente porque a fala já era tida como o motor do tratamento. A diminuição da influência do médico, nesse caso, possibilitou que a atenção da paciente pudesse ser dirigida com maior frequência para os conteúdos que desejava, em vez de se fiar pelas direções que eram sugeridas a ela. Dessa forma, ela conduzia Freud por caminhos que o surpreendiam, pois não podia imaginar a relação que se estabelecia entre os conteúdos relatados. Podemos perceber, nesse ponto, que há uma inversão nos papéis: a paciente passa a dirigir Freud pelos caminhos de sua história.

Por outro lado, também podemos notar nesse caso um crescente interesse de Freud por analisar as formatações das enunciações (até mesmo a forma com que a paciente pronunciava as palavras, e as próprias palavras escolhidas), levando em conta as expressões faciais da paciente (com o objetivo de ter ainda mais informações sobre o afeto inerente ao que estava sendo dito) e o encadeamento dos pensamentos (por vezes, questionando o motivo

pelo qual a paciente mudava de assunto). Cada vez mais interessado em compreender as razões para o esquecimento ou desconhecimento por parte da paciente e também atento às representações que demonstravam estar sob efeito de forças de alta intensidade. Todas as informações que pudessem servir para guiar o caminho até as representações patogênicas eram utilizadas pelo médico.

Outra dificuldade apresentada pelo método catártico, de acordo com Freud (2016), está relacionada com as conturbações na relação entre o médico e o paciente. Neste caso, ele aponta três causas principais – porém, vamos analisar apenas a terceira: quando o paciente se assusta ao verificar que está transferindo para a figura do médico as representações aflitivas que emergem do conteúdo da análise. O autor a descreve como uma consequência da “compulsão à associação”, que corresponde à compulsão de ligar entre si as coisas presentes no mesmo estado de consciência. Portanto, haveria a necessidade de estabelecer uma conexão causal entre os fenômenos psíquicos de que tomamos consciência e outros materiais conscientes. Assim, quando a causa responsável pelo estado de ânimo de angústia fica impedida de adentrar na consciência, não se hesita em fazer uma ligação com outra causa em que se acredita, muito embora seja falsa. No caso dos pacientes neuróticos, Freud observa que há neles uma inclinação em atribuir esse sentimento penoso ao processo terapêutico.

Assim, Freud (2016) lança luz sobre o fato psicológico da *falsa ligação*. De acordo com ele, os pacientes neuróticos realizam uma conexão causal da última orientação terapêutica com um sintoma, em estado de vigília, e revelam o verdadeiro motivo de seu mal-estar, quando estão em hipnose. Esse tipo de conexão seria, segundo o autor, um dos fundamentos da transferência que ele começa a desenvolver nesse momento, e dela decorre a forma como ele situará, mais adiante, o posicionamento do psicanalista.

Em uma extensa nota de rodapé presente no relato do caso da Sra. Emmy Von N. (Freud & Breuer, 2016), ele sugere que uma das condições para o aparecimento dessas ligações é a cisão da consciência, relacionada ao desconhecimento, por parte da paciente (e dos pacientes

em geral), “das verdadeiras causas (ou ao menos das causas eventuais) de seu padecimento e, em parte, não quer tomar conhecimento delas, pois não gosta de sua própria parcela de responsabilidade.” (Freud & Breuer, 2016, p. 104). Tais ligações foram, nesse sentido, consideradas um tipo de resistência.

De que forma podemos relacionar essa condição da *falsa ligação* à busca freudiana acerca da articulação da verdade no testemunho do paciente? Freud percebe que, apesar de apresentar ligações enganosas, seu relato não deveria ser tomado como mentiroso. A ligação apresentada inicialmente é um saber do paciente sobre o seu sintoma, ele acredita nisso. Contudo, não se apresenta completo, já que se encontra desvinculado da sua causa originária, que Freud denomina verdadeira. Acreditamos que, a partir dessa percepção, Freud pôde localizar aí algo que merecia ser mais bem investigado – e essa investigação, como vimos, será realizada também por meio das associações do paciente, ainda que sob hipnose ou pelo artifício da pressão. A própria fala enquanto ação é, portanto, o meio pelo qual essas articulações são possíveis.

Com base nesse argumento, poderíamos dizer que, assim, a verdade se produz na fala: essa dimensão da verdade está em potência nesse momento do pensamento freudiano e vai culminar no que ele denominou de “verdade histórica” (Freud, 1996), como veremos adiante. Também nos interessa ressaltar que Lacan, apoiado nessas construções freudianas e no seu estudo filosófico, vai desenvolver o que ele denomina como “função da fala”, o trabalho de fazer aparecer algo que diz da verdade.

Para retomar a discussão acerca dessa ligação apresentada de forma incoerente, o autor identifica que algo relacionado à figura do médico estava sujeito a, arbitrariamente, participar das associações do paciente. Freud (2016) sublinha que há frequentemente, nos pacientes neuróticos, certa desconfiança relacionada à pessoa do médico e que essa desconfiança também poderia ser considerada uma condição para que se estabeleça esse tipo de ligação. Acreditamos que temos aqui uma contradição – afinal, ao paciente não era solicitado

entrega e confiança total no médico? Podemos conjecturar que Freud percebe que, apesar de reconhecer que uma relação de confiança se estabelece de fato, contudo, às vezes ela é posta em cheque pelo paciente – ainda que este não admita que o faz de maneira direta em sua fala, pode se denunciar através dessas *falsas ligações*.

Já vimos que nenhum elemento do testemunho deveria ser descartado pelo médico, apesar de seu caráter ilusório ou mentiroso. Portanto, ao se perceber “participando” naquilo que lhe foi transmitido através do relato dos pacientes e, o pior, que foi associado a um tipo de resistência, Freud se viu diretamente envolvido em um obstáculo que impedia o desenvolvimento do seu trabalho. Faz sentido, então, que a relação que se estabelece entre o médico e o paciente se torne um campo de investigação para Freud, que, através dessa descoberta, passa a tomar efetivamente a experiência decorrente dessa relação como objeto de seu interesse. Assim, ele avançou mais uma vez em direção à técnica psicanalítica, atento ao âmbito da transferência, no qual ele se viu intimamente implicado. Veremos como tal descoberta influenciou a maneira como Freud passou a direcionar o tratamento de seus pacientes e, por consequência, a formular as orientações de sua técnica.

Passamos agora ao método psicanalítico propriamente dito. Vamos primeiro elencar algumas mudanças que nos auxiliam a responder a pergunta inicial, depois discutiremos algumas articulações possíveis com o que já foi dito até aqui. Sabemos que a hipótese que estava sendo testada pelo investigador, daqui em diante, torna-se fundamento para o trabalho: a terapia analítica se baseia na concepção de que a inconsciência de determinados processos psíquicos são a causa imediata dos sintomas patológicos. Portanto, para compreender o tratamento psicanalítico, Freud (1996e) descreve:

O desvendamento e a tradução do inconsciente realizam-se sob uma *resistência* contínua por parte do enfermo. O afloramento desse inconsciente está vinculado ao desprazer, e é por causa desse desprazer que o doente o rejeita vez após outra. É nesse conflito na vida anímica do paciente que os senhores intervêm; se conseguirem levá-lo a aceitar, motivado por uma compreensão melhor, algo que até então rejeitara (recalcara)

em consequência dessa regulação automática do desprazer, terão realizado com ele um trabalho educativo. Já constitui educação, quando um homem não deixa a cama de bom grado de manhã cedo, movê-lo a fazer isso mesmo assim. (Freud, 1996e, p. 252)

Nessa passagem, o autor articula o trabalho analítico à noção de tradução, de desprazer e de educação. Percebemos, através desse fragmento, que o trabalho do analista deixa de ser aquele que, por conta própria, vence as resistências do paciente: ele passa a assumir a forma de uma espécie de tradução do testemunho, identificando, pelas pistas manifestadas e as ambiguidades da fala, o que esta revela sobre a história do paciente, os modos como ele articula seus afetos atrelados aos acontecimentos de seu passado.

Podemos observar que Freud permanece atento aos elementos que são causadores do desprazer, mas agora acredita poder fazer com que o paciente vença suas resistências através de um tipo de elucidação intelectual – interpretação – que o analista apresenta a ele. Algo que se assemelha ao processo educativo, como ele mesmo exemplificou. Freud (1996e) propõe que há de se conjugar forças para vencer o desprazer sentido pelo paciente. É preciso que o mal-estar causado pelo sintoma seja forte o suficiente para que, junto com o trabalho da análise, vença o automatismo da resistência, que por muito tempo vigorou vitoriosa em manter essa articulação desvinculada do saber consciente.

Ao conceber o tratamento psicanalítico dessa forma, Freud (1996e) realiza uma crítica aos métodos da hipnose e sugestão, sustentada na seguinte tese: a prática da hipnose, por residir em um estado de consciência regredido por parte do paciente, prescindia do seu arbítrio, e, como consequência desse fato, decorria que as resistências com que ele se aferrava à sua neurose não eram conhecidas. Ou seja, os conteúdos inconscientes tornavam-se conhecidos, mas não se poderia acessar o processo pelo qual eles eram mantidos no desconhecimento – e, por isso, utilizava-se a sugestão do médico como um aditivo aos conteúdos do paciente, que ele deveria aceitar de maneira sólida e forte. Logo, no jogo de forças do conflito psíquico, a sugestão do médico – elemento novo – deveria ser mais forte do que a força produzida pela resistência desconhecida.

Assim, podemos supor que tal elemento deveria competir com as resistências, as quais se constituíam por elementos que eram conhecidos pelo paciente, já estavam associados a diversas redes de pensamentos e que, principalmente, estavam lá para proteção da estruturação do aparelho contra o desprazer. Por esse motivo, Freud (1996e) notou que, em diversos casos, a sugestão introduzida desmoronava, e então a neurose reaparecia (ou algum substituto dela). Podemos conjecturar que a introdução de novos elementos, em suas últimas consequências, estaria direcionada ao preenchimento ou sutura do espaço que permanecia aberto entre as manifestações inconscientes e a ligação com o sintoma.

Levamos a hipótese de que, ao perceber essas evidências, talvez Freud tivesse reconhecido que a sugestão de qualquer material ao paciente, além de não ser tão sólida quanto era necessário, também restringia a liberdade do paciente, ao impedir que ele preenchesse esses espaços com os traços de sua história. Portanto, em contrapartida, a terapia psicanalítica estabelecida por Freud passou a orientar a seus praticantes que o analista não mais deveria introduzir ou acrescentar nada de novo. Cabia a ele, a partir de então, trazer algo para fora, fazer surgir, da fala do analisando, a trama psíquica inconsciente que continha as ideias patogênicas, cuja eliminação é a meta. “Construções em análise” é o nome que Freud (1996k) dá, posteriormente, a isso que se produz durante o processo terapêutico.

O desenvolvimento do método psicanalítico produz uma exigência que denota a especificidade de sua aplicação: o médico que desejasse aprender a técnica deveria, ele mesmo, ter superado em sua própria pessoa “a mescla de concupiscência e puritanismo com que, lamentavelmente, tantos outros estão habituados a enfrentar os problemas sexuais” (Freud, 1996e, p. 253). Como a cultura e a educação de uma época interferem em todos, Freud constatou que também aos médicos causaram danos no tocante ao elemento psíquico da vida sexual e, portanto, para que pudesse acolher sem preconceito o relato dos pacientes nesse aspecto determinante, deveria ele também ter superado os seus problemas nessa área. Sabemos que essa exigência, apesar de nesse momento ter uma ênfase relacionada apenas

à dimensão da sexualidade, tornaria-se um dos pilares da formação de psicanalistas, fazendo com que a prática da psicanálise se expandisse para profissionais não médicos, com a justificativa de que a própria medicina não oferecia os conhecimentos necessários para se exercer a psicanálise (Freud, 2014b). Para tanto, o médico, assim como um profissional de outra área, deveria não só estudar a psicanálise para poder exercê-la, como também realizar, ele mesmo, um tratamento desse tipo.

Freud, em *Análise terminável e interminável* (1996j), revisita essa orientação sob a ótica do que poderia ser considerado o *fim de uma análise*. Nesse texto, o autor discute questões importantes para a sustentação da psicanálise enquanto um método de tratamento das psiconeuroses – às quais, todavia, não tinha sido possível fixar respostas. Entretanto, para muitas das questões levantadas, as respostas ainda permanecem não fixadas, apesar de terem sido honesta e profundamente revisadas. Acreditamos que o autor suspende a exigência de um posicionamento categórico ao respeitar a dialética de sua obra e a relevância de sua experiência.

Observamos que esse posicionamento freudiano influencia também o modo como ele compreende a variabilidade dos efeitos da análise, juntamente com o que seria o término de um tratamento analítico, baseando-se em uma noção de “normalidade” média ou relativa. Assim, do analista, Freud (1996j) propõe que se espera um grau *considerável* de normalidade e correção psíquica. Pensamos que, ao estabelecer a orientação dessa forma, ele retira de cena um tipo de modelo ou ideal psíquico – ou ainda, “normalidade esquemática”, como ele denomina (Freud, 1996j, p. 267) – que os aspirantes a analistas deveriam buscar. A formação passa a ter como condição a própria experiência de uma análise, o estudo da psicanálise e a supervisão realizada por um analista mais experiente. Através desses três pilares, Freud acredita que o aprendiz terá os instrumentos necessários para conduzir seus pacientes. A análise pessoal deve alcançar alguns objetivos: fornecer, àquele que aprende, uma convicção firme da existência do inconsciente; capacitá-lo a perceber,

em si mesmo, quando o material recalçado surge; e que os estímulos não cessem quando a análise terminar, para que o remodelamento do Eu prossiga espontaneamente.

Portanto, para assegurar as exigências rigorosas em que deve ocorrer o tratamento e excluir qualquer tipo de falsa aparência ou engano, o autor nos recorda que a relação analítica “se baseia no amor à verdade – isto é, no reconhecimento da realidade” (Freud, 1996j, p. 265). Vamos ressaltar, a esse respeito, dois pontos importantes.

O primeiro refere-se à ampliação da noção de verdade na concepção freudiana. O amor à verdade explica-se pelo reconhecimento da realidade. Qual interpretação é possível para essa passagem de Freud? Lacan recorre à letra do texto propriamente dita e percebe que o termo em alemão utilizado pelo autor, nesse trecho, é *Realität*, e não *Wirklichkeit* (Lacan, 1992, p. 176), e aponta que há uma importante intenção de Freud a ser considerada nessa escolha de termos. No seu artigo *De nossos antecedentes* (1998f), Lacan já havia apresentado a distinção do uso desses termos por Freud, observando que, quanto ao primeiro, seu uso é reservado à realidade psíquica. Isso faz surgir para nós uma possibilidade de interpretação antes obturada pela nossa tradução: a noção de verdade está, portanto, relacionada ao reconhecimento da realidade psíquica e, seguindo os desdobramentos freudianos, à convicção da existência do inconsciente.

Já foi discutido anteriormente que Freud confere aos fenômenos psíquicos uma realidade própria e que, quanto ao que é *percebido* (digamos assim), podemos inferir que isso se vincula não só a pistas de uma realidade dita *material*, mas também a pistas do que chamamos realidade *psíquica*. Ou seja, poderíamos forçar um pouco – porém, não de forma equivocada – e notar que, por essa via, a noção da verdade em Freud se desprende daquela “única e vinculada à realidade material”, referida anteriormente. Sobre esse tema, ele nos diz:

Aprendemos das psicanálises de indivíduos que suas impressões mais primitivas, recebidas em uma época em que a criança mal era capaz de falar, produzem, numa ou noutra ocasião efeitos de um caráter compulsivo,

sem serem, elas próprias, conscientemente recordadas. (...) Uma ideia como essa possui um caráter compulsivo: ela *deve* ser acreditada. Até o ponto em que é deformada, ela pode ser descrita como um *delírio*; na medida em que traz um retorno do passado, deve ser chamada de *verdade*. (Freud, 1996l, p. 144, grifos do autor)

A verdade passa a ser compreendida como que contendo, paradoxalmente, elementos provenientes de ambas as realidades. Quanto à realidade psíquica, é importante lembrar que seu funcionamento é governado em parte pelo princípio do prazer, fazendo com isso que seus elementos possam conter, em alguns aspectos, um caráter ficcional. Assim, o autor ressalta que há uma dificuldade para se reconhecer a verdade e que, para que seja possível solucionar esse problema em análise, seria necessário dividir a verdade em *histórica* e *material*. Observamos que esse é o desdobramento que Freud dá à dificuldade de se fixar a verdade no testemunho dos pacientes. Através desse entendimento, podemos notar que o autor não retira o valor de verdade daqueles elementos que não correspondem à realidade material. Nós acreditamos que, com isso, ele reconhece que a sua incompatibilidade com a materialidade objetiva não impede que tais elementos tenham, para o paciente, o estatuto de verdade – ou seja, da sua verdade.

O segundo ponto importante para nossa pesquisa é que a passagem freudiana faz referência à *relação analítica*. Vamos analisar, a partir disso, a regra geral para os psicanalistas e psicanalisandos, como essas regras podem ser compreendidas através do embasamento que ele propôs. Freud (1996g) chamou de “*atenção livre e flutuante*” a regra aos psicanalistas. Ela consiste na recomendação de que o analista deve conter as influências conscientes da sua capacidade de prestar atenção e abandonar-se ao movimento inconsciente.

Essa regra se fundamenta em dois objetivos: o primeiro corresponde à constatação – já apresentada por nós – de que o sentido que relaciona o material relatado pelo paciente à representação patogênica somente é identificado posteriormente, o que faz com que, de imediato, tudo deva ser considerado; o segundo corresponde à constatação de que alguém que se põe a escutar com atenção passa a selecionar o material que lhe é apresentado e,

quando isso ocorre, negligencia conteúdos cuja importância desconhece. Ao realizar essa seleção, os psicanalistas estariam seguindo suas expectativas ou inclinações, e isso é precisamente o que não deve ser feito, pois o objetivo seria desvendar as relações existentes para o paciente. Acreditamos que, através da atenção livre e flutuante, o analista se dispõe – abandonando-se ao movimento inconsciente –, ou se abre, para ouvir o que virá se mostrar, na fala do analisando, dessa realidade dos fenômenos psíquicos, da qual ele mesmo desconhece. Seria uma comunicação entre os inconscientes do analista e do paciente? Poderíamos pensar em uma realidade transindividual?

Aos pacientes, além da confiança e sinceridade total, Freud recomenda que deveriam estar de acordo com a regra geral direcionada a eles, que consiste em falar livremente, sem guardar intencionalmente qualquer conteúdo que lhes venha à cabeça, ignorando toda reserva que possa impedi-los de comunicar algum pensamento ou recordação. Uma evolução do artifício da pressão, apresentado anteriormente, que atribuía ao médico a função de fazer esses conteúdos virem à tona. A partir desse momento, essa função passa aos pacientes e chama-se *associação livre*: comunicar todo tipo de pensamentos, principalmente aqueles que prefeririam não confessar a outros, nem a si mesmos.

Ao se tornar responsável por essa função, o paciente obtém a oportunidade de notar, ou perceber, a oposição entre o Eu e a vida psíquica. Surge a impressão de que aquilo que ele acreditava ser a unidade de sua vida psíquica não passa de uma pequena parte dela. O restante se torna um novo âmbito obscuro e desconhecido de si mesmo, que o intriga e estimula a continuar sua pesquisa psíquica, em que ele mesmo é o objeto.

Tendo em mãos os desdobramentos da pesquisa freudiana até o momento e as regras gerais para que uma análise aconteça, vamos observar o que ocorre com o posicionamento da díade analista-paciente no nível da experiência analítica. Usamos como chave interpretativa a leitura fenomenológica que Lacan (1998d) faz dessa experiência no artigo já mencionado. Vimos que a prática clínica demonstrou a Freud que ele não deveria se guiar por sua fala,

mas sim pela dos pacientes. O analista-ouvinte entra na experiência na situação de *interlocutor*, e tal situação implica a sua presença, a quem o testemunho do paciente se dirige. É possível dizer que é um lugar? Talvez aqui coubesse uma aproximação com essa noção de localização, por estar do lado de fora, digamos assim, do paciente. Há um endereçamento, que determina o sentido que o paciente confere à sua fala. Isso porque a experiência de linguagem toca no fato de que aquilo que é dito significa algo para alguém.

Quando Freud se inclui naquilo que diz respeito à atualidade da fala do paciente, ele, ao mesmo tempo, passa a considerar a dimensão da sua presença. Por exemplo, no que se refere à transferência no âmbito da *falsa ligação*, ao levar em conta a desconfiança – a qual ele supôs influenciar esse fenômeno psíquico. Ou seja, lança luz naquilo que não foi dito expressamente pela paciente Emmy Von N. (Freud & Breuer, 2016), mas que de alguma forma estava ali, à espreita. A *falsa ligação* realizada por essa paciente desvendou não só que havia algo que a incomodava e não poderia vir à tona conscientemente, mas também que, ao se ligar à última orientação que Freud havia proposto, ele mesmo estava de alguma maneira articulado a essa falsa ligação.

Podemos ver, a partir desse exemplo, que Freud não desvinculou a experiência da linguagem da situação em que ela se produziu, e, por não negar essa dimensão, pôde conhecer um pouco sobre o que lhe foi transferido pela paciente. Acreditamos que, com isso, a linguagem passa a ser abordada por Freud em sua função de laço social, revelando a intenção da paciente em relação ao médico e, ao mesmo tempo, sua ambiguidade constitutiva “depondo contra o pensamento, sendo mentirosa com ele.” (Lacan, 1998d, p. 87).

Como podemos compreender a posição do analista e sua atividade nessas condições? O analista entra na relação, como vimos, na situação de interlocutor. Porém, recusa-se pacientemente a isso. E, silencioso, suspende as demandas que o paciente lhe solicita, negando a sustentação desse posto que este lhe oferece imediatamente. O analisando passa

a ocupar com a trama de sua história o vazio que aí se produziu, e conta, ao mesmo tempo, a imagem daquilo de que sofre e a própria atualização dessa imagem na pessoa do analista. De acordo com Freud (2014b), o neurótico participa do trabalho porque acredita no analista e desenvolve por ele uma atitude emocional que, quase invariavelmente, ganha um caráter de relação amorosa por parte do paciente:

(...) desconsidera quaisquer outros dados reais que pudessem favorecê-la, e ignora todas as variantes envolvidas na atração pessoal, de idade, sexo e classe. Esse amor é *compulsivo*. (...) Acreditaríamos que a relação do paciente com o analista deve comportar apenas certo grau de respeito, confiança, gratidão e simpatia humana. Em vez disso temos essa paixão, que dá ela mesma a impressão de um fenômeno doentio. (Freud, 2014b, p. 183, grifo do autor)

Esse fenômeno frequentemente se transforma em uma ferrenha oposição aos propósitos da análise. O paciente passa a demandar do analista satisfações afetuosas, desenvolve ciúmes e, por não obter correspondência, mostra cada vez mais seu lado hostil, reverso ao sentimento de amor. Em suas últimas consequências, esse estado extingue a disposição do paciente para o trabalho analítico e seu interesse pelo tratamento, o que faz Freud acreditar que é uma resistência especial, que tomou o lugar da neurose, constituindo uma formação substitutiva, tal qual o sintoma. O autor denomina esse fenômeno de “neurose transferencial”:

O paciente *repete*, em forma de paixão pelo analista, vivências psíquicas por que passou antes – ele *transfere* para o analista atitudes psíquicas que se acham prontas dentro dele e estão intimamente ligadas à origem de sua neurose. (...) O que ele nos mostra é, portanto, o âmago de sua história íntima, *ele reproduz de forma palpável, como algo presente, em vez de recordá-lo*. Assim é solucionado o enigma do amor de transferência, e a análise pode prosseguir justamente com o auxílio da nova situação, que parecia tão ameaçadora para ela. (Freud, 2014b, p. 185, grifo do autor)

O analista nada precisa fazer para que essa condição seja provocada. Pelo contrário, mantém-se à distância e em certa reserva, seguindo o princípio fundamental de que “*O tratamento analítico deve, tanto quanto possível, ser conduzido na privação, na abstinência.*” (Freud, 2014c, p. 285, grifo do autor). Por abstinência, Freud não se refere

apenas à abstinência física, nem a uma completa privação de tudo o que o paciente deseja, mas também à constatação de que, para o melhor desenvolvimento do tratamento, as necessidades e os anseios do paciente devem permanecer contidos nele. A finalidade desse princípio se fundamenta no uso do desprazer que daí decorre, força à disposição do analista para incitar o paciente a trabalhar e efetuar mudanças.

O autor faz a ressalva de que, para a análise, satisfazer o anseio do paciente por amor é tão desastroso quanto suprimi-lo completamente. A primeira situação, sabemos, é vetada ao analista não só por considerações morais, mas também porque vai contra o objetivo analítico, pois repetiria na vida real o que deveria apenas ter sido lembrado, reproduzido como material psíquico e mantido dentro dessa esfera. A segunda constituiria uma negligência da transferência e uma covardia, pois não combate as dificuldades inconvenientes advindas da neurose transferencial.

A saída que cabe ao analista, nós acreditamos junto com Lacan (1998d), reflete a concepção da experiência analítica enquanto uma experiência fenomenológica:

Ele deve tomar cuidado para não se afastar do amor transferencial, repeli-lo, ou torná-lo desagradável para a paciente; mas deve, de modo igualmente resoluto, recusar-lhe qualquer retribuição. Deve manter um firme domínio do amor transferencial, mas tratá-lo como algo irreal, como uma situação que se deve atravessar no tratamento e remontar às suas origens inconscientes e que pode ajudar a trazer tudo que se acha muito profundamente oculto na vida erótica da paciente para a sua consciência, e, portanto, para debaixo do seu controle. (Freud, 1996i, p. 183)

Mediante a ambivalente transferência amorosa e/ou hostil, os objetos pulsionais infantis e inconscientes atuam na díade analista-paciente, forçando o contato do paciente com seus impulsos eróticos e ocultos. Esse fenômeno, segundo Freud (1996f), presta o inestimável serviço de pôr em ação imediata esses impulsos: eles se tornam contemporâneos e reais ao paciente. Porém, isso acontece *in absentia* ou *in effigie* – quer dizer, respectivamente, em ausência ou em representação –, produzindo uma imagem, um quadro que se constrói a despeito da vontade do analisando, e a maneira como ele reage a ela confirma sua

proveniência. O sujeito a atualiza pela repetição de sua conduta, mas a ignora, sem saber que essa imagem o explica (Lacan, 1998d). Acreditamos que esse fenômeno deixa o analista em uma posição que, não seria muito apressado dizer, é ao mesmo tempo dentro e fora das associações do paciente. O analisando, que conduz o debate, impõe a ele a participação e o papel, frutos de sua produção singular.

Pensamos que, por estar dentro, presentificado na repetição do conflito, o analista se vê em posição de influenciar a experiência que está em curso; e, por estar também fora, ao passo que compreende essa experiência no âmbito da repetição que o paciente desconhece, pode – através de sua operação, progressivamente e em parceria com o paciente – restituir a realidade própria de tal imagem. Por isso, Freud (2014b) recomenda que a solução para esse conflito deve ocorrer exclusivamente no campo da transferência. O psicanalista deve compelir o paciente a ajustar esse impulso emocional ao nexos do tratamento e da história de sua vida, compreendendo-o à luz de seu valor psíquico.

Gostaríamos de ressaltar o caráter interativo no qual se baseia a experiência analítica. Poderíamos dizer que ela corresponde a um constante tensionamento da díade analista-paciente e que constitui, de fato, uma falta de referência fixa nesse sistema. Essa atualização da imagem equivalente ao objeto de amor infantil na pessoa do analista é, portanto, central ao tratamento, porque permite ao paciente deparar-se de forma imediata com o núcleo de suas representações patogênicas. Assim, Lacan (1998d) aponta que é no próprio movimento interativo que o sujeito lhe comunica a respeito dessa imagem. Através de sua intenção, o analista é informado, de forma difusa e fragmentada – o modo pelo qual a imagem é regressivamente constituída ao real da relação analítica. E, inversamente, pela assimilação entre a imagem e o analista, este subverte, já na origem, a função dela no sujeito, pois só pode se identificar a ela no seu progresso subversivo. Este é seu duplo movimento: só pode se identificar à imagem produzida pelo paciente ao passo que a desassimila progressivamente do real, ajustando-a ao campo do psíquico.

Acreditamos que o manejo da transferência nos auxilia a esclarecer a questão inicialmente proposta. Pensamos que o duplo movimento sugerido por Freud como resposta à produção da imagem pelo paciente, se nos ativermos ao que ocorre no âmbito do analista, aponta para: a sua própria experiência de ter visto a si mesmo, em algum momento, em posição de transferir plenos poderes para alguém, elevando-o ao posto de objeto amado – ou seja, percebeu-se capaz de investir libidinalmente em um objeto, por conta de uma irrestrita entrega amorosa; em outro momento, para a experiência de ter tido a oportunidade de reconhecer que esse excessivo investimento, que chega a retirar por inteiro o amor-próprio do Eu, corresponde a algo de sua própria história que ele buscava suprir através da repetição atualizada nessa relação; e, finalmente, indica que pôde trazer de volta o investimento narcísico para si. Essa descrição corresponde ao que Freud (2011) entende por estado amoroso e suas consequências afetivas, que é o que vemos acontecer quando a transferência se instala.

Sobre esse mesmo tema, através da prática com pacientes melancólicos, o psicanalista percebeu que havia, ao fim do estado amoroso, uma “cruel autodepreciação do Eu, unida a uma implacável autocrítica e amargas recriminações a si próprio” (Freud, 2011, p. 67) representando o objeto que fora introjetado e que sofria a vingança do Eu. Essas evidências levaram Freud à conclusão de que o Eu estaria, portanto, dividido em dois pedaços.

Um pedaço contém o objeto introjetado, e outro conduz o conflito enquanto instância crítica, que o autor denomina de “ideal do Eu”. Esta instância egoica é caracterizada por ser herdeira do narcisismo original e guardar os traços e características daquilo que se almeja ser, em memória do Eu infantil, que bastava a si mesmo. Para que essas exigências sejam preenchidas, o sujeito passa a buscar nos objetos externos as características que ele acredita que lhe faltam. Ao reconhecer tais características em alguém, pode se instaurar um processo de enamoramento. Talvez possamos fazer uma aposta de que a experiência psicanalítica trata justamente a respeito dessa cisão do Eu. Da mesma forma, é através dela que, por outro lado, se pode analisar.

Assim, encerramos este capítulo com um ensejo para a discussão contida a seguir. No âmbito do analista, o que é preciso para que ele possa perceber que isso que se passa entre ele e o paciente é da ordem do fenômeno transferencial – e, com essa percepção, não responder imediatamente à demanda que aí se produz?

Freud (1996m) faz as seguintes ressalvas: o analista, ao ser tomado pela transferência, recebe, no lugar em que frequentemente é colocado, o poder que o Supereu exerce sobre o Eu; o mau uso dessa nova influência pode manter o paciente em dependência e até reproduzir a neurose sem alteração alguma. Ou seja, podemos dizer que a operação realizada pelo manejo da transferência introduz uma novidade, entregando ao paciente a possibilidade de experimentar um número, sem estimativa, de testes dos seus padrões de verdade. Afinal, não é uma verdade sobre si mesmo aquilo que o paciente vai buscar no tratamento?

Acreditamos que o caminho que desenvolvemos até aqui pôde apresentar como o progresso da psicanálise e, por consequência, o desdobramento de um posicionamento analítico permitem que um percurso balizado pelo movimento da noção da verdade em Freud seja traçado como um meio de reconhecimento das realidades pela fala. Buscamos apresentar, com nossa leitura, que o descolar-se do posto magistral foi fortemente influenciado pela experiência prática de Freud e teve como resultado, nós acreditamos, o movimento intermitente de ocupação e desocupação de tal posto. Ante os fenômenos psíquicos, há uma recusa em dominá-los – ou seja, categorizá-los previamente ou permanentemente, excluindo seu dinamismo que, se podemos dizer assim, reordena seus predicados a todo tempo. Cada caso deve ser tomado como se fosse o primeiro, Freud nos orienta. Aproximamo-nos, por essa via, ao que Lacan propôs no *Seminário XVII* (1992, p. 95): “o discurso analítico se especifica, se distingue por formular a pergunta de para que serve essa forma de saber, que rejeita e exclui a dinâmica da verdade.”

Sabemos que a questão da sexualidade foi colocada em segundo plano por nós. Infelizmente, por uma questão dos cortes que devem ser feitos em um trabalho como este,

não pudemos abordá-la frontalmente. Entretanto, reconhecemos a abrangência desse tema para as construções freudianas e ressaltamos que textos como *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1996d), *Totem e Tabu* (1996h), *Psicologia das massas e análise do Eu* (2011) e *Esboço de psicanálise* (1996m) – os dois últimos foram, inclusive, utilizados por nós – podem guiar pesquisas que, embora relacionadas ao nosso tema, enfoquem a teoria psicanalítica da sexualidade.

Acreditamos que a experiência analítica, enquanto uma experiência de linguagem – fio lógico privilegiado por nós –, somente pode ser abordada quando leva em conta sua dimensão de laço social, em que estão incluídos (reunidos, mas separados) sujeito e analista. O termo médio que os liga é a fala – acreditamos que seja ela que propõe a relação e os reúne.

Primeiro, o analista é experimentado, demandado, na situação de interlocutor, e quanto a isso é preponderantemente perene, fixo, silencioso. Por mais que, em alguns momentos, responda desse lugar, não deve colar-se nele – para que, com isso, torne-se flexível, movente, múltiplo, e possa ser adequado ao retrato do infantil e assumir seu papel transferencial. Com o conceito de transferência, acreditamos que Freud pôde, ao participar de uma: captar o seu próprio duplo movimento; estar na atualização da imagem infantil em que o paciente o coloca; e, concomitantemente, estar fora dessa imagem, no que ela remete às experiências passadas que devem ser rememoradas, em vez de atuadas.

Quanto à imediatez que se produz pela fala, acreditamos que Freud é resolutivo ao solicitar mediação: quando crê que o paciente irá nos dizer até o que não sabe, é porque considera a experiência de linguagem na sua dimensão de laço e ato. Ao paciente, só resta enunciação: o uso da linguagem com seus predicados e conceitos, que formam múltiplas ligações aos ouvidos de Freud. Ele escutou a multiplicidade de interpretações causadas pelas denegações no discurso, por exemplo. A negatividade da fala, aquilo que o paciente não sabe, mas que diz. Ou, dito de outro modo, a negatividade da fala está lá, em potência: ela pode ou não ser expressa – codificada, cifrada – em termos linguísticos.

Chamamos isso, em Freud, de uma “ampliação da noção de verdade” – ou, pelo menos, de expansão do tempo de dúvida.

Porém, o que nos interessa de fato é que Freud precisou da experiência para chegar aí e, assim, poder proceder. Precisou ir e voltar, determinar o que deveria ser considerado ou descartado do testemunho do paciente, e ver que, só depois, essa ação não impediu que os elementos descartados retornassem à fala – seu objetivo sofreu um colapso, e veio disso a necessidade de reformular seu método. Através desse movimento de ir e voltar ele pôde, de maneira reflexiva – remetendo-se à sua experiência anterior –, conferir maior independência aos processos psíquicos. Dessa mesma forma, ele recomenda como imprescindível ao aspirante a analista que este se proponha a essa experiência, porque há algo que só aí pode ser transmitido.

Capítulo 3

Uma pesquisa a advir

A questão acerca do posicionamento de mestria na relação entre analista e paciente esteve predominantemente em evidência no ensino de Lacan, o psicanalista manteve-se atento às consequências da direção de um tratamento a partir desse posto. Se há algo de que o analista pode tornar-se mestre ou senhor, o autor propõe que isto seria em relação às funções da fala (Lacan, 1998e). Dessa maneira, o objetivo principal deste capítulo é apresentar algumas construções desse autor que giram em torno desse tema. Contudo, não temos a intenção de abordar todas as especificidades dessa relação (entre o mestre e o psicanalista), vamos apenas relacionar o desenvolvimento que o autor realiza a partir dos pontos levantados no último capítulo – isto é, sobre a transferência, o movimento da verdade, a função da fala, e sobre o fazer do psicanalista.

Vimos que Freud (1996j) orienta um caminho para a formação de analistas que, segundo ele, é suficiente para quem deseja aprender sua técnica. Como uma das condições, o psicanalista formula que os interessados devem se submeter à experiência de uma análise. Da mesma maneira, Lacan (1998c) observa que o pretendente a sustentar a presença do inconsciente deve, pelo mesmo movimento, experimentar-se sujeito à fenda do significante. Essa orientação se justifica, como vimos, principalmente pela experiência de uma transferência. Este fenômeno, porém, não é específico à psicanálise, mas seria nesta esfera que seu conceito encontra seus fundamentos (Lacan, 2008b).

A transferência, enquanto uma formação do inconsciente (por seu movimento e sua influência na constituição da realidade), constitui também o analista – cuja presença, por consequência, seria ela própria manifestação do inconsciente, segundo Lacan (2008b). Dessa forma, trazemos de volta algo que mencionamos no primeiro capítulo e que corresponde ao fato de que a presença do analista deve ser integrada ao conceito do inconsciente. Vimos, ainda, que nosso meio de acesso ou de encontro com as manifestações desse campo

ocorre através da fala, visto que ela articula seus efeitos de acordo com os mecanismos dos processos primários. Por esses motivos, observamos que Lacan (1997) sugere o reconhecimento de que o psicanalista seria colocado pelo discurso e, logo, isto o condiciona.

Nessa perspectiva e em decorrência da pesquisa em desenvolvimento, surge para nós o seguinte questionamento (dado que, com a presença do analista, ele só pode – por seu duplo movimento – identificar-se ao passo que a desassimila progressivamente do real): o que o analista faz operar? Ou, dito de outra maneira: como é que o analista faz agir? Seria em decorrência de um saber? Lacan (1992) nos diz que aquilo que descobrimos na experiência de qualquer psicanálise seria da ordem do saber; contudo, para o autor, não se trata de conhecimento ou representação. O saber, em Lacan, passa a se vincular à noção de representante, precisamente de algo que se encadeia, da relação de um significante S1 a um outro significante S2, como veremos.

Para abordar as questões levantadas, vamos perseguir a seguinte asserção do autor: “O que se espera de uma psicanálise é, como disse da última vez, que faça funcionar seu saber em termos de verdade. É por isso mesmo que ele se confina em um semi-dizer.” (Lacan, 1992, p. 55). O que podemos entender por *fazer seu saber funcionar em termos de verdade*? Sabemos que a verdade em psicanálise, desde Freud, não mais pode ser tomada em sua concepção comum. Vamos, portanto, seguir essa indicação em nosso próximo passo. Podemos ver que Lacan também realiza uma nova abordagem ao que se refere à relação entre saber e verdade.

Dessa forma, de que maneira essas indicações permitem o psicanalista diferenciar-se do mestre? Para avançar nessa temática, faremos mais algumas considerações a respeito da constituição subjetiva na perspectiva de Lacan, abordando principalmente as operações de alienação e separação relevantes para o nosso objetivo.

Assim, situaremos o presente capítulo em torno dessas questões e, para isso, partiremos da discussão realizada até aqui.

A transferência, sua relação com as operações de alienação e separação, e a repetição

Encerramos o capítulo anterior abordando o fenômeno da transferência tal como acreditamos que ele se desenvolve na experiência da análise. Com base nisso, analisaremos o desenvolvimento que Lacan (2008b) propõe à questão da operação do analista a partir da transferência. O autor aponta que este fenômeno nos dá acesso, de forma enigmática, à posição primária do inconsciente, que se articula por ser constituída pela indeterminação do sujeito. Ou seja, podemos conjecturar que esse fenômeno revela, entre outras coisas, um modo de funcionamento do aparelho que pode ser considerado anterior aos processos que edificam a subjetividade.

No capítulo 1, ressaltamos que os processos psíquicos, à medida que são estruturados, não eliminam o estágio anterior – isto é: os processos primitivos podem assumir o jogo, a depender da situação. Nós acreditamos que o autor se refere a este sentido, uma vez que ele parte da indeterminação do sujeito (tal qual a posição primária do inconsciente) para abordar o caráter radical da repetição, que se apresenta na transferência. Segundo o autor, a repetição é essencial para o reconhecimento da exploração do inconsciente.

Lacan (2008b) recorre novamente a Freud e nos lembra de que “o que não pode ser lembrado se repete na conduta”. Isso nos faz retomar o processo psíquico da compulsão à repetição, para agora abordá-lo à luz de seu ensino. Rapidamente, foi dito que sua instauração decorre de um excesso de estímulo que adentra o aparelho quando este ainda não possui os mecanismos de funcionamento e defesa necessários para proteger-se – chamamos essa experiência de traumática. Quando este processo é posto em ação em um psiquismo já organizado subjetivamente, destitui-se o processo de pensamento,

e a repetição da situação traumática instaura-se com o caráter compulsivo – Lacan denomina isso de resistência da significação, nomeadamente tida como responsável pelo limite da rememoração, como diz ele.

Neste momento, Lacan (2008b) reconhece que há uma passagem de poderes do sujeito ao Outro, que é tido como o lugar da fala, lugar ficcional da verdade. Assim, o autor concorda com Freud e marca o momento como sendo a causa da transferência, pois considera que a passagem de poderes ao Outro (no tempo em que, por assim dizer, faltam-lhe palavras) já havia ocorrido – isto é, o campo do Outro já está lá, instituído. Acreditamos que este é um ponto relevante para nosso objetivo, já que seria nesse campo do Outro que o analista é tomado pelo fenômeno transferencial. A discussão que se segue versa a respeito desta instituição: do sujeito dividido (\$), do Outro e do corte do inconsciente entre eles.

Para tanto, Lacan (2008b) retoma o jogo do *fort-da*¹² e demonstra como podemos analisar a apreensão, por parte de Freud (2010), da repetição em relação à estruturação significante. Ele lembra que Freud sublinha o tamponamento do efeito do desaparecimento da mãe, pois a criança, ao fazer-se agente dele, estaria vigiando o ponto mesmo em que a mãe a deixou. Aqui, retomamos a construção freudiana acerca da cisão do Eu e da introjeção do objeto, para, a partir disso, observar que a ausência desenhada pela saída do objeto (mãe) introduz a hiância. Esta permanece causa de um traçado no qual o que falha não é a mãe, enquanto outro em que a criança se projeta. Lacan é bastante preciso neste ponto: o que falha seria o carretel ligado a ela própria, como “alguma coisinha do sujeito que se destaca embora ainda sendo bem dele, que ele ainda segura” (Lacan, 2008b, p. 66).

Entendemos que o autor se refere ao objeto-mãe que já fora incorporado, mas, quando ausente externamente, impõe a sua falha, destacando essa divisão do Eu. Aí se revela algo que poderíamos imaginar como uma automutilação e que, por ganhar essa representatividade exterior, de acordo com Lacan (2008b), põe a ordem de significação

¹² Freud (2010) descreve o jogo infantil de seu neto de dezoito meses, que consistia em jogar um carretel para longe de si, fazendo-o desaparecer, mas segurando-o por uma linha e, nisso, falando um significativo *o-o-o-o*, que Freud e a mãe identificaram como sendo “*fort*” (“foi embora”); depois, puxava o carretel novamente, saudando-o com um alegre “*da*” (“está aqui”).

em perspectiva. A repetição no jogo do *fort-da* – se a examinamos a partir do que o autor propõe, como algo para-além da simples duplicação – faz com que possamos ver encadeada nessa experiência sua novidade, constituída pela resposta do sujeito àquilo que a ausência materna veio criar – ou seja, uma resposta à hiância, ao destacar um pedaço de si que guarda as representações do objeto decorrentes das marcas da experiência de satisfação.

Segundo Lacan (2008b), o fato de o jogo ser acompanhado de uma das primeiras oposições fonêmicas (o “*fort*” e o “*da*”) possibilita sua interpretação como um salto da criança para fora do seu domínio, que foi transformado pela hiância. Ela salta com seu objeto. Assim, nas alternâncias restitutivas expressas pela tímida simbolização infantil, a oposição aplica-se em ato. Aí devemos designar o sujeito, nomeadamente: no carretel (objeto-mãe introjetado), diz o autor. Nesse momento primitivo do sujeito de discurso, supomos poder localizar um uso da linguagem, enquanto esta altera sua condição. Isto é: ao enunciar as oposições na realidade compartilhada, a criança estaria concretizando uma ação, na tentativa de dar significância a isso que lhe foi imposto. Portanto, o conjunto da atividade simbolizaria a repetição de sua partida como causa de uma *Spaltung* no sujeito (Lacan, 2008b).

Seria coerente supor que a novidade a que Lacan se refere e que corresponde ao deslizamento dos sentidos – que dão a graça do lúdico, ao produzir as significações diversas – caracteriza o efeito da força contida na enunciação da criança com seu carretel? Através do conceito de força, será que podemos ter acesso ao para-além daquilo que está explícito na enunciação, um movimento daquele que enuncia acompanhado dos elementos que compõem o jogo? Poderíamos descrevê-lo como um movimento de reunir consigo aquela parte que foi destacada, ficando junto com ela, apesar de separados?

Seria um movimento de salto, como indica Lacan (2008b), para fora do domínio da criança. Um salto que, à medida que se realiza em sua experiência propriamente dita, altera a realidade para a criança que é o agente do movimento e também para seu objeto, que se constitui no campo do Outro, introduzindo seu traçado. Altera a realidade, também, para aqueles que observam a criança e percebem que, apesar de diferente, aquela que iniciou

o movimento é a mesma que chegou ao seu fim. Destacamos aqui a dimensão do sujeito e do Outro, e o que se coloca entre eles, o jogo como lugar do inconsciente representando o corte em ato que os separa.

O jogo tem, portanto, um papel essencial ao conjunto da atividade, segundo Lacan (2008b), pois nos encaminha para o que determina essencialmente o inconsciente: o *Vorstellungsrepräsentanz*, ou o lugar-tenente da representação, como o autor traduz – o lugar daquele que substitui o chefe em sua ausência (tenente). Indicamos, assim, algo que será discutido adiante: enquanto tal, o jogo faz surgir para nós a outra realidade escondida por trás da falta de representação, o “entre percepção e consciência” (Lacan, 2008b, p. 61), como alguma coisa do real que comparece preso nas articulações resultantes do conflito entre princípio do prazer e princípio de realidade. O jogo não está lá enquanto termo representado nas vocalizações da criança, mas permite que se restitua a realidade da divisão do Eu que ela põe em ato com seu carretel, já que ela pode colocar lado a lado e brincar de ser, ela mesma, o *fort* de um *da* e o *da* de um *fort*, segundo o autor.

Dessa forma, mediante o instrumento da linguagem, instaura-se a estrutura das formações do inconsciente (Lacan, 1992), através da lei significante de articulação: um significante (S1 – *fort*) que representa o sujeito para outro significante (S2 – *da*). Temos aí a emergência daquilo que o autor acredita poder designar sujeito dividido (\$), posto que foi destacado de si o objeto que passou a ser representado fora, pelo carretel. Observamos que essa estrutura elucida a divisão originária do sujeito, a respeito da qual levantamos a hipótese de que a experiência analítica irá girar em torno. Abordaremos, a partir de agora, as operações de alienação e separação – que, segundo Lacan (2008b), causam a divisão no sujeito em sua relação com o Outro.

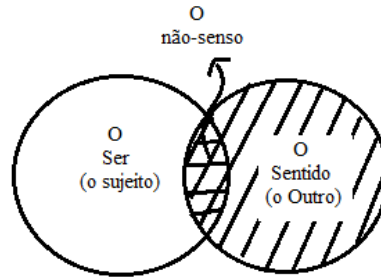
O autor observa que, em um primeiro momento, ocorre a alienação. Ela consiste na operação que causa o apagamento – movimento de *fading* – do sujeito e faz com que ele só possa ser representado na cadeia de sua enunciação, na passagem de um significante ao outro (S1 → S2, sendo S2 o representante da sequência).

Lacan (2008b) utiliza a operação lógica de reunião para expressar o que acontece, segundo ele, nessa operação: o ser ainda indiferenciado busca no campo do Outro – com o qual está reunido – um sentido que o constitua e o represente. Dessa forma, o significante produzindo-se nesse campo faz surgir, como vimos no *fort-da*, o sujeito de sua significação.

Contudo, esse significante, ao mesmo tempo em que, como diz o autor, petrifica o sujeito (por reduzi-lo a não ser mais que um significante), ele também o convida a funcionar em sua cadeia – isto é, a falar. Por estar no campo do Outro, também se produz um não sentido, pois ele representa algo para alguém. Há, portanto, um *vel* que condena o sujeito a só aparecer articulado, de um lado, como sentido, produzido pela petrificação, se, do outro lado, encontrar-se apagado pelo não sentido do campo do Outro.

A articulação que essa operação possibilita é a seguinte: impõe-se uma escolha. “Liberdade ou morte”, por exemplo – ou se opta pela morte, ou pela liberdade. Entretanto, em último termo, num prazo mais longo, tem-se a liberdade de morrer. Assim, institui-se a dialética do sujeito segundo Lacan (1998c), tal como a operação de disjunção da lógica proposicional, pois, quando um dos termos for verdadeiro, se tem os dois, apesar da imposição da escolha. No jogo do *fort-da*, esse *vel* é encarnado pelo objeto que, justamente, impõe, no final das contas, que não há escolha de estar *com* ou *sem* o carretel – a criança só pode jogar *com* ele, caracterizando sua operação. Ou seja, não há sujeito sem um apagamento do sujeito, este seria o resultado. O *vel*, de acordo com o autor, seria o ponto sensível, de balanço, visto que o surgimento do sujeito no nível do sentido está condicionado pelo *fading* no campo do Outro – lugar do inconsciente. Citamos Lacan:

nosso sujeito é colocado no *vel* de um sentido a ser recebido ou da petrificação. Mas, se ele preserva o sentido, é esse campo (do sentido) que será mordido pelo não-sentido que se produz por sua mudança significante. E é justamente do campo do Outro que provém esse não sentido, apesar de ser produzido como eclipse do sujeito. (Lacan, 1998c, pp. 855-856)



Fonte: Lacan, 2008b. Elaboração do autor.

Isto corresponde a dizer que a alienação constitutiva do sujeito vela a sua cisão, enquanto impõe uma escolha que não seria a do sujeito: que, a partir de então, ele deve acessar o mundo *com* seu objeto – que seria sua articulação radical (Lacan, 2008b). Dessa forma, na repetição indefinida de que se trata o jogo do *fort-da*, o que se revela e se manifesta seria a vacilação radical do sujeito, conforme o movimento do inconsciente. A alienação, portanto, pode ser considerada como a operação que confere ao Outro seus poderes, pela transmissão que o sujeito realiza ao demandar dele o sentido, quando este lhe falta. Por essa via, quando o analista é constituído pela transferência, é essa operação que está em jogo, já que a alienação “qualifica o campo do inconsciente que se assenta, digamos, no lugar do analista, literalmente, em sua poltrona” (Lacan, 1998c, p. 856).

A separação acontece, por fim, em um segundo momento, de acordo com o autor, quando se fecha a causação do sujeito. Lacan (1998c) demonstra que nessa operação se constata a estrutura da borda em sua função de limite – que o sujeito se joga para-além, como vimos no jogo –, através da interseção que se forma entre os dois conjuntos. Um produto que pertence ao ser e ao Outro, e que surge do recobrimento de duas faltas. Uma delas, o sujeito encontra no Outro, nas pausas de seu discurso, que corresponde à experiência da criança, de ir além do que o Outro lhe diz – “ele me diz isso, mas o que é que ele quer?” (Lacan, 2008b, p. 209). Assim, por sua vacilação já instituída pela operação anterior, o sujeito propõe como resposta ao Outro a sua própria perda – “Pode ele me perder?” (Lacan, 2008b, p. 210).

No capítulo 1, mencionamos que, para Freud, o desejo surge no momento de busca pelo reencontro com o objeto da primeira experiência de satisfação, partindo da marca deixada por ela. Vimos, contudo, que essa tendência do aparelho (de retornar à experiência anterior de satisfação) permanece irremediavelmente frustrada. A partir daí, nessa busca incessante, Lacan (1998c) aponta que o sujeito ataca a cadeia significante, em seu ponto de intervalo. Segundo o autor, a repetição do intervalo é a estrutura radical dessa cadeia e caracteriza-se por ser o lugar da metonímia, pelo deslocamento infinito dos significantes – veículo do desejo.

Portanto, o autor demonstra que o desejo do Outro é apreendido pelo sujeito no corte dos significantes (isto é, no intervalo do discurso do Outro, ou naquilo que não cola), num movimento de salto para fora de seu domínio, em direção à hiância que foi instaurada a partir dessa relação. A dialética do desejo seria, então, constituída pela separação, nas palavras de Lacan:

é sob a incidência do que o sujeito experimenta nesse intervalo, uma Outra coisa a motivá-lo que não os efeitos de sentido com que um discurso o solicita, que ele se depara efetivamente com o desejo do Outro (...) o que ele coloca aí é sua própria falta, sob a forma da falta que produziria no Outro por seu próprio desaparecimento. Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária. Mas o que ele assim preenche não é a falha que ele encontra no Outro, e sim, antes, a da perda constitutiva de uma de suas partes e pela qual ele se acha constituído em duas partes. (Lacan, 1998c, p. 858)

Assim, um dos efeitos do mecanismo da separação, que se apresenta como uma torção, é que parece haver para o sujeito um retorno da alienação, uma vez que ele opera *com* sua própria perda: o “ele pode me perder” transferido para o Outro. Uma falta recobre a outra, uma vez que a falta experimentada de si mesmo (seu apagamento percebido como a fantasia de sua morte) é aquilo com que o sujeito responde ao desejo do Outro, pois reencontra aí a correspondência ao que ele é como sujeito do inconsciente, na medida em que o inconsciente permite situar o seu desejo.

Por meio desses mecanismos, o que podemos observar que diz respeito à experiência analítica? Como pode o analista com isso também operar? Ora, o analista é constituído pela alienação, por uma formação do inconsciente que o institui no campo do Outro, para o paciente. A confiança que lhe será depositada – e que Freud acreditava ser essencial para que a análise aconteça – decorre disso, desse campo que ele passa a ocupar. Quanto a isso, Lacan (2008b) formula a seguinte questão: do que é que se trata nessa confiança depositada no analista?

Nesse sentido, o autor caracteriza o analista como sujeito suposto saber, a fim de expor, entre outras coisas, a qualidade desse saber pelo qual o analista é demandado. Um saber condicionado a qualquer um que passe a frequentar o campo do Outro, e que, por isso, participará do deslizamento da ordem de significação outrora instaurada pelo jogo acima descrito. Certamente, diz Lacan, o analista não pode desobrigar-se de tal ordem, tendo em vista que seria justamente daí que se obtém o traçado, o contorno, que se articula na cadeia significante. Nesse sentido, não poderíamos conjecturar que o analista seria tomado a partir dessa característica, de não ser mais do que aquele em que se inscrevem os outros significantes?

Podemos observar que nesse ponto reside um elemento importante para a operação do analista. O paciente entra em análise através desse suporte que seria o *vel* da alienação, o que faz com que a experiência analítica propicie que ele empreenda, através de sua enunciação, toda uma cadeia no nível do que ele supõe ser o desejo do Outro. Daí resulta a constituição do desejo do sujeito – desejo do inconsciente. De certa forma, diz o autor, justamente esse ponto poderia ser reconhecido por, de fato, não ser nenhum saber, como veremos adiante.

Trataremos agora do conceito de repetição, considerando que Lacan (1992) nos indica que o além do princípio do prazer postulado por Freud (2010) poderia ser determinado por ela, tendo em vista seu caráter essencial na experiência e na exploração do inconsciente. Vejamos como isso se desenvolve. Para tanto, abordaremos sua concepção de duas formas, como se apresenta na experiência analítica. Podemos percebê-la de forma imediata

em sua aparição, momento em que a conectamos com experiências anteriores, e assim a identificamos: trata-se de uma duplicação, vamos chamá-la dessa forma, inicialmente. Ao abordá-la por essa via, digamos que estaríamos conectando todos os seus elementos aos elementos da experiência anterior – são experiências que se relacionam de maneira equivalente¹³. Essa poderia ser uma forma de descrever nosso primeiro contato com uma experiência repetida.

Entretanto, Lacan (2008b) nos chama a atenção para considerar que há, quando estamos tratando da repetição no âmbito da experiência analítica, elementos que não nos permitem limitá-la em uma relação de equivalência – é como se houvesse algo, nessa atualização da repetição, que justamente fura essa relação, introduzindo um elemento que escapole. Segundo o autor, a presença do analista nesse ponto pode ser tida como irreduzível, pois configura a testemunha dessa perda, pela qual se caracteriza o campo freudiano.

Trata-se da estrutura da repetição, da sua função nodal, do encontro com um elemento escorregadio – que, como nós entendemos, parece fazer faltar uma possibilidade de equivalência completa. A repetição é abordada por Lacan (2008b) na sua ordem de tropeço que faz ruir o acesso, pela via da consciência, à experiência em curso. A consciência, se assim podemos dizer, anseia por uma experiência equivalente – nos moldes do princípio do prazer – e, ao se deparar com o para-além do retorno, encontra-se com a realidade. Precisamente aí, algo se perde. Um pouco mais adiante em seu ensino, Lacan (1992) localiza, no lugar dessa perda introduzida pela repetição, a função do objeto *a* – o objeto perdido.

Assim, consideramos que a realidade está lá, de acordo com Lacan (2008b), esperando – isto é, ela se presta ao atrito, ao contato com a consciência. Portanto, tal forma de abordar a repetição nos mostra sua estrutura naquilo que se repete, enquanto algo que nos prende e que vem não somente do interior, mas também do exterior. Nesse ponto, localizamos o caráter radical e essencial do conflito introduzido pela oposição do princípio

¹³ Assim como Lacan descreve, através do uso que faz da teoria dos conjuntos, que o um surge por meio do efeito da falta: “cada número cardinalmente corresponde ao cardinal que o precede, acrescentando-se a ele o conjunto vazio.” (Lacan, 1997, p. 103)

do prazer ao princípio de realidade, cujo jogo de forças leva em conta elementos de ambos os lados – interno e externo. Por essa via, o ordenamento psíquico, ao funcionar em prol de uma subjetividade, erigida sobre os moldes dos processos primários, produz um sistema de realidade que – de acordo com o autor, parecendo não importar quão desenvolvido – mantém prisioneiro algo essencial que é da ordem do real.

Nesse sentido, Lacan (2008b) retoma a compulsão à repetição e a apresenta como aquilo que comanda o retorno do processo primário na experiência. Para ele, a via da compulsão, seu funcionamento, seria o que faz reter esse “algo da ordem do real” acima referido e que, portanto, faz com que apreendamos o processo primário em sua experiência de ruptura, entre percepção e consciência, na forma dos processos do inconsciente. O autor aponta que esse “entre percepção e consciência” se caracteriza, tendo em vista aquilo com o que rompe, por se tratar de uma outra localidade, uma outra cena, um outro espaço. E, por consequência, prescinde também dos moldes, apresentando-se como intemporal e desconexo.

Tendo isso em vista, de que forma podemos abordá-la, no que se refere à experiência analítica? De acordo com o autor, seria justamente aí que devemos procurar o que ela demanda de novo, no que se refere à sua atualização na análise, e que frequentemente comparece escondido em uma tela, ou uma imagem, relatada pelo paciente. Lacan (2008b) descreve que a novidade costuma ser representada por um acidente, algo que acontece como “por acaso” e que comparece na experiência da repetição por aquilo que possibilita o seu deslizamento.

Nós acreditamos, assim como o autor, que é preciso não se limitar ao contato inicial com a experiência da repetição, que nos dá a dimensão da equivalência, pois isso seria reduzir a experiência e ignorar um de seus efeitos principais. Pensamos que também não seria o caso desconsiderar essa dimensão – ela é, para nós, um de seus momentos. Se continuarmos investigando a repetição, perceberemos, através desse elemento escondido, que ele se refere à estrutura significante da experiência (Lacan, 2008b). Remetendo, portanto,

não somente a uma repetição da mesma, mas também à repetição que se torna outra experiência.

Lacan faz essa análise através da teoria dos conjuntos, e nos diz:

A teoria analítica vê indicar o Um em dois de seus níveis. O Um é o Um que se repete; ele está no fundamento dessa incidência maior no falar do analisante que ele denuncia com uma certa repetição, em relação a que? A uma estrutura significante. (Lacan, 1997, p. 110)

Ao considerar o elemento que produz a diferença, a novidade, estamos tratando da repetição daquilo que introduz, que possibilita, a contagem. É o *Zero* que se duplica com um algo a mais e se torna *Um*, como expressão de quantidade. Saímos da ordem da repetição reduzida à duplicação e entramos na ordem do encadeamento. Esta ordem, nós já vimos, relaciona-se com a ambiguidade característica da linguagem, assim como nos remete à formação do sujeito enquanto um ser de linguagem, que busca acessar a realidade com seus predicados. Chatelard (2005) aponta que o *Um* vai, ao mesmo tempo, inaugurar e dar à cadeia significante seu tom de repetição.

A autora nos mostra que, ao partir daquilo que falhou – nós acreditamos que falhou em se concretizar como equivalente, por assim dizer –, funda-se a unicidade que vai dar sequência à série do *Um*. Porém, já se trata do *Um* da unidade – esta como suporte da diferença e da mesmice que se repete sob a cadeia significante, sob a forma de repetições. Nesse sentido, Lacan (1992) indica que todos os significantes se equivalem de algum modo, uma vez que jogam com a diferença de cada um com todos.

Isso nos faz entrar na questão do traço unário enquanto o primeiro significante, o entalhe, a marca, aquilo que refere o sujeito a ele mesmo.

quando esse significante, esse um, é instituído – a conta é *um* um. É ao nível, não do um, mas do *um* um, ao nível da conta, que o sujeito tem que se situar como tal. (Lacan, 2008b, p. 140)

Dessa forma, Lacan demonstra como os dois *uns* são distinguidos e marcam a primeira esquizo que faz com que o sujeito, como sujeito, se distinga – não queremos dizer que isso o signifique, mas sim que seria o signo contra o qual ele pôde de começo constituir-se como sujeito. Tal constituição se dá ao passo que constitui também um objeto – nesse sentido, Chatelard (2005) aponta que o traço unário, naquilo que se liga ao fundamento

da repetição, faz o objeto existir como conceito a partir do qual a série se torna contável. Disso decorre, segundo a autora, que o sujeito estaria representado na cadeia ao mesmo tempo que estaria excluído dela – “ele existe por essa falta, a partir desse vazio do objeto, esse zero que se conta *Um*.” (Chatelard, 2005, p. 180). Para a próxima seção, apresentaremos os efeitos desse modo de se conceber a constituição do sujeito para a experiência analítica e o posicionamento do analista.

A possibilidade de não ocupar o lugar dominante

A partir de Lacan, podemos perceber que o psicanalista estava a todo tempo atento à questão da ética, da técnica e da transmissão da psicanálise. Por esse motivo, o autor realiza um retorno aos textos de Freud e, através disso, revela – ou melhor, traz à tona – a oposição que há entre a prática da análise e a ocupação do lugar de mestria (Lacan, 1998g). Nesse sentido:

No seminário *A ética da psicanálise* (1959-60/1997), Lacan apresenta conceitos que permitem circunscrever a função do analista, o seu fazer, sem recorrer a um código de conduta construído para ser reproduzido, mas evidenciando um caminho aberto por Freud, não acabado, justamente por considerar o evento clínico em sua singularidade, bem como o percurso que diz respeito a cada analista. (Maesso, 2011, p. 53)

Podemos observar, a partir desta passagem, que o desenvolvimento que Lacan proporciona ao fazer do psicanalista, assim como Freud, não corresponde a um manual, ou código de conduta, que habilita ou desabilita alguém a exercer a psicanálise. Nesse sentido, verificamos que a formação do analista não se trata apenas de conhecer a teoria e a técnica analítica. Mas, ao acolher a singularidade do evento clínico e o percurso de cada analista, fica claro que se trata também de reconhecer que a prática baseia-se na intersubjetividade. Portanto, tal prática não pode fugir a suas leis, principalmente quando, para se fazer reconhecer, vale-se de seus efeitos (Lacan, 1998g).

Ora, de fato, foi somente ao levar em conta as leis da intersubjetividade que a teoria psicanalítica pôde ser estabelecida por Freud. Constatamos que o psicanalista apoiou-se na experiência para construir sua técnica, através do que chamamos “um descolar-se da posição do mestre” – ao nos referirmos a uma impossibilidade de se considerar os movimentos do inconsciente, por parte de Freud, quando a sua tentativa consistia, principalmente, em dominá-los. Agora, partiremos para o desenvolvimento que Lacan proporciona a essa temática. Na seção anterior, vimos que, segundo o autor, a operação que constitui o analista – a alienação – corresponde a uma submissão, se assim podemos chamá-la, do sujeito ao Outro, uma vez que ele vai buscar um sentido para si mesmo nesse campo.

Portanto, nos momentos de entrada em análise, podemos observar uma dimensão que põe em questão o saber do psicanalista, de acordo com Lacan (2008b), visto que é na relação de um ao outro que se institui uma “procura da verdade em que um é suposto saber, ou pelo menos saber mais do que o outro.” (Lacan, 2008b, p. 136). Assim, o autor ressalta que tal relação não se constitui, de maneira nenhuma, de forma simétrica ou recíproca. Desse modo, podemos perceber que o paciente entra em análise interessado naquilo que o analista escolhido tem a dizer sobre ele – por conseguinte, gira em torno do analista algo como um princípio de que não se pode enganá-lo.

Contudo, no ato de engajamento da análise, em seus primeiros passos – ou seja, ao ser colocado em contato com a profunda ambiguidade de qualquer asserção do paciente –, o autor aponta que se tem a impressão de que a dimensão da verdade instaura-se por uma certa mentira. Esse acessório inicial – característico de qualquer experiência analítica, no que concerne à relação do sujeito com o significante, principalmente em relação ao significante que o constitui e institui enquanto sujeito (S1) – revela a marca que deve ser concebida, primeiramente, como o que manifesta a função do inconsciente na sua articulação mais radical. O *enganar-se*, desse modo, foi localizado por Lacan (2008b) na dimensão do sujeito, em seu discurso – nós observamos que este pode ser considerado

um dos desenvolvimentos que o autor produz à questão de como fixar a verdade na fala do paciente. Isso não corresponde a dizer que ele esteja de maneira estática na mentira, na falta, no erro; mas sim, que, de maneira movente, os tropeços da fala apresentam-se logo de início, demarcando os efeitos do movimento inconsciente.

Como podemos, a partir disso, situar o fazer do analista? Segundo o autor, o analista se configura como testemunha da verdade do discurso de tapeação do paciente, posto que reconhece a distinção entre o Eu da enunciação e do enunciado – reflexo do estatuto da ordem dos significantes, que representam o sujeito e, ao mesmo tempo, que também não o representam. Lacan (2008b) recorre ao *cogito* cartesiano para demonstrar que daí decorre a instituição do pensamento, ao se tomar o “Eu” designado pela fala no “eu penso”. Dessa maneira, o registro do pensamento instaura-se, segundo o autor, enquanto uma precipitação, uma espécie de aborto – em suas palavras – que dá ao sujeito a dimensão de descoberta do inconsciente e, assim, permite situar o desejo enquanto aquilo que anima tudo o que fala, toda enunciação.

Por atribuir relevância ao discurso de tapeação do paciente, Lacan (1992) observa que a mola mestra da transferência não são os poderes conferidos ao analista por ter sido instituído enquanto sujeito suposto saber (isto se refere à alienação do paciente). A mola mestra que possibilita o fenômeno transferencial, segundo o autor, seria conferir ao analisante a possibilidade de que ele fale como um mestre, uma vez que a palavra lhe é dada livremente – ou seja, que ele a tome de qualquer maneira. Assim, por sua vez, o analista institui o analisante como sujeito suposto saber – pois, através de sua fala, o saber que interessa à análise (isto é, o saber do inconsciente) se manifesta para o ouvinte. Ressaltamos com isso que, para que se fundamente a experiência analítica, é necessário que o sujeito do inconsciente ponha-se a falar. Ele falará ao analista, condicionado por esse exato motivo – isto é: por seu discurso, ele o institui. Sendo assim, como foi dito no início do presente capítulo, podemos observar que, se há algo de que o analista é mestre, isso seria justamente das funções da fala.

A fala, por sua vez, se configura como o que possibilita a manifestação da verdade. Assim, o vínculo da verdade com a realidade passa a ser constituído pela atualidade da fala, e não se trata de definir se é verdadeiro ou falso: a fala basta para atestar a verdade na realidade. Portanto, o autor observa que a verdade reside na articulação de um significante a outro significante – por consequência, esta é a função da fala quando se trata da experiência analítica: articular a verdade do sintoma. Nas palavras de Lacan:

[a ambiguidade da revelação histórica] nos apresenta o nascimento da verdade na fala e, através disso, esbarramos na realidade do que não é nem verdadeiro nem falso. Pelo menos, isso é o que há de mais perturbador em seu problema.

Pois, a verdade dessa revelação é a fala presente, que a atesta na realidade atual e que funda a verdade em nome dessa realidade. (Lacan, 1998e, p. 257)

Nesse sentido, na medida em que o autor afirma que a verdade é o que se instaura a partir da cadeia significante, ele considera que o sintoma, que parecia se relacionar com alguma irrupção da verdade, é verdade, “por ser talhado da mesma madeira que ela é feita” (Lacan, 1998h, p. 235).

Neste ponto, surge para nós uma questão. Se consideramos que a verdade se articula no deslizamento da cadeia significante, percebemos que não há como fixá-la (assim como em Freud). Contudo, qual seria sua importância para a experiência analítica e, da mesma forma, para o posicionamento do analista? Para discutir essa questão, retomaremos uma citação de Freud exposta no capítulo anterior, com o objetivo de analisar o prosseguimento que Lacan (1992) confere a essa passagem, a saber, que a relação analítica “se baseia no amor à verdade – isto é, no reconhecimento da realidade” (Freud, 1996j, p. 265).

Lacan (1992), por meio desta orientação freudiana, aponta o atributo evanescente da verdade, por estar vinculada à realidade psíquica. O autor indica que, dessa forma, Freud vincula a questão da verdade à morte – isto é, ao caráter radical da repetição, que insiste e caracteriza a realidade psíquica do ser inserido na linguagem.

Assim, ele acrescenta: “A verdade, isso se experimenta, o que de modo algum quer dizer que por isto ela conheça mais do real, sobretudo se falamos do conhecer, e se nos lembramos dos lineamentos do que indico sobre o real.” (Lacan, 1992, p. 183).

Portanto, através da questão “o que é o amor à verdade?”, o autor nos instiga, para nos remeter à troça que é considerar apenas esse pedaço da asserção freudiana, pois o amor à verdade zomba de sua falta a ser, ao obstruir, ou velar, o que de mais essencial a experiência analítica nos revela. Isto é, que a relação analítica se baseia no amor “ao que a verdade esconde, e que se chama castração.” (Lacan, 1992, p. 54).

Por esse caminho, esta dimensão da verdade vinculada ao caráter radical da repetição também nos remete à experiência da perda. Através disso, podemos observar que – ao passo em que se articula pela fala, ainda que, desse modo, ela se realize de alguma forma – esta realização da verdade se dá pela metade – posto que a ação do significante, por seu deslizamento, faz-se através dessa perda, que impõe que se remeta ao próximo significante. Nós conjecturamos que, devido à operação de alienação que constitui o sujeito, o não sentido do campo do Outro também se manifesta na relação da verdade com a fala. Portanto, podemos observar que a verdade – enquanto função da fala – será sempre semidita (Lacan, 1992). Desse modo, se a análise baseia-se pela fala, podemos supor que a experiência analítica se fundamenta nesse movimento de realização e perda da verdade através da fala?

Aqui, não falo senão do saber e observo que não se trata da verdade sobre o saber, mas do saber sobre a verdade, e que o saber sobre a verdade se articula da ponta do que desenvolvo esse ano sobre o *Há o um*. *Há o um* e nada mais, mas é um *Um* muito particular, aquele que separa o Um do Dois, e que é um abismo. Repito, a verdade – já disse isso – só pode se semi-dizer quando o intervalo for passado, o que fará com que eu possa respeitar a alternância (...). (Lacan, 1997, p. 115)

Será o respeito a essa alternância – em decorrência desse saber sobre a verdade – o que diferencia um psicanalista de um mestre? Nós acreditamos que a importância desse tema corresponde à dimensão essencial da entrada em análise, em que o paciente se sujeita ao saber

que ele supõe no analista. Entretanto, nós observamos que o saber do analista furta-se a essa demanda e, com isso, possibilita que o paciente possa experimentar, na atualidade, através da fala, o caráter evanescente da verdade. Seria em referência àquilo que dela refere-se à morte, ao não sentido, ao movimento de apagamento do sujeito da linguagem? Maesso (2011) lembra que o analista se situa pelo saber que se constitui na cadeia dos significantes (produzido a despeito do domínio consciente do analisando), na relação estabelecida pela transferência – esta seria a ética à qual o analista se submete: “suportar o mito do suposto saber, sob a advertência de que se trata de um mito” (Maesso, 2011, p. 26).

Ora, se considerarmos o desenvolvimento que Lacan (1998b) propicia a respeito da alienação em relação ao desejo, veremos que o que está em jogo, na experiência analítica, seria propriamente uma questão a respeito desse tema – como o autor sublinha repetidas vezes em seu ensino. De acordo com Lacan (1998b), na alienação há a possibilidade de encontrar um indício pelo qual seria deixado ao sujeito o benefício de se deparar com a questão de sua essência, uma vez que ele pode não desconhecer – conservando o sentido produzido pela dupla negativa – que aquilo que deseja aparece a ele como aquilo que ele não quer. Por meio desta denegação, diz Lacan, insere-se singularmente o desconhecimento de si mesmo, isto é, o desconhecimento do seu desejo inconsciente, cuja permanência seria transferida a um Eu da linguagem (e, portanto, intermitente). Isso faz com que o sujeito se proteja do seu desejo, atribuindo-lhe essas próprias intermitências – característica da articulação significativa, pela qual o desejo inconsciente não se deixa capturar.

Por não se deixar ser pego, tal desejo se manifesta como o que resiste à onipotência do Outro. Entretanto, o autor aponta que, apesar disso, ele seria regulado pela possibilidade de ser objeto do desejo do Outro – o que corresponde à incidência da fantasia naquilo que se refere ao significante desaparecido, primordialmente recalçado. Lacan (1998b) indica que a fantasia marca, impregna, todas as significações com a condição de fixar como o sujeito pode ser objeto do desejo do Outro, como ele pode se fazer amável.

Isso decorre da tentativa de dar sentido àquilo que está para-além da cadeia significante e que corresponde à operação do recalque originário. De acordo com o autor, neste ponto converge o problema da conversão da fantasia e da realidade, em algo de irredutível, que tem a função – ou melhor, desempenha o papel – de ser o representante da perda do sujeito, que só pode ser indicável no desaparecimento do sujeito na enunciação.

Costa (2008) recorda que o recalque originário seria o responsável por instaurar a lógica que estrutura o inconsciente, ou seja, a estrutura de linguagem referente aos processos primários. Nesse sentido, a alienação enquanto operação inaugural e a negação correspondente ao recalque originário constituem o sujeito pela queda necessária desse significante primordial, que se caracteriza por ser portador da infinitização do valor do sujeito. Esta compreensão não considera que esse significante estaria aberto a todos os sentidos; mas, ao contrário, que ele abole todos os sentidos (Lacan, 2008b). O desejo inconsciente guarda, portanto, este índice de indeterminação, mas Lacan (2008b) observa que, a cada etapa da vida do sujeito, na relação deste com o Outro, inscrevem-se novos valores que passam a determinar e a regular o desejo do sujeito como se constituindo pelo que ele acredita ser o desejo do Outro. Dessa forma, instaura-se a dialética do desejo, ou seja, as significações do campo do Outro “dão à relação do sujeito ao inconsciente um valor determinado” (Lacan, 2008b, p. 244).

Para retomar a questão da experiência analítica, observamos que, a partir deste suporte, configura-se a entrada em análise: com o sujeito identificado ao posto de objeto do desejo do Outro, pelo qual ele se prende. Dessa forma, o efeito da alienação mostra-se manifesto na transferência, na medida em que o sujeito – por tal efeito assujeitado ao desejo do analista, por querer ser amado – passa, ele mesmo, a amar o analista. Lacan (2008b) aponta que, nesse momento, o sujeito procura enganá-lo, escondendo essa sujeição. Desse modo, o que é apresentado na experiência como aquilo que se opõe à revelação do que está em jogo corresponde à função de engodo ou tapeação – uma vez que o amor intervém na transferência, de acordo com o autor.

Lacan (2008b) demonstra que o sujeito, portanto, faz-se objeto amável. Ao localizar o analista no campo do Outro, ele tenta induzi-lo “numa relação de miragem na qual o convence de ser amável” (Lacan, 2008b, p. 259). Assim – por meio do suporte da identificação especular, do ponto em que o sujeito se verá *como visto pelo outro* –, nessa essência de tapeação, o sujeito vê-se da forma como lhe agrada ser visto. Neste momento, o autor circunscreve o centro do fenômeno transferencial no nível privilegiado do ideal do Eu, isto é, na parte do Eu que se diferenciou ao incorporar as características do objeto da satisfação primordial.

A partir disso, nós acreditamos, decorre o que resulta do desenvolvimento realizado por Lacan para a operação da transferência. O autor aponta que surge algo paradoxal, pois cabe ao analista, nesta manobra, no duplo movimento – conforme o designamos no último capítulo –, manter-se a uma determinada distância. Isto é, sem se destacar do ponto em que o sujeito se vê amável, mas também ao se manter suficientemente longe – a fim de que, por sua ausência, o sujeito se veja causado pela falta do objeto *a*, no ponto aonde este vem arrolhar a hiância instaurada pela sua relação com o Outro. Talvez possamos supor que, pelo posicionamento do analista nesse ponto, o sujeito ao mesmo tempo se vê como desejado (por ele mesmo) e desejante (causado pelo objeto) – em que o sujeito se eclipsa, aliena-se no desejo do Outro. Seria essa a diferença absoluta que Lacan (2008b) propõe?

Conjecturamos que a experiência da análise propiciaria uma experiência, se assim podemos caracterizá-la, de um *entre*. Seria uma abertura de sentidos? Quando estes não estão mais restritos ao que o sujeito encontra no campo do Outro? Ver-se amável por si mesmo – o que isso produz? Lacan (1998h) aponta que, na experiência analítica, o sujeito qualificado por ser *paciente* seria um produto determinado pela demanda direcionada aos analistas. Citamos o autor:

Em nome desse paciente, também nossa escuta se torna paciente.
É para o seu bem que a técnica se elabora, sabendo moderar sua ajuda.

Dessa paciência e moderação é que se trata de tornar capaz o psicanalista. Mas, no fim das contas, a incerteza que subsiste quanto ao próprio término da análise tem como efeito deixar entre o paciente e o sujeito que lhe é anexado apenas a diferença, prometida ao segundo, da repetição da experiência (...). (Lacan, 1998h, p. 231)

A partir disso, a transferência seria considerada como essencialmente ligada ao tempo e ao seu manejo (Lacan, 1998c), uma vez que ao analista cabe articular – ou melhor, operar – o seu saber sobre a verdade (que ela se mantém *entre*, por ser semidita) ao problematizar o sujeito naquilo que ele acredita ser a verdade sobre si mesmo. Esta operação, nós supomos, torna-se viável por originar-se em um saber que não contém a resposta para a demanda desse paciente e que, por isso, pode proceder com esse objeto que falta, a partir dele.

Acreditamos que este ponto a que chegamos se apresenta para nós enquanto um limite entre a teoria e a prática psicanalítica, pois falar sobre ele, descrevê-lo, impõe determinações que não o abarcam – daí a necessidade da experiência. Seria por isso que Lacan propõe que ao psicanalista cabe apenas um semidizer? Até mesmo porque, nesse ponto crucial, teorizar parece apenas normatizar a experiência, colocando-se no lugar do mestre. A este cabe falar verdades, pensar, calcular – ele se constitui enquanto o que sabe –, mas seria justamente aí que a psicanálise nos permite ver que isso enguiça: enquanto sujeito do discurso, o mestre, não menos que todos os outros, está assujeitado à lei dos significantes. Dessa forma, nos furos, tropeços e – por que não dizer? – nas “palavras” do sujeito, sua verdade revela-se amputada.

Pôr em oposição a posição do mestre e a do psicanalista revelou aquilo que Lacan (1992) propõe como o caráter radical da experiência analítica, o que a fundamenta enquanto um dispositivo pelo qual leva-se em conta a realidade psíquica, a saber: que a experiência analítica fundamenta-se no caráter da radical repetição, isto é, na experiência da perda, no ponto onde o sujeito insiste em saltar no abismo daquilo que resiste à significação. Quanto a isso, o mestre nada quer saber.

Nós acreditamos que a experiência pôde aconselhar os autores, por se configurar como uma experiência de linguagem. O campo psicanalítico lança-se naquilo que a repetição provoca do para-além das palavras – que caracteriza a realidade psíquica – e que concerne à impotência da verdade, à indeterminação do desejo, à infinitização do sujeito. Isso faz com que a própria experiência de uma análise não possa se dizer completa, dado que ela se fundamenta nesses elementos e opera com eles – dependendo, assim, de seus efeitos. Dessa forma, uma análise não pode se dizer mais que terminável e interminável, fazendo com que seja possível aos próprios analistas se submeterem ao processo novamente, de vez em quando.

Encerrar este capítulo neste ponto nos deixa com mais questões do que respostas. Prosseguir neste caminho, junto ao ensino de Lacan, requer entrar nas veredas da lógica, dos matemas e das proposições acerca do não todo e do universal. Sabemos que, pela via da matemática, o autor desenvolve a possibilidade de uma representação da escrita com o paradigma do real (Chatelard, 2005) e, a partir disso, propõe novas questões à experiência analítica. De forma incipiente, trabalhamos alguns aspectos do uso que o autor realiza da teoria dos conjuntos e do estudo do *Um*. Ficamos instigados em buscar de que forma isso se relaciona com o mito, com a sexualidade, com a libido e as pulsões.

Considerações finais

Observamos, por fim, que os modelos de aparelho psíquico propostos por Freud (2010) fundamentam-se em oposições. A principal delas corresponde à premissa fundamental da psicanálise e concerne à oposição da consciência *versus* inconsciente. Dessa forma, conforme apresentamos, o aparelho edifica-se através de uma oposição também fundamental (entre o Eu e o não Eu), que está vinculada a um constante tensionamento entre exigências de trabalho opostas, que, por consequência, resultam em um sistema de realidade que mantém vigentes os processos característicos de ambas as realidades (psíquica e externa).

Consideramos que tal disposição, ao conservar a prevalência das oposições, acaba por colocar em evidência o movimento que ocorre entre ambos os momentos – em vez de, fixamente, privilegiar um ou outro. Por exemplo, ao colocar em relação o princípio do prazer e o princípio de realidade, Freud (2010) mostra-nos que o domínio das pulsões, por ora, corresponderá às exigências de um ou de outro princípio. Eles não se anulam e, de forma movente, caracterizam a experiência do sujeito – este, se assim podemos dizer, seria o termo que liga os dois momentos contraditórios. Desse modo, o trilhamento aponta para a noção de que, apesar das oposições, há uma constância que insiste, a despeito do movimento.

Nesse sentido, quando Lacan (1998a) nos remete à lei simbólica e aponta que o sujeito somente é representado na relação de um significante a outro significante, observamos que o autor conserva essa dimensão da oposição e do movimento – por não localizar o sujeito, perenemente, em nenhum dos dois opostos –, bem como desvela os efeitos do caráter evanescente da linguagem (que estavam implícitos em Freud). Esses efeitos são articulados por Lacan (2008b) à compulsão à repetição e à resistência da significação. Assim, acreditamos que, por se tratar do ser inserido na linguagem, as experiências com esse campo se caracterizam por estar vinculadas à experiência

de perda originária, que se traduzem, no ensino lacaniano, pelo movimento de *fading* do sujeito na fala. Este apagamento teria como resultado a abertura do sujeito para qualquer sentido, de maneira indeterminada, não fosse a relação do sujeito com o Outro. Esta relação acaba por determinar o direcionamento do sujeito, ao inscrever marcas que o representarão, diferenciando-o dele mesmo.

A partir disso, investigamos o movimento de Freud (2016) e sua atitude frente aos fenômenos psíquicos, que o influenciaram na criação do método psicanalítico. Observamos que o psicanalista confiou à experiência a relevância de ser o meio pelo qual ele poderia ter acesso à atuação, ou melhor, à ingerência do movimento inconsciente no que diz respeito aos sintomas. Por esse caminho, observamos que, ao se embasar em um aparelho que funciona conservando oposições, Freud não poderia buscar um método que se fixasse em determinações preconcebidas sobre o que diz respeito às evidências patogênicas ou sobre o que tange à forma de acessá-las. Contudo, o médico precisava partir de algum lugar. Dessa forma, seria precisamente de seu saber médico, enquanto um saber de mestre, que se constitui a origem da psicanálise.

Abordamos como o psicanalista vai diferenciando-se do médico, em sua experiência, ao passo que, por exemplo, passa a incluir-se enquanto parte do tratamento, passa a considerar a fala em todos os seus aspectos, assim como deixa de tentar fixar a verdade no relato dos pacientes de forma única e pontual. Observamos esta atitude de Freud, de tentar dominar (determinar ações para a paciente, impor o que deve ser dito, etc.), recuar nessa imposição e, depois, permitir que a paciente prossiga seu relato livremente. Ora, não se trata de sustentar dois momentos?

Podemos observar ainda que Freud (2016) relaciona o fato psicológico da *falsa ligação* ao desconhecimento, por parte do paciente, das verdadeiras causas de seu sintoma – que, justamente, estariam atreladas à sua própria parcela de responsabilidade, pela qual o paciente não desejaria se dar conta e, portanto, transferiria ao médico.

Isso possibilita uma articulação ao que Lacan (2008b) propõe como sendo a alienação do sujeito, posto que a parte desconhecida de si mesmo seria aquela que resulta da interferência do Outro em seu campo, o que ocasiona um eclipse do sujeito, de acordo com o autor. Essa via de aproximação entre as duas teorias permite observar os fundamentos da experiência analítica na maneira como o sujeito é concebido, em seu caráter de indeterminação em relação ao Outro, o que possibilitou que esse aspecto fosse utilizado para o desenvolvimento de uma terapêutica que se baseia nessa relação.

Por esses motivos, ressaltamos os desdobramentos a respeito da asserção freudiana de que a relação analítica “se baseia no amor à verdade – isto é, no reconhecimento da realidade” (Freud, 1996j, p. 265), pois ela nos remete à realidade psíquica e à influência do inconsciente. A partir disso, com Lacan (1992), abordamos a questão da verdade (que é sempre semidita, precisamente por se tratar dessa relação) e, dessa forma, criamos uma versão que corresponde aos esforços deste trabalho: a relação analítica baseia-se no amor à metade da verdade – isto é, aquela que revela seus múltiplos sentidos.

Desse modo, concluímos este trabalho com uma articulação que nos parece razoável, tendo em vista os pontos ressaltados até aqui. Seria coerente conjecturar a inclusão do fazer do mestre no âmbito da experiência analítica, como um de seus momentos? Acreditamos que, ao estabelecer a análise pessoal como uma das condições para aprender a técnica da psicanálise, e tendo em vista que ao analisando solicita-se que fale como um mestre, podemos localizar neste ponto o fazer do mestre na experiência analítica. Vimos ainda que a análise não pode se dizer mais do que terminável e interminável – nesse sentido, podemos supor que o lugar do analisando não deixa de ser completamente desocupado pelo analista?

Nosso caminho nos levou à constatação de que, quanto mais buscamos poder constituir, ou determinar de que forma a experiência analítica pode ser depurada e clara – como se

podéssemos expulsar de forma satisfatória a prática considerada ruim –, tanto mais excluimos o que há de subjetivo em sua experiência e que justamente não se deixa objetivar. Ademais, tal prescrição faria dos fundamentos da terapia psicanalítica um manual de práticas e proibições. Supomos que a impossibilidade de prescrever algo desse tipo se dá em consequência do modo como concebemos o psiquismo e a constituição subjetiva – portanto, considerar uma prática que exclua de modo satisfatório as variantes indesejadas não contradiz justamente o campo do inconsciente?

Por esses motivos, consideramos que abordar o posicionamento do analista em relação ao posicionamento do mestre permite que, em seu tensionamento, os efeitos de uma intersubjetividade sejam considerados. E, principalmente, desse modo, o movimento próprio da experiência analítica apresenta-se incluso – visto que a atitude de dominação compreende um de seus momentos e que dela resulta a repetição da operação de corte, que solapa o seu objetivo principal e faz necessária a busca por outros meios. Assim, ao se levar em conta o caráter radical da repetição como aquilo que apresenta o elemento que escapole (e que, por isso, se assim podemos dizer, não permite que uma verdade se diga inteira), até mesmo as verdades da técnica analítica podem ruir.

Podemos observar esse aspecto em diversos âmbitos que concernem à experiência analítica. Primeiramente, em relação à experiência de uma análise qualquer, cujo processo para o analisando, como vimos, trata-se especificamente de falar como um mestre, de se experimentar diversos padrões de verdade e, através disso, se deparar com seu caráter evanescente, impotente (do ponto de vista da linguagem) – abrindo, assim, a possibilidade de se conhecer o campo do inconsciente em suas determinações advindas da relação com o Outro, assim como no caráter essencial de sua dependência, enquanto sujeito alienado em seu próprio desejo. Para, a partir desse movimento, na impossibilidade de se sujeitar ao analista, experimentar-se em um *entre* – ver-se amável, e causado pelo desejo de amar.

Por outro lado, em relação ao jovem analista – que, assim como Freud, vai se constituir enquanto tal através da experiência clínica –, cabe a ele também experimentar os métodos psicanalíticos, testando suas verdades a partir de sua análise pessoal. Acreditamos que também neste âmbito se experimenta a insistência da experiência da perda, vinculada ao apagamento do sujeito e à pulsão de morte – isto é, o que assegura o essencial de uma análise –, e isso faz com que o jovem analista, por sua vez, entre em contato, a partir de um outro lugar, com a experiência da transferência. Poderíamos dizer, nesse caso, que também o jovem analista parte de um fazer de mestre e vai diferenciando-se em psicanalista?

Portanto, observamos que as proibições no nível do método psicanalítico estariam articuladas em torno de certas práticas de que tentamos nos livrar – mas das quais, contudo, não acreditamos que poderemos estar totalmente livres. O que não equivale a dizer que tais proibições não devem existir, mas, ao contrário, que elas não bastam para garantir uma boa prática. O ensino de Lacan, enraizado na teoria freudiana, aponta-nos esta dimensão: jamais estaremos absolutamente separados desse objeto que a operação da alienação nos impõe, enquanto sujeito, para o acesso ao mundo. Caberia a nós, analistas, buscarmos singularmente estabelecer nossa prática em observância às consequências do fazer de mestre e, dessa forma, constituirmo-nos analistas, apesar dele?

Supomos, ao final das contas, que nosso esforço concentrou-se em aplicar o método psicanalítico ao próprio fazer do analista, pois, sem partir de um manual, observamos em que se baseia a experiência analítica. Tivemos como resultado um revigoramento do campo contextual dos conceitos psicanalíticos, pois buscamos alguns deles em sua origem, trazendo de volta noções que, pelo uso, haviam perdido alguns de seus sentidos. Revisitamos a técnica com o intento de observar seus fundamentos, partindo da experiência – da análise pessoal e da prática clínica – para, com isso, sustentar o lugar do analista, remetendo-nos ao que acreditamos constituir um interesse pelos fenômenos do inconsciente. Tentamos fazer isso de maneira movente, tal qual nossa concepção do psiquismo.

Esta pesquisa se conclui de forma inacabada, primeiro pela limitação formal que se impõe a uma dissertação de mestrado, mas também tendo em vista o teor de seu conteúdo, que tem por condição deixar expostos seus limites e furos. Estes, nós esperamos que possam deslizar em formulações futuras. Dessa forma, levantamos alguns aspectos que não foram contemplados. Observamos que a ênfase maior deste trabalho referiu-se à experiência analítica em sua relação com o campo do simbólico e do real, apesar de não terem sido designados diretamente. Isso fez com que a incidência do campo do imaginário e suas influências, principalmente no que correspondem ao trauma enquanto o que dá a consistência do simbólico, não fossem abordadas explicitamente.

Também deixamos para investigações futuras o interesse em articular esta pesquisa às formulações que Lacan (1992) propõe acerca dos quatro discursos, os quais o autor tentou normatizar, através de sua teoria do gozo e da releitura do conceito de pulsão. Por meio desses discursos, sabemos que Lacan coloca em evidência que o discurso do mestre seria o avesso do discurso da psicanálise, e elege como representante do discurso do mestre o filósofo Hegel, com quem dialoga durante todo o seminário, em um movimento que, nós acreditamos, consiste em aproximar-se para se diferenciar.

Do mesmo modo, compreendemos a necessidade de abordar a questão da sexualidade em um trabalho que se fundamenta no campo da psicanálise. Portanto, ao levar em conta, principalmente, o posicionamento do analista e a transferência, podemos perceber que a realidade sexual e suas influências – enquanto vinculadas ao processo primário e ao desejo – inscrevem seu peso na transferência e nela se manifestam, principalmente por se constituírem de maneira desconhecida e velada, devido à repressão cultural imposta. Este desenvolvimento concerne ao prosseguimento que Lacan (1998c) realiza acerca da sexualidade e do mito – e, portanto, deixa para nós a seguinte questão: como procede o analista, frente à relação entre o ser vivo e o sexo?

Por último, reconhecemos a necessidade e a importância de um estudo que incluísse o aspecto epistemológico de termos que a teoria psicanalítica utiliza. Por exemplo, um estudo mais aprofundado sobre a *verdade* em seu caráter filosófico, para, com isso, poder situar seu uso e as diferentes abordagens ao tema. Entretanto, constatamos a impossibilidade de fazê-lo neste momento da pesquisa, pois nos fiamos em aprofundar a questão no campo psicanalítico. Dessa maneira, deixamos o ensejo para a continuidade desta pesquisa, em sua próxima etapa, abordando esse aspecto.

Deixemos que os próprios doentes façam a descoberta de que é prejudicial para eles buscar a ajuda psíquica de pessoas que não aprenderam como se deve prestá-la. Vamos esclarecê-los e preveni-los sobre isso, e nos pouparemos da necessidade de proibi-lo. Nas estradas italianas, os postes que levam cabos de eletricidade têm uma inscrição curta e eloquente: *Chi tocca, muore* [quem toca, morre]. Isso basta completamente para estabelecer a conduta dos passantes diante de algum fio pendente. Os avisos alemães correspondentes são de uma verbosidade supérflua e ofensiva: “*Das Berühren der Leitungsdrähte ist, weil lebensgefährlich, strengstens verboten*” [Tocar nos fios de transmissão é terminantemente proibido, pois representa perigo de vida]. Por que a proibição? Quem tem amor à vida proíbe tal coisa a si mesmo; e quem quer se matar dessa maneira não pede permissão. (Freud, 2014b, p. 199, grifo do autor)

Referências bibliográficas

Chatelard, D. S. (2005). *O conceito de objeto na psicanálise: do fenômeno à escrita*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Costa, A. O. (2008). A negação primordial na constituição psíquica: o problema da afirmação-expulsão (*Bejahung-Austossung*) segundo Freud e Lacan. *Intuitio*, 1(2), 33-48. Recuperado em 8 julho, 2016, de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/4199>

Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

Freud, S. (1996a). Projeto para uma psicologia científica. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1895).

Freud, S. (1996b) A etiologia das neuroses. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1896).

Freud, S. (1996c). O Eu e o Id. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1923).

Freud, S. (1996d). Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1905).

Freud, S. (1996e). Sobre a psicoterapia. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1905).

Freud, S. (1996f). A dinâmica da transferência. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1912).

Freud, S. (1996g). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1912).

Freud, S. (1996h). Totem e Tabu. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1913).

Freud, S. (1996i). Observações sobre o amor transferencial (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III). In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915).

Freud, S. (1996j). Análise terminável e interminável. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1937).

Freud, S. (1996k). Construções em análise. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1937).

Freud, S. (1996l). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1939).

Freud, S. (1996m). Esboço de psicanálise. In *Obras completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1940).

Freud, S. (2001). *A interpretação dos sonhos* (edição comemorativa, W. I. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1900).

Freud, S. (2004a). Alguns comentários sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago, 2004. (Texto original publicado em 1912).

Freud, S. (2004b) O Recalque. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915).

Freud, S. (2004c). Pulsões e seus destinos. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915).

Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. XIV). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1920).

Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. XV). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1921).

Freud, S. (2014a). *A negação* (M. Carone, Trad.). São Paulo: Cosac Naify. (Texto original publicado em 1925).

Freud, S. (2014b). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. XVII). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1926).

Freud, S. (2014c). Caminhos para a terapia psicanalítica. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. XIV). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1919).

Freud, S., & Breuer, J. (2016). Estudos sobre a histeria. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. II). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1895).

- Hanns, L. A. (2004). Comentários do editor brasileiro do texto de Freud. In S. Freud. *Obras psicológicas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Hyppolite, J. (1998). Comentário falado sobre a Verneinung de Freud. In J. Lacan. *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro XVII: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1970).
- Lacan, J. (1997). *O saber do psicanalista*. Publicação não comercial exclusiva para membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Texto original publicado em 1971-1972).
- Lacan, J. (1998a). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1998b). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998c). Posição do inconsciente. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1998d). Para-além do “princípio de realidade”. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998e). Função e campo da fala e da linguagem. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998f). De nossos antecedentes. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998g). Variantes do tratamento-padrão. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1955).

Lacan, J. (1998h). Do sujeito enfim em questão. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1966).

Lacan, J. (2008a). *O Seminário, livro VII: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1960).

Lacan, J. (2008b). *O Seminário, livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1964).

Maesso, M. C. (2011). *Fundamentos do diagnóstico e a posição do analista*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 8 julho, 2016, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-26042012-133331/pt-br.php>

Soler, C. (2012). *Inconsciente: o que é isso?* São Paulo: Annablume. (Coleção Ato Psicanalítico).